



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



Ana Raquel Mattoso Chagas Martins

### **A Koju! – Resistimos!**

Efeitos psicossociais da intolerância religiosa aos adeptos  
de religiões de matriz africana em Campos dos Goytacazes

Rio de Janeiro

2023

Ana Raquel Mattoso Chagas Martins

**A Koju! – Resistimos!**

Efeitos psicossociais da intolerância religiosa aos adeptos  
de religiões de matriz africana em Campos dos Goytacazes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Sociedade, Violência e Saúde.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Patrícia Constantino.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Fernanda Mendes Lages Ribeiro.

Rio de Janeiro

2023

Título do trabalho em inglês: A Koju! - Resist! Psychosocial effects of religious intolerance on followers of African-based religions in Campos dos Goytacazes.

O presente trabalho foi realizado com apoio de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Código de Financiamento 001.

M386e Martins, Ana Raquel Mattoso Chagas.  
A Koju! – Resistimos! Efeitos psicossociais da intolerância religiosa aos adeptos de religiões de matriz africana em Campos dos Goytacazes / Ana Raquel Mattoso Chagas Martins. -- 2023.  
110 f.  
  
Orientadora: Patria Constantino.  
Coorientadora: Fernanda Mendes Lages Ribeiro.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2023.  
Bibliografia: f. 99-100.  
  
1. Saúde Pública. 2. Racismo. 3. Violência. 4. Intolerância Religiosa. 5. Violência. I. Título.  
  
CDD 342.0852

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Cláudia Menezes Freitas - CRB-7-5348  
Biblioteca de Saúde Pública

Ana Raquel Mattoso Chagas Martins

**A Koju! – Resistimos!**

Efeitos psicossociais da intolerância religiosa aos adeptos  
de religiões de matriz africana em Campos dos Goytacazes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Sociedade, Violência e Saúde.

Aprovada em: 07 de agosto de 2023.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Alberto Ivanir dos Santos  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.<sup>a</sup> Dra. Fatima Ceccheto  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.<sup>a</sup> Dra. Fernanda Mendes Lages Ribeiro (Coorientadora)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.<sup>a</sup> Dra. Patricia Constantino (Orientadora)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2023

Dedico esse trabalho aos aproximadamente quarenta milhões de ancestrais que foram trazidos em regime de escravidão para as terras brasileiras. Vivo para honrá-los!

## AGRADECIMENTOS

À Orunmilá, Senhor do dia e da vida, que através de seu sopro sagrado e dos mistérios que comanda em Odú Ofún, me propiciou a vida, me deu a oportunidade de ter um Orí moldado para ser vencedor, e, sobretudo, me propiciou a capacidade de buscar caminhos de expansão de virtudes e bom caráter.

À Ayrá, rei de mim, dono de minha cabeça, energia nascida em mim, que me propiciou renascer. Sou, porque somos em consonância!

À todo sagrado que me protege, ao mistério que me fez renascer, às águas que em mim também habitam. Sempre serei grata e devota de amor!

À minha mãe Elisabeth, essa conquista também é sua. Se chego aqui hoje, foi através do amparo dos seus incansáveis braços, através do seu cuidado incessante e de sua fonte inesgotável de amor. Você é o maior e mais importante reencontro que tive nessa vida. Obrigada por ser mãe, amiga e cúmplice. Sigamos juntas nessa e além!

À minha avó Maria Clara, maior fonte minha inspiração da minha vida e grande incentivo à minha carreira acadêmica. Com ela aprendi a ler, descobri o gosto por obter conhecimento e a importância de trabalhar com aquilo que nos move. Carrego a senhora sempre comigo, esse título é nosso!

À minha família: Dinda, Luciana, Carolina e Clarinha. Matriarcado que me localizou no mundo como mulher e ser humano, que me ensinou a enfrentar todos os desafios e a não esmorecer, mulheres que me ensinaram o valor do trabalho digno, da autonomia e da altivez – sem perder de vista a necessidade de amor e cuidado com os meus, aprendo diariamente com o amor de vocês!

À minha família extensa, meus amigos. Sem o apoio e amparo de cada que se fez presente, essa caminhada teria sido muito mais árdua. Sobretudo, à Maria Fernanda e Mariana, irmãs que a vida me deu, e por escolha, investimento e afeto, nunca soltaram minha mão e sempre se fizeram presentes em todos os momentos, minha eterna gratidão, que sigamos sempre juntas!

À minha Egbè, ao Ilé Asé Ofá Odo Logun, à minha família de santo. O candomblé é a base ética que fundamenta a minha vida, e, cada um de vocês é figura imprescindível nesse caminhar, não só espiritual, mas também terreno. Em família aprendo a importância do coletivo, essa construção é pela gente!

Ao meu Pai de Santo, Nino de Logun Edé, aquele que confiei minha cabeça e que impostou a sagrada Obé Faria para que eu pudesse renascer. Com o senhor aprendo a

importância da hombridade, do bom discernimento e da seriedade sem perder a leveza e a doçura, para levar a vida, e as funções sacerdotais. Esteja certo de minha eterna gratidão, apoio e parceria!

À Patricia e Fernanda, minhas orientadoras. Por toda disposição, conhecimento compartilhado, interesse disposto, e, sobretudo pela paciência, compreensão e acolhimento em todos os momentos difíceis que necessitei. Sem o trabalho brilhante e incansável de ambas, eu não estaria aqui. Muito obrigada!

À Totinho Capoeira, Secretário de Direitos Humanos e Igualdade Racial do município de Campos dos Goytacazes, a minha eterna gratidão! Sem sua disposição e ajuda, não seria possível construir esse trabalho. Admiro profundamente toda sua trajetória e realizações dentro do movimento negro, em especial, na luta em prol do combate ao racismo e à intolerância religiosa. Aqui, há uma admiradora, e também parceira de luta.

À cada sacerdote que abriu não somente suas casas, como também suas vidas de forma tão generosa para mim, toda minha gratidão e bons sentimentos! Sem os mesmos, não haveria pesquisa possível. Esse trabalho – e luta – é por nós!

Quem vai pagar a conta?  
Quem vai contar os corpos?  
Quem vai catar os cacos dos corações?  
Quem vai apagar as recordações?  
Quem vai secar cada gota  
De suor e sangue  
Cada gota de suor e sangue (Negro).  
(Luna, Cabô, 2017)



## RESUMO

O racismo é violência sob a qual foi fundada a sociedade brasileira e se atualiza até os dias atuais, essa dissertação se debruça em estudar uma de suas ramificações: o racismo religioso e a intolerância religiosa em face das religiões de matriz africana. O objetivo desse trabalho é identificar e compreender os impactos psicossociais do racismo religioso e da intolerância religiosa nos sujeitos praticantes do Candomblé e da Umbanda em Campos dos Goytacazes. Compreendendo que o município em questão possui uma grande extensão territorial, e, portanto, tais impactos diferenciam-se, a pesquisa foi realizada em três territórios distintos do município: Área central, área rural e área periférica, aonde foram pesquisados os impactos na saúde física e mental, na vida laboral e de lazer desses sujeitos e a influência das particularidades de cada território. Essa dissertação trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, foi realizada uma revisão de literatura que buscou abarcar conceitos que embasassem e fomentassem a discussão proposta, e, posteriormente, uma pesquisa de campo, aonde foram utilizados como métodos a observação participante e a entrevista semiestruturada. Foram entrevistados oito sacerdotes das tradições estudadas e também o Secretário de Direitos Humanos e Igualdade Racial do Município, figura central nessa pesquisa. Do campo emergiram questões que foram profundamente discutidas, são elas: a questão racial e a proteção contida no fato de ser **Branco** – ainda que religioso de matriz africana; a influência dos atores institucionais, em ênfase às Igrejas Neopentecostais; e a questão territorial, suas diferenciações e conflitos, em especial, os que são impetrados pelos **traficantes evangélicos**. Para além de um labor acadêmico, essa dissertação se localiza como um trabalho incessante – diário e vivido no mundo – em busca do combate ao racismo e à intolerância religiosa. Essas violências se engendram a tantas outras, e, fazem suas vítimas cotidianamente, portanto, esse trabalho é um compromisso de luta, que permanece. Através da educação, da apreensão e difusão de conhecimento e do contínuo aprofundamento das pesquisas.

Palavras-chave: saúde pública; sociedade; violência; racismo; intolerância religiosa.

## **ABSTRACT**

Racism is the violence under which the Brazilian society was founded and is up to the present day, this dissertation focuses on studying one of its ramifications: religious racism and religious intolerance in the face of African matrix religions. The aim of this work is to identify and understand the psychosocial impacts of religious racism and religious intolerance on subjects practicing Candomblé and Umbanda in Campos dos Goytacazes. Understanding that the municipality in question has a large territorial extent, and therefore such impacts differ, the research was carried out in three distinct territories of the Municipality: Central Area, Rural Area and Peripheral Area, where the impacts on physical and mental health, work and leisure life of these subjects and the influence of the particularities of each territory were researched. This dissertation is a research of a qualitative nature, a literature review was conducted that sought to embrace concepts that underpinned and fostered the proposed discussion, and subsequently a field research, where participatory observation and semi-structured interview were used as methods. Eight priests of the traditions studied and also the Secretary of Human Rights and Racial Equality of the Municipality, a central figure in this survey, were interviewed. From the field have emerged issues that have been deeply discussed, these are: the racial question and the protection contained in the fact of being White – although religious of African matrix; the influence of institutional actors, in emphasis on the Neo-Pentecostal Churches; and the territorial question, its differences and conflicts, in particular, those that are imposed by evangelical traffickers. Beyond an academic work, this dissertation is located as an unceasing work – daily and lived in the world – in search of combating racism and religious intolerance. This violence engenders so many others, and they make their victims daily, so this work is a commitment of struggle, which remains. Through education, the acquisition and dissemination of knowledge and the continuous deepening of research.

**Keywords:** public health; society; violence; racism; religious intolerance.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Amigos dos Amigos
CIEP	Centros Integrados de Educação Pública
CTTRO	Comunidade Tradicional de Terreiro
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FRAB	Fórum de Religiões Afro-Brasileiras de Campos dos Goytacazes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e mais.
MNU	Movimento Negro Unificado
OMS	Organização Mundial da Saúde
SIRDH	Secretaria de Direitos Humanos e Igualdade Racial
TCP	Terceiro Comando Puro
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	19
2.1	OBJETIVO GERAL .....	19
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	19
<b>3</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	20
3.1	RACISMO E SAÚDE .....	20
3.2	NECROPOLÍTICA.....	23
3.3	COLONIALIDADE .....	24
3.4	EPISTEMICÍDIO .....	27
3.5	BRANQUITUDE .....	29
3.6	RACISMO RELIGIOSO X INTOLERÂNCIA RELIGIOSA .....	32
3.7	RELIGIOSIDADE: A UMBANDA E O CANDOMBLÉ .....	35
3.8	CAMPOS DOS GOYTACAZES – CAMPO DE PESQUISA .....	40
3.9	AS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS E O NARCOTRÁFICO .....	44
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	46
<b>5</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	53
5.1	O QUE O CAMPO TRAZ .....	53
5.2	O SECRETÁRIO – A VOZ DA SIRDH E DO FRAB .....	54
5.3	ÁREA CENTRAL – MARGEM DIREITA DO PARAÍBA .....	61
5.4	ÁREA PERIFÉRICA – MARGEM ESQUERDA DO PARAÍBA:.....	70
5.5	ÁREA RURAL – AS PRAIAS: PROTEÇÃO SIMBÓLICA E MATERIAL .....	79
<b>6</b>	<b>DISCUSSÃO</b> .....	85
6.1	INFLUÊNCIA DOS ATORES INSTITUCIONAIS .....	85
6.2	QUESTÃO RACIAL: SER BRANCO É PROTETIVO? .....	89
6.3	OS TERRITÓRIOS – CONFLITOS E DIFERENÇAS QUE EMERGEM .....	92
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	96
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	99
	<b>ANEXO A - ROTEIROS DE ENTREVISTA E GRUPO FOCAL</b> .....	101
	<b>ANEXO B - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b> .....	103

## APRESENTAÇÃO

Conjecturei por um longo período a forma que eu deveria começar esse trabalho de dissertação. Marco aqui sim que é um trabalho, por todo labor envolvido, muito além do acadêmico, muito além do processo de pesquisa e subsequente escrita. Essa dissertação é um ato político, uma invocação, um chamamento à luta e ao debate em prol do enfrentamento à intolerância religiosa e ao racismo, violência fundante da sociedade brasileira e pano de fundo da intolerância religiosa em face das religiões de matriz africana.

Pessoalmente, faz-se necessário me localizar enquanto sujeito, enquanto mulher e enquanto acadêmica por detrás da elaboração desse texto. Sou uma mulher cisgênero, branca, oriunda do que compreendemos como “classe média brasileira”, advinda de ensino particular – tanto na formação básica, quanto na superior -, nascida e criada no município de Campos dos Goytacazes, no interior do Estado do Rio de Janeiro, lócus no qual que também se localiza minha pesquisa de Campo.

Filha de mãe solo, neta criada como filha, educada em um seio matriarcal de extensa família que batalhou e batalha incessantemente para ultrapassar os percalços da caminhada, esse seio, deu luz e caminho à pessoa que sou. Psicóloga de formação, pesquisadora por (con)vocação, candomblecista, yawô (noviço dentro do Candomblé) e Omo Ayrá por escolha, caminho e crença hoje. Esse todo é o que me move e traz aqui, tudo isso compõe meu labor, minha pesquisa, meu campo e minha escrita.

Muitos foram os questionamentos do meu direito e dignidade de me debruçar sobre o tema que escolhi pesquisar. Ao longo do processo, percebi que não é só uma questão de escolha, é uma demarcação política de território, que faço durante toda a trajetória da minha vida pessoal e acadêmica. Passar por um profundo letramento racial, seguir estudando e me racializando, entendendo meu lugar social enquanto mulher branca - que ocupa o lugar do opressor – enxergando todos os meus privilégios, foi o caminho essencial e que tornou possível o desenvolvimento dessa pesquisa.

Desde a graduação, os estudos e temáticas do racismo e da intolerância religiosa se fazem presentes e ganham corpo durante a minha formação. Imprescindível frisar a importância, marca e até mesmo certa influência de ter vivido minha formação acadêmica como Psicóloga, em paralelo à minha vivência religiosa enquanto mulher de comunidade tradicional de terreiro. Essas linhas paralelas se encontram e formam a ética que embasa minha vida profissional e pessoal. É indissociável.

Por viver e ver as violências sofridas pelo povo de santo, das mais sutis e simbólicas, até a negação de direitos, como também ofensas e ações violentas rasgadas, chego a minha grande questão e pergunta do Mestrado: Quais são as influências da intolerância religiosa e do racismo religioso na saúde dos adeptos de religiões de matriz africana em Campos dos Goytacazes?

Diante de todo o exposto, vai ficando nítido todo meu envolvimento e vivência pessoal enlaçada à pesquisa. Por mais que eu tenha me afastado do meu território de vivência religiosa (a Comunidade Tradicional de Terreiro que sou filiada é em Sepetiba, Zona Oeste do Rio de Janeiro) – movimento estratégico para aguçar o olhar e ocupar os espaços enquanto pesquisadora - marco aqui que esse texto parte de uma escrevivência, forma de trabalho tão rica e bonita cunhada pela grande Conceição Evaristo.

“A Escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por uma coletividade”. Literatura Negra: Uma poética de nossa afro-brasilidade. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. p. 68.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao pensar em um projeto de Mestrado para tentar o ingresso no curso de Saúde Pública na ENSP, me vi cooptada pelo desejo de pesquisar sobre um tema que me atravessa desde a vivência pessoal, até minhas pesquisas durante a graduação: A intolerância religiosa e o racismo religioso. No entanto, trabalhar essa temática dentro de um curso de Saúde Pública, me pareceu um desafio que posso qualificar, minimamente, como incomum – mas extremamente mobilizador. E, por desejo, destino e investimento cheguei ao curso de Saúde Pública da ENSP com essa proposta de pesquisa.

A princípio, a minha ideia era pesquisar os impactos da intolerância religiosa e o racismo religioso na vida dos indivíduos que comungam e vivem uma religião de matriz africana. Com o avançar do curso, de meus estudos e do amadurecimento acadêmico, pude perceber que mais do que a investigação acerca do estado de saúde dos sujeitos à nível pessoal, era necessário e interessante pesquisar à nível comunitário – ou seja, levantar os impactos do racismo religioso na vida coletiva a partir do pertencimento identitário a uma religião. Foram necessários, no percurso da pesquisa, revisões e ajustes em relação ao objeto pesquisado, chegando à proposta atual, que é buscar compreender os impactos psicossociais desta violência em praticantes do Candomblé e da Umbanda e suas comunidades de pertencimento, no município fluminense de Campos dos Goytacazes.

O eixo no qual a minha proposta de pesquisa se enquadra é Sociedade, Violência e Saúde, sendo, então, a temática da Violência um ponto central de minha pesquisa. A mesma pode ser compreendida como uma ação que usa a força física ou psicológica, poder e privilégios para dominar outra pessoa ou grupo. Nesse sentido, a dominação pode se exercer por meio de uma violação física, psicológica ou simbólica. Como nos explicita Cecília Minayo no trecho a seguir:

Três definições de violências que contemplam tanto o âmbito individual quanto o coletivo: no centro de tudo, a ‘violência física’, que atinge diretamente a integridade corporal e que pode ser traduzida nos homicídios, agressões, violações, torturas, roubos a mão armada; a ‘violência econômica’, que consiste no desrespeito e apropriação, contra a vontade dos donos ou de forma agressiva, de algo de sua propriedade e de seus bens; e, por último, a ‘violência moral e simbólica’, aquela que trata da dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando os direitos do outro (MINAYO, 2006, p. 16-17).

Nessa dissertação, a expressão de violência em que proponho debruçar meus estudos é o racismo, sendo o mesmo, a partir de Minayo (2006), compreendido como uma violência moral e simbólica que pode chegar a atos de violência física em casos mais extremos.

O racismo é a violência sobre a qual foi fundada a sociedade brasileira, vigendo e se atualizando até os dias atuais, atuando nas estruturas de poder que hierarquizam e vulnerabilizam populações. Esse país foi construído às custas de sangue e suor negro, sendo o racismo a mais perversa das violências, uma vez que roubou do negro tudo: seu território, seus direitos, sua liberdade, sua família, sua religião e sua humanidade.

Segundo o professor Silvio Almeida (2019), existem três tipos de racismo: individual, institucional e estrutural. O primeiro diz respeito a ações individuais ou coletivas de um grupo em face de sujeitos específicos, desse modo, o racismo ocorre de forma mais direta e ligada ao comportamento. No entanto, tal concepção é rasa e não dá conta de toda complexidade do racismo. O segundo significa um importante avanço na compreensão de como o racismo age na nossa sociedade, pois considera que o mesmo é resultado do funcionamento das instituições, que são os modos de orientação, coordenação funcionamento da sociedade, atrelando Estado e Capital. Já o terceiro explicita, que as instituições são racistas, porque a sociedade é. O racismo não é algo criado pelas instituições, mas sim por elas reproduzidos.

Nesse sentido, podemos perceber que o racismo apesar de ter impactos concretos sobre as pessoas e coletivos - é uma violência que extrapola os limites do individual, se configurando como uma problemática sócio-histórica e, portanto, ganha a nomenclatura de Racismo Estrutural. Sendo esse um conceito que pode ser compreendido como uma discriminação que atinge os sujeitos negros em todos os âmbitos: político, econômico, geográfico, cultural e até mesmo em suas relações interpessoais diárias.

Com essa pesquisa, espero mais do que a busca por produção de conhecimento acadêmico. Acredito ser imprescindível dinamizar e fomentar debates acerca da estrutura colonial e racista que molda o Brasil até os dias atuais, sendo essa, grande reprodutora de violências. É fundamental, assim, dar visibilidade ao problema e causar incômodo para que seja possível viabilizar outros movimentos. Para elucidar a problemática acima descrita, trago as palavras de Silvio Almeida:

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social, e, por isso não precisa de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (ALMEIDA, 2019, p. 40).

Durante o período colonial, o negro tem a sua humanidade negada e passa a ser visto apenas como força de trabalho. E, essa realidade que se desenhou no país com o advento da



escravidão e perdura até os dias atuais. A lógica que persiste é: Se os negros não têm mais serventia, extermine-os, os deixe em condições tão precárias que o morrerão à própria sorte, por meio da construção social do racismo estrutural e de sua atualização através do racismo institucional. A partir desse fato, percebemos que a própria condição de existência digna lhes é negada.

Neste passo, podemos perceber como o racismo é um plano traçado que opera a partir da criação das hierarquias raciais, que naturalizam a dominação sobre os negros e que caminha de forma imbricada à busca pela manutenção das estruturas de poder nas mãos brancas, reproduzindo-se cotidianamente na forma em que os sujeitos se relacionam em sociedade. Ao conceituar a necropolítica, Mbembe (2011) nos fala de uma política de morte operada pelo Estado, que elege o corpo “matável” como o corpo negro, que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial que é a raça.

Esse traçado naturaliza o corpo negro como aquele que deve ocupar o lugar de serviço, escamoteando a perversa lógica da violência racista que opera sustentando essas estruturas, visando firmar a exclusão dos negros e a garantia de privilégios dos brancos. Grada Kilomba nos traz essa discussão em seu livro *Memórias da Plantação*, quando diz o seguinte:

Portanto, o racismo está imbricado à formação e ascensão das estruturas de poder e se reproduz cotidianamente nas relações que os sujeitos mantêm em sociedade, as quais naturalizam a condição de miséria social que a maioria da gente negra ainda vive, quando não os culpam (Kilomba, 2019, p. 77).

Muitas são as formas de fazer morrer a partir do racismo, a morte não é só do corpo físico, ainda que a mesma seja repetida cotidianamente, como pode-se perceber nos mais diversos canais de informação. Estendo aqui a necropolítica, como também uma possibilidade de morte simbólica, quando o negro não tem sua vida ceifada, ceifada são suas potências, saberes e culturas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde pode ser compreendida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade. Nesse sentido, é necessário que o racismo seja considerado como uma questão de saúde pública, pois trata dos processos de morte/vida de cerca de 53% da população brasileira, que segundo o IBGE (2021) corresponde ao quantitativo de pessoas autodeclaradas pretas e pardas no Brasil. Ou seja, ele afeta enormemente sua existência e, conseqüentemente, o estado de saúde física e mental daqueles que podem vir a ser violentados apenas por existir.

Durante o Processo Seletivo para cursar o Mestrado, e também em conjecturações passadas, já imaginava essa pesquisa, no entanto, a pensava de uma outra forma, em outro território e com aporte interseccional um pouco diverso. Cursar o primeiro ano de Mestrado de modo remoto, me permitiu não precisar mudar para o Rio de Janeiro, território esse que eu imaginava realizar a pesquisa de campo. A partir desse advento, pude me estabelecer e por consequência, me aproximar da minha cidade de origem: Campos dos Goytacazes.

Campos dos Goytacazes é uma cidade de tradição escravagista, tendo sido o último município no país a abolir a escravidão, em 1888. Tal fato me fez pensar e buscar me aproximar da história da cidade. Em razão do exponente número de sujeitos escravizados que vieram para essas terras em tempos coloniais, grande também é o número de Comunidades Tradicionais de Terreiro no município. Para o Povo de Santo (forma como se autodenominam os viventes das religiões de Matriz Africana) as CTTRO's não são somente templos religiosos, mas também territórios de proteção tanto de vida material, como cultural e simbólica. E, por isso mesmo, espaços tão importantes de existência e resistência do povo negro.

Como explicita o Babalorixá Sidnei Nogueira:

Uma CTTro é um espaço quilombola que mantém saberes ancestrais de origem africana que são parte da identidade nacional. Um espaço de existência, resistência e (re-)existência. Um espaço político. (Nogueira, 2020, p. 24).

A pauta da intolerância religiosa e do racismo religioso, além de necessária é urgente. Os cultos afro-brasileiros são amplamente reconhecidos como forma de manutenção e expansão de Axé (Energia vital). Durante aproximadamente 400 anos professar uma fé que não fosse a católica era crime no Brasil. Com o advento da abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da república no ano subsequente, igreja e estado foram separados. Com esse fato, um tempo de novas possibilidades e liberdade era esperado. Na constituição de 1891 foi garantido o direito à liberdade religiosa, no entanto, tal direito não se aplicou à fé oriunda de África. O Código Penal inaugurado em 1890 enquadrava nos artigos 157 e 158 a punição pela prática de “baixo espiritismo, curandeirismo e magia”, sendo as práticas das religiões de matriz africana incluídas nesse contexto.

Como pode-se perceber, a perseguição aos terreiros de Candomblé e outras denominações é histórica no Brasil, tanto que muitos terreiros, sobretudo os mais antigos, são instalados em pontos afastados do centro, em locais mais “escondidos”, buscando protegerem-se dos possíveis ataques. Na constituição de 1988 a letra de lei veio assegurar ao povo brasileiro a liberdade de crença e também de culto, porém, na prática, falta segurança, como podemos

perceber em notícias veiculadas em larga escala na grande mídia, sobre ataques à terreiros e/ou praticantes de religiões de matriz africana.

Para além do recorte histórico das violências e privações sofridas por esse povo nas mãos do Estado, uma instituição que incita crimes de ódio em relação aos terreiros são as igrejas neopentecostais. Correm na mídia diversas notícias de ataques à terreiros, invasões, depredações, incêndios e destruição não só do espaço físico, como também de objetos sagrados. Essas violências não se restringem apenas ao espaço dos terreiros ou ao seu entorno, elas também ocorrem nas ruas quando os sujeitos se encontram com algum marcador ou símbolo que aponte a religião que professam.

Cabe ressaltar que o direito à liberdade não pode ser confundido com liberdade para difundir discursos de ódio ou cometer outras violências. Ainda em casos que não chegam a nenhum tipo de violência física, a violência simbólica é real e segue fazendo suas vítimas. Os comportamentos e ações racistas não buscam só desqualificar, subalternizar ou mesmo eliminar a presença de negros na nossa sociedade, mas negar qualquer participação na construção da história do país, incluindo na cultura, no que estão incluídas as tradições africanas. O racismo religioso é uma das mais sofisticadas formas de epistemicídio (Santos, 2009), em face das cosmologias afro-brasileiras, visando assim, vilipendiar suas práticas, tradições e saberes.

Vale ressaltar que a decisão de realizar a pesquisa de campo em Campos dos Goytacazes se deu razão do expressivo número de terreiros no município – aproximadamente 103 no último Censo feito pelo Fórum de Religiões Afro-Brasileiras (FRAB), dentre eles 67 sendo terreiros de Candomblé. Também influencia este recorte o fato de haver uma possibilidade pessoal facilitada de inserção nas comunidades por meio do FRAB municipal, em virtude do fato de conhecer pessoalmente integrantes do corpo diretor do órgão.

Para além do necessário recorte social da justificativa, trago também o recorte acadêmico. A pauta interseccionada entre violência, saúde e racismo, sobretudo, racismo religioso, ainda é muito pouco abordada na academia. Apesar de haver um movimento contra hegemônico que se encontra em ascensão, este, no entanto, precisa ser cada vez mais valorizado e posto em prática, sendo essa então a minha busca com a presente pesquisa: trazer para o eixo acadêmico uma realidade social ainda pouco estudada, porém amplamente presente na sociedade de forma estigmatizada e reprodutora de violências.

Muito se discute sobre o lugar social e o corpo do negro quando se fala de racismo, no entanto, urge que a branquitude brasileira se aproprie do seu local de fala nessas discussões, colocando em xeque seu lugar na luta antirracista. Um dos primeiros passos necessários é a

tomada de consciência, o reconhecer-se racista e reconhecer-se detentor de diversos privilégios que são exatamente os que moldam o lugar em que ocupamos na sociedade atualmente.

Pessoalmente, a escolha por esse tema de pesquisa me é especialmente cara, interessante e necessária. Enquanto mulher branca praticante e vivente do Candomblé há cerca de dez anos, pude presenciar muitos acontecimentos e vivenciar outros tantos. Dito isso, o meu compromisso ético com essa pesquisa será usar dos meus privilégios de mulher branca, classe média, pesquisadora e detentora de privilégios diversos, para produzir informações em saúde que visibilizem os impactos psicossociais do racismo religioso e da intolerância religiosa que atingem o povo de terreiro, povo esse que ainda é tão estigmatizado pelo poder público e pelas políticas públicas em saúde, educação, segurança pública, dentre outros.

Para finalizar a minha justificativa, trago as palavras do professor e Babalorixá Sidnei Nogueira, que nos diz o seguinte: “O processo de demonização dos cultos de matrizes africanas, em última análise, caracteriza a negação da humanidade desses fiéis” (NOGUEIRA, 2020, p. 91). À essa afirmação, acrescento a pergunta: O que pode ser mais violento do que um processo que nega a humanidade dos sujeitos?

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Identificar e compreender os impactos psicossociais da intolerância religiosa nos sujeitos praticantes do Candomblé e da Umbanda no Município de Campos dos Goytacazes.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Identificar os impactos da intolerância religiosa na saúde mental e física dos sujeitos praticantes do Candomblé e da Umbanda em três territórios do município de Campos dos Goytacazes.

Identificar os impactos da intolerância religiosa nas atividades laborais, na vida privada e no lazer dos sujeitos praticantes do Candomblé e da Umbanda do município de Campos dos Goytacazes.

Analisar se há diferença nos impactos psicossociais da intolerância religiosa a partir de três territórios distintos: central, rural e periférico, nos quais as comunidades de terreiro estão inseridas.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 RACISMO E SAÚDE

Início a revisão bibliográfica dessa pesquisa, trazendo os dois grandes eixos que sustentam a minha proposta: Racismo e Saúde. É indiscutível que a saúde necessariamente se intersecciona com os contextos econômico, social, territorial e, ousado aqui dizer, religioso dos sujeitos. A saúde precisa ser compreendida como um valor social, e, para tal, é necessário que consideremos não somente os fatores individuais, mas também os fatores sócio-históricos. É preciso identificar quais determinantes sociais da saúde, ancorados em processos históricos, influenciam na situação de saúde dos sujeitos atualmente, compreendendo que o adoecimento não é só biológico.

O racismo faz parte de um projeto político de manutenção de poder nas mãos brancas. Tal projeto dá forma, contorno e tessitura à realidade social brasileira que conhecemos hoje. Esse traçado teve início no período colonial, quando o conceito de raça foi criado a partir da colonização das Américas, afim de justificar todo o processo de barbárie envolvido na corrida exploratória. Ou seja, o racismo precede o conceito de raça, pois foi necessário criar a ideia de sujeitos inferiores para que fosse possível instaurar a hierarquia racial como – infelizmente – conhecemos até os dias atuais no Brasil.

Trago, então, o filósofo camaronês Achille Mbembe, para nos ajudar a pensar a grande questão Colonialidade x Racismo:

A ‘ocupação colonial’ em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico — inscrever sobre terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais (‘territorialização’) foi, enfim, equivalente a produção de fronteiras de hierarquias, de zonas enclaves; subversão dos regimes de propriedade existentes; classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, produção de uma ampla reserva de imaginários culturais (Mbembe, 2018, p. 38).

O processo de colonialismo e consequente colonialidade – que vige até os dias atuais – resulta em violência e adoecimento para o povo negro, pois lhes são negadas possibilidades de trabalho, moradia, afeto e vivência religiosa e cultural de forma digna. Nesse enlace, já podemos perceber um ponto nevrálgico do processo de ausência de saúde e produção de adoecimento em face dessa população, que segue como projeto em curso.

Para falarmos em Saúde Pública e Saúde Coletiva, precisamos falar dos Determinantes Sociais da Saúde, que vêm nos anunciar que o adoecimento não é só biológico, mas também

social. Devemos considerar, nesse processo, fatores econômicos, étnico-raciais, geográficos, culturais e psicológicos. Então, compreendendo o adoecimento como um fenômeno social, podemos perceber que este ocorre ancorado em processos históricos, sendo o mote central dessa dissertação o adoecimento provocado a partir do racismo, mais especificamente do racismo e intolerância religiosos.

Fanon (2008) nos diz que “A violência é a base da relação entre colono e colonizado”, sendo a mesma, produtora do trauma psíquico da colonização sobre os negros. Ainda ousado completar, o racismo e a ideia de hierarquia de raça cartografam o Brasil, tendo influência direta na distribuição populacional nas cidades e na consequente qualidade de vida dos sujeitos, tal distribuição, traz reflexos às situações de saúde dos sujeitos e aos indicadores de mortalidade e morbimortalidade, sendo que estes devem ser levados em consideração nas tratativas sobre saúde.

A psicóloga Grada Kilomba também corrobora essa discussão:

A devastação de ser colocada/o nesse lugar – inferior, subjugado, subalternizado – é impossível de medir. Não tem como promover um cuidado às populações negras sem perceber e assumir essa violência que, na esfera mais cotidiana, é expressa através de medos, fantasias, baixa autoestima, adoecimentos de forma geral, entre tantos outros. Experiências estas que não são agradáveis, mas são cotidianas “[...] uma constelação de experiências de vida, uma exposição constante ao perigo, um padrão contínuo de abuso” (Kilomba, 2019, p. 80).

Diante do exposto, faz-se necessário nos atentarmos ao conceito de interseccionalidade, uma vez que ele tem como base a ideia de interação entre gênero, raça e outras categorias sociais de diferença que adicionam marcas de sujeição que expõem os sujeitos à violência. Apesar de cunhado por Kimberly Creenshaw (1989), a intelectual Carla Akotirene tem um importante trabalho pensando interseccionalidade a partir da realidade brasileira. Segundo ela “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 20).

Ou seja, o conceito de interseccionalidade nos aponta para uma problemática, mas também nos dá pistas de quais são os fatores que nela se engendram para que, a partir disso, possamos pensar, de maneira mais aproximada ao real, as questões sociais que atravessam os corpos negros, sobretudo das mulheres negras. A autora afirma, ainda, que o conceito de interseccionalidade pode ser compreendido como metodologia de combate às violências oriundas do binômio raça-gênero.

A hierarquia racial, cuja base está no esquadrinhamento do mundo ocidental e na ocupação de territórios por meio da colonização, estrutura as relações de trabalho no Brasil,

sendo um dos pilares de sustentação do capitalismo. Dessa forma se justifica e mantém a exploração da mão de obra e normaliza-se a violência nas relações de trabalho, uma vez que há uma raça inferior e para ela, estão guardados serviços menos prestigiosos socialmente, sobretudo de baixa remuneração. Como exposto por Quijano:

A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das *raças inferiores* pelo mesmo trabalho dos *brancos*, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (Quijano, 2005, p. 20).

Durante o período colonial e com o advento do grande raptó das diversas etnias africanas, houve um movimento de desmantelamento de famílias, saberes, laços e cultura feito de forma proposital. Com o intuito de tornar mais fácil o processo de dominação dos sujeitos escravizados e a conseguinte assimilação pelos mesmos da cultura europeia, as pessoas em situação de escravismo foram todas unificadas em único balaio, chamados de “negros”, o que Quijano (2005) aponta como uma tentativa de “coisificá-los”, ceifando assim sua humanidade e facilitando a dominação.

No que tange à religiosidade dos sujeitos, podemos perceber com clareza tal processo, no entanto, também podemos perceber a criação de tecnologias e adaptações para que essas pessoas pudessem continuar vivenciando e mantendo sua fé. O culto feito em África é distinto do culto feito no Brasil, chamado aqui de Candomblé. O Candomblé surge justamente do contato entre as diferentes etnias trazidas para o Brasil, que por estarem separadas de seus pares, passam a trocar com outras culturas, acessar outros conhecimentos e louvar outros deuses, surgindo assim o Candomblé, uma religião brasileira.

Em África o culto a cada Orixá é feito de acordo com a região, ou seja, há uma cidade específica – Oyó, atual Nigéria – aonde há a raiz do culto ao Orixá Xangô e todos dessa região são consagrados a esse Orixá. No Brasil, nos diversos Candomblés existentes, são louvados múltiplos Orixás em uma mesma região e família de Axé, o que se desenha a partir do contato entre pessoas de diversas etnias e regiões trazidas da África, sendo essa uma forma de resistência e tentativa de manutenção do culto a partir de formas diversas de subversão que se mantém e recriam-se até os dias atuais.

Em África, o culto aos orixás é diferente do existente no Brasil, lá cada região cultua um orixá específico, que se torna o “patrono” de todos os membros da comunidade.



Com o advento da diáspora para o Brasil, os cultos se fundiram, e em uma mesma família de santo cultuam-se orixás diversos (Martins, 2019, p. 11).

Muitas foram as estratégias utilizadas para que fosse possível a existência e continuação dos cultos à Orixá no Brasil, uma das mais conhecidas é o sincretismo religioso. Tal processo consistia na associação da imagem de santos católicos à Orixás como forma de escamotear a perversão – e perseguição – advinda da catequização católica imposta aos sujeitos. Essa estratégia é explicada a seguir:

O candomblé brasileiro é essencialmente uma prova de resistência da cultura de um povo, que precisou encontrar formas de sobreviver em meio a uma sociedade cristã dogmatizadora. Uma grande estratégia de preservar sua ancestralidade encontrada pelos iorubás foi o sincretismo religioso, no qual os mesmos se apropriavam das figuras dos santos católicos para representarem seus orixás e assim conseguirem manter seu culto, desse modo subvertendo a norma opressora dos colonizadores (Martins, A.R, 2019, p.11-12).

Diante do exposto, podemos perceber que o Racismo Religioso é uma violência que se inicia durante o período colonial, em interface com o Estado, a igreja e a sociedade, e se sustenta até os dias atuais pela lógica da colonialidade que ainda vige e produz violência. Como nos diz o professor Silvio Almeida: “A Violência é um fenômeno estrutural que se perpetua por meio do Estado e suas instituições” (2019, p. 29).

Para que possamos compreender o racismo estrutural e a forma como ele se desenha e encarna atualmente na sociedade brasileira, nós precisamos partir de três eixos centrais: Necropolítica, Colonialidade e Epistemicídio, que explanarei no quadro a seguir.

### 3.2 NECROPOLÍTICA

A necropolítica como cunhada por Mbembe (2011), é operacionalizada pelo Estado e o capital em conjunto. O autor nos mostra que a morte foi apropriada enquanto um objeto de gestão pelo poder político, o qual não se limita apenas a indicar medidas sobre como a vida deve ser gerida, mas também aponta como se deve morrer e quem deve morrer. Em determinados territórios, os indivíduos vivem a partir de níveis tão mínimos de sobrevivência e dignidade, que a distinção entre vida e morte é muito sutil e sempre claudicante. Assim, o risco da morte torna-se presente o tempo todo. Sendo esse risco iminente um marco central da necropolítica.

A necropolítica estabelece parâmetros em que a submissão da vida pela morte pode ser legitimada. Para Mbembe, a necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos através da indignidade e violência. Não é só “deixar morrer”, é “fazer morrer” também. Nesse sentido, esse poder de morte, que podemos chamar de necropoder, é elemento estrutural no capitalismo neoliberal de hoje, atuando e se atualizando por meio de práticas e tecnologias de gerenciamento de morte de certos grupos e populações, em sua maioria pobres, negras e periféricas.

Dito isso, é fato que a necropolítica se atualiza de formas extremamente vis na sociedade brasileira. A mesma é um projeto político que, como dito anteriormente, serve ao capitalismo, ainda que não mais através da manutenção da força de trabalho escrava, mas a partir da constante manutenção das relações de trabalho exploradoras e expropriadoras de direitos que mantém inacessíveis condições dignas de vida, moradia e saúde para parte da população. O trecho a seguir marca tristemente esse fato:

A cidade do colonizado [...] um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, uma cidade ajoelhada (Fanon *apud* Mbembe, 2018, p. 41).

### 3.3 COLONIALIDADE

Pegando o gancho acima, quando colocamos a colonialidade no centro da questão racial, precisamos fazer uma regressão histórica para sua análise. A colonialidade tem sua gênese relacionada ao processo de globalização e tentativa de criação de um novo poder mundial eurocentrado, ou seja, é fruto da ação de países europeus que buscavam dominar outras regiões do globo, para que então pudessem estabelecer seu poder. A colonização – e criação - das Américas é central nesse processo, no entanto, vamos aqui nos ater à realidade do Brasil.

A colonialidade é o grande marco temporal a partir do qual se estrutura a ideia de raça. Como dito anteriormente, no bojo da colonialidade erige-se o racismo como forma de justificar a barbárie da escravidão. O racismo veio como uma forma de vilipendiar toda a cultura dos marcados como negros e suas produções subjetivas, sendo incluídas nesse contexto suas práticas religiosas. Para Quijano (2005), a colonialidade do poder se instala a partir da dominação simbólica e cultural – não só territorial - dos povos colonizados, por meio dos

colonizadores. Essa dominação ocorre por meio de diversas tecnologias e estratégias que visam enfraquecer as cosmologias desses povos, afim de facilitar a dominação. Como explicita a seguir:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais– aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (Quijano, 2005, p 6).

Ledo engano e doce ilusão daqueles que acreditam que o colonialismo se extinguiu na era do Brasil Colônia com o Grito do Ipiranga e a subsequente dita independência em 1822, tampouco desapareceu com a proclamação da república em 1889. A lógica da colonialidade vige e controla corpos até os dias atuais, nos mais minuciosos detalhes até as violências mais descaradas. A democracia que vigora no Brasil opera de modo a deixar o povo negro sempre à margem, sustentando um lugar de ascensão quase que impossível em decorrência às enormes barreiras impostas a esses indivíduos.

A colonialidade do poder, segundo Quijano (2005), é um processo que caminha de mãos dadas com o capitalismo na formação da sociedade como conhecemos hoje e sua em manutenção. A partir do advento das grandes navegações europeias, e a conseqüente tentativa de dominação das Américas, a Europa se tornou o centro do capitalismo mundial, sendo o eurocentrismo, a ideia de superioridade dos países europeus, que deu forma e possibilitou o desenho social, político e econômico que conhecemos hoje.

Para justificar a dominação dos diversos povos, havia necessidade de criar-se uma justificativa plausível, eis aí que surge o conceito de raça: os não brancos são sujeitos inferiores, menos evoluídos e que precisam do dedo da “modernidade europeia” para que possam se desenvolver. Trazendo para a realidade brasileira, o primeiro passo – após a falha tentativa de dominação e subserviência – foi a de extinguir os povos originários, aqui chamados de indígenas. Como então não havia mão de obra para o processo exploratório o suficiente que fosse oriunda do território dominado, os portugueses precisaram importar mão de obra – assim então, deu-se início à diáspora dos povos africanos para o Brasil.

As relações de trabalho como começaram a se desenhar nessa época influenciam as relações de trabalho até os dias atuais. Durante todo o período colonial, os únicos trabalhadores remunerados eram os trabalhadores brancos, ou seja, os negros não tinham nenhum poder de compra, tampouco poder de escolha sobre si mesmos. Tais são as raízes do contexto

contemporâneo, quando vemos sujeitos negros em posições subalternizadas, pior remuneradas e/ou em situação de vulnerabilidade social; ou seja, faz parte da herança colonial a diferença de salário entre brancos e negros.

O etnocentrismo é um fenômeno onde um grupo étnico se considera superior aos demais, o que foi forjado como naturalmente associado ao europeu. O “outro” para a Europa é o que conhecemos como Oriente, então, africanos e indígenas de diversas regiões eram considerados primitivos, e, portanto, não somente poderiam, como deveriam ser dominados, para que então esses povos pudessem “avançar e se modernizar”. Como nos elucidava a psicóloga Cida Bento, em sua obra *O Pacto da Branquitude*:

O olhar europeu transformou os não europeus em um diferente e, muitas vezes ameaçador, outro. E esse outro tem muito mais a ver com o europeu do que consigo próprio. [...] colocando-se como o “homem universal”, em comparação com os não europeus. [...] Os europeus brancos foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. (Bento, 2022, p. 28 e 29).

A colonização dos pensamentos, a colonização dos saberes, a incessante busca por “clarear” as questões e a infinita ação do cristianismo sobre os povos tradicionais, bem como sobre os povos trazidos para cá, são a base em que se sustenta o racismo estrutural. Toda a cultura negra é colocada como inferior (e ruim) pelo homem branco, e, por esse motivo, deve ser então suplantada pelos saberes cristãos, brancos e europeus. Como disse Neusa Santos na obra *Tornar-se Negro* em 1983:

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (Santos, 1983, p. 19).

Outro ponto importante a ser destacado é a animalização dos negros e a perene sustentação desse povo à margem. À margem do saber, à margem do território, à margem do amor e à margem da humanidade. Quando colocados nesses lugares, e assim mantidos desde a era escravocrata, legitima-se ações policiais nas favelas onde negros são mortos sem a mínima razão aparente além da própria existência, legitima-se a violência, legitima-se a miséria, legitima-se a barbárie e o genocídio desse povo. Afinal, eles não são gente, mas sim força de trabalho, não mais escrava de um senhor de engenho, mas atualmente da lógica capitalista que opera e sustenta o atual cenário do país.

Embasando a pontuação acima colocada, trago outro trecho de Neusa Santos na obra *Tornar-se Negro*:

A definição inferiorizante do negro perdurou mesmo depois da desagregação da sociedade escravocrata e da sua substituição pela sociedade capitalista, regida por uma ordem social competitiva. [...] O negro era paradoxalmente enclausurado na posição de liberto: a ele cabia o papel de disciplinado, enquanto o branco agia com autoritarismo, por vezes paternalista, que era característico da dominação senhorial. (Santos, 1983, p. 20).

Nesse sentido, podemos perceber como o racismo é um plano traçado que opera imbricado à busca pela manutenção das estruturas de poder nas mãos brancas, reproduzindo-se cotidianamente na forma em que os sujeitos se relacionam em sociedade. Um exemplo disso é o pequeno quantitativo de negros em posições de destaque, tanto econômico, quanto intelectual. Esse traçado naturaliza o corpo negro como aquele que deve ocupar o lugar de serviço, escamoteando a perversa lógica racista que opera sustentando essas estruturas, visando firmar a exclusão dos negros e a garantia de privilégios dos brancos.

Grada Kilomba nos traz essa discussão em seu livro *Memórias da Plantação*, quando diz o seguinte:

Portanto, o racismo está imbricado à formação e ascensão das estruturas de poder e se reproduz cotidianamente nas relações que os sujeitos mantêm em sociedade, as quais naturalizam a condição de miséria social que a maioria da gente negra ainda vive, quando não os culpam. (Kilomba, 2019, p. 77).

### 3.4 EPISTEMICÍDIO

Outro ponto fundamental para a compreensão do desenho e desenvolvimento do racismo estrutural no Brasil, e de seus impactos na saúde, é o conceito de epistemicídio, e, conseqüente, de racismo epistêmico. Para começarmos a tratar de tal conceito, acho importante trazer a etimologia da palavra episteme, palavra da qual deriva o conceito de epistemicídio. Segundo Grada Kilomba: “O termo [epistemologia] é composto pela palavra grega episteme, que significa conhecimento, e logos, que significa ciência. Epistemologia é, então, a ciência da aquisição de conhecimento (Kilomba, 2008 p. 04)”.

Kilomba traz a seguinte definição de Epistemologia:

Quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro. (os paradigmas) quais narrativas

e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. 3. (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro (Kilomba, 2008, p.05)

A epistemologia ocidental colonial, construída no “centro” do mundo, define o conhecimento “bom”, “válido” e “verdadeiro”. Caminhando nesse sentido, podemos afirmar ser o racismo epistêmico um processo de desvalidação, desvalorização e apagamento de saberes negros, tendo em vista que a cultura e saberes desse povo passou por um profundo e vil processo de aniquilação durante o período colonial.

Um grande exemplo para pensarmos o racismo epistêmico em face dos sujeitos trazidos em regime de escravidão é o racismo religioso, que segue atuante, produzindo violências e vítimas cotidianamente. O mesmo se sustenta no racismo epistêmico, crença que embasa a ideia de que as cosmologias negras africanas são ruins, baixas e nesse caso até chamadas de demoníacas.

Segundo a filósofa Sueli Carneiro, o racismo epistêmico tem sido um instrumento operacional – do Estado e sociedade - que tem contribuído fortemente para a consolidação das hierarquias raciais que são produzidas pelo próprio epistemicídio (Carneiro, 2005). Ou seja, a manutenção das hierarquias raciais é feita a partir da manutenção dos saberes do povo negro à margem da cultura, do conhecimento e do reconhecimento da sociedade em geral. O conceito Pacto Narcísico da Branquitude, como cunhado por Cida Bento também corrobora e complementa a explicação da ideia de epistemicídio, pois, sujeitos brancos, fazem - ainda que inconscientemente – o movimento de protegerem-se a todo custo, para que sejam mantidos seus privilégios e locus social. Ou seja, nesse sentido, os negros são uma ameaça à estrutura que os favorece.

É possível identificar a existência de um pacto narcísico entre coletivos que carregam segredos em relação a seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos através de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos, numa espécie de sepultura secreta. Assim é que a realidade da supremacia branca nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira é usufruída pelas novas gerações brancas como mérito do seu grupo, ou seja, como se não tivesse nada a ver com os atos anti-humanitários cometidos no período da escravidão, que corresponde a 4/5 da história do país ou com aqueles que ainda ocorrem na atualidade. (Bento, 2022, p. 23 e 24).

O racismo epistêmico explica e sustenta o racismo religioso. Tendo em vista que toda a cosmologia afro-brasileira foi tratada como inferior e ruim, com sua crença religiosa não seria diferente, sobretudo considerando a forte influência do cristianismo na criação da Brasil

colônia, sendo a religião usada também como um meio de dominação desses povos. A religião afro-brasileira é mais que um culto religioso à Deus ou a deidades, mas uma forma de organização social e familiar através de grupos que se fortalecem, se protegem e possuem uma visão própria de mundo, tecnologia e saberes. Portanto, ao colonizador, era extremamente necessário e interessante o desmonte de tão potente fenômeno.

O autor Boaventura de Sousa Santos afirma que o epistemicídio é uma violência ainda maior que o genocídio, uma vez que não incide somente sobre o sujeito, mas sim sobre sua cultura. A tratativa e criação da cultura do “Outro”, sendo esse outro todo aquele que não se refere ao centro mundo hegemônico, põe em xeque toda sua produção acadêmica e intelectual.

Trago uma importante definição sobre epistemicídio de Sousa Santos:

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (Santos, 2009, p. 328)

### 3.5 BRANQUITUDE

Ao me propor à essa pesquisa, a discutir essa temática, um incômodo me permeava: eu, branca, discutindo racismo e intolerância religiosa? Qual meu lugar de fala nessa luta? Para além do fato de eu ser uma mulher de terreiro, ainda sentia necessidade de me localizar enquanto ser atuante nesse contexto. Eis então, que comecei a debruçar meus estudos sobre o conceito de branquitude, que a autora Lia Wainer define como:

Ser branco e ocupar o lugar simbólico de branquitude não é algo estabelecido por questões apenas genéticas, mas, sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam. [...] Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (Schucman, 2012, P. 23).

Ou seja, a branquitude é uma construção sócio histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca. Me racializar, me reconhecer enquanto mulher branca,

compreender e assumir todos os privilégios que revestem meu corpo em razão desse fato, foi essencial para que eu pudesse avançar na proposta de pesquisa. Os sujeitos brancos precisam compreender seu lugar na sociedade, adquirir o que a autora Lia Wainer Schucman chama de “racial literacy”, que pode ser traduzido livremente como “alfabetização racial”, ou seja, um processo de compreensão e racialização própria. Para a partir disso, passem a se mover para serem propulsores de mudanças, ainda que micro, em seus núcleos sociais.

Cida Bento vem nos dizer que muito se ocupa de pensar a questão racial do Brasil como um problema do negro, sendo então, algo que esses sujeitos precisam se apropriar e lutar contra as violências e violações sofridas. No entanto, a crítica feita pela mesma é a pouca discussão acerca do lugar do branco nessa discussão, muito se fala do sofrimento dos negros, pouco se fala dos grandes ganhos dos brancos em decorrência do sistema racial que esquadrinha a sociedade brasileira. Sendo esses “ganhos” justamente o motor da barbárie do escravismo, e que ainda faz manter a estrutura social que tanto privilegia essa parte da população.

Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre o outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até de morte, para o outro. (Bento, 2022, p. 14 e 15).

Aos pensarmos na pirâmide hierárquica social, podemos perceber que quem tem gênero é a mulher, assim como quem tem raça são os negros. O homem branco é aquele reconhecido como sujeito universal, como aquele que nomeia quem é o “outro”. Na estrutura dessa lógica social, o que opera é o colonialismo, e na forma como a sociedade brasileira tomou forma, privilégios e poder são os fatores que sustentam os brancos como sujeitos hegemônicos até os dias atuais. No entanto, é necessário adotar um recorte histórico para que se possa compreender como chegamos a isso.

O mito da democracia racial presente na sociedade brasileira produz uma sensação de “alívio” entre os brancos, pois os desresponsabiliza dos problemas sociais que atingem os negros. O primeiro passo é, então, denunciar tal mito como ocultador de desigualdades sociais e raciais abissais, ontem e hoje. O desmonte estrutural da compreensão de raça como se tem atualmente, faz-se além de necessário, urgente.

O Pacto Narcísico da Branquitude vem justamente nesse movimento da compreensão e entendimento de quem são os seus pares na sociedade, e, a partir dessa compreensão, os sujeitos brancos se privilegiam como forma de proteção aos seus benefícios e privilégios sociais. Um



exemplo extremamente comum e usado pela autora que cunha que esse conceito, é a predileção de uma empresa por contratar um profissional branco em detrimento de um profissional negro (ainda que mais ou tão capacitado quanto) para determinada vaga, sobretudo, se a mesma representar uma posição de poder.

Os brancos se protegem e protegem seus privilégios – que os mesmos adoram revistar e vender como “mérito” - afim de manterem a máquina estrutural que os mantém na posição que ocupam. São camadas políticas, econômicas e sociais muito bem engendradas que sustentam esse lugar. Essa pesquisa visa abrir espaço para um movimento contra hegemônico a partir do momento que busco usar dos meus privilégios para confrontar os mesmos. É tendo por base essa lógica que Lia Wainer diz que “uma das contribuições que um branco pode fazer pela e para a luta antirracista é denunciar os privilégios simbólicos e materiais que estão postos nessa identidade” (SCHUCMAN, 2012, P. 23). Ou seja, buscar romper com o pacto narcísico da branquitude.

Sabemos que é a partir da colonização do mundo que a branquitude tem seu ponta pé como um constructo ideológico, pois é nesse processo que os brancos tomam sua identidade racial como norma padrão. Tal fato se fincou na sociedade de uma forma, que produz efeito até os dias atuais: o padrão é europeu. Tanto religioso, quanto de beleza, quanto étnico, até cultural, a produção de hegemonia branca é muito poderosa e atravessa todos os corpos em diáspora, e ou, em territórios colonizados. Portanto, a ideia central dos estudos sobre branquitude é preencher a lacuna que há nos estudos sobre relações raciais, que por muito tempo ajudou a naturalizar a ideia de que “quem tem raça” é apenas o negro.

Os sujeitos brancos detêm diversos privilégios com a manutenção da estrutura social racista, sejam diretos ou simbólicos, os mesmos atuam na vida dos sujeitos ainda que involuntariamente. A branquitude também pode ser compreendida como um ponto de vista, como uma forma de ver a vida, a forma “eurocentrada”, buscando manter os padrões tidos como ideais a serem alcançados. A branquitude pode ser dividida entre crítica e acrítica, ambas detêm privilégios, no entanto, uma delas se repensa.

Como já vimos anteriormente, a branquitude é um produto histórico, e seus significados são socialmente construídos. Nesse sentido, cada sujeito se torna branco e exerce seu poder de branquitude de uma maneira, interseccionando sempre com outros aspectos relacionados à sua classe social, gênero, compleição física, situação de saúde, história de vida, local de moradia, dentre tantos outros fatores. Eu, enquanto sujeito, pretendo usar dos meus privilégios da branquitude para somar à luta antirracista.

### 3.6 RACISMO RELIGIOSO X INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Nessa sessão tratei uma discussão que é premente e atravessa todo esse trabalho, desde a submissão do pré-projeto e conseguinte entrevista para ingresso no curso, até a conclusão da dissertação, que é justamente a discussão acerca de qual conceito é mais adequado e deve ser utilizado: o Racismo Religioso ou a Intolerância Religiosa. Tal debate divide opiniões, e me foi amplamente questionado durante toda a construção dessa dissertação, amplifico aqui então, essa questão para que possamos discutir.

A princípio, eu utilizava somente o conceito de Racismo Religioso para tratar da problemática que debruço minha pesquisa, no entanto, a partir do aprofundamento dos meus estudos, sobretudo após minha banca de qualificação, aonde recebi valiosas contribuições do Professor e Babalawô Ivanir dos Santos, que defende e faz uso do conceito de Intolerância Religiosa para tratar dos ataques aos terreiros, praticantes e instituições que concernem à religiosidade de matriz africana, resolvi expandir e também levar a campo o uso de ambos os conceitos, para desenvolver a minha pesquisa.

Uma das razões que me levava ao uso da terminologia Racismo Religioso para tratar das violências em face das religiões de matriz africana, era por compreender que o pano de fundo motivacional dessas violências é o racismo estrutural, que funda e vige na sociedade brasileira até os dias atuais, fazendo dos sujeitos negros, sua cultura, sua religiosidade e ritos alvo de preconceito, violência e vilipêndio.

Segundo alguns estudiosos, a categoria intolerância não coloca o racismo como ponto central na compreensão dos processos de perseguição às religiões de matriz africana. Trago então a definição do Babalorixá Sidnei Nogueira do que é Racismo Religioso:

A intolerância religiosa é uma categoria maior e mais universal. A categoria generalizante. Mas ela não dá conta do racismo porque ela é igualmente cordial, gentil, suportável e feita para justificar a própria intolerância. Ela é um grande eufemismo que diz que é tolerável não tolerar e que os sistemas de crenças podem não ser tolerados e toleráveis. [...], todavia, o que temos no Brasil em relação às TMA – Tradições de Matriz Africana é muito específico. O racismo religioso não tolera existências. Ele desemprega, divide famílias, coloca filhos para fora de casa, violenta, segrega, fomenta o ódio e até mata. A origem negra em oposição às religiões hegemônicas quer negar a existência. Os sistemas de crenças negros aos olhos dos racistas religiosos são uma violação. (Nogueira, 2020 P. 58).

Os terreiros são historicamente reconhecidos territórios quilombo, podendo ser compreendidos como lugares de proteção e manutenção da vida. Falar em Intolerância

Religiosa pode reduzir a complexidade de uma violência sofrida por/em um terreiro. Caminhando nesse sentido, podemos perceber que uma violência em face de um terreiro ataca muito mais que uma expressão religiosa, mas sim uma amálgama protetora e formadora de vidas, pois esses territórios recorrentemente salvaram e salvam vidas negras.

Como novamente nos traz o professor e Babalorixá Sidnei Nogueira em seu livro *Intolerância Religiosa*:

O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta. O racismo não incide somente sobre pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre as origens da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais. Trata-se da alteridade condenada à não existência. Uma vez fora dos padrões hegemônicos, um conjunto de práticas culturais, valores civilizatórios e crenças não pode existir; ou pode, desde que a ideia de oposição semântica a uma cultura eleita como padrão, regular e normal seja reiteradamente fortalecida (Nogueira, 2020, p. 47).

Diante do exposto, podemos perceber que a categoria Racismo Religioso é utilizada por compreender que a violência em face das religiões de matriz africana, advém não de uma questão com a religiosidade em si, mas com sua origem, sendo ela uma crença advinda de pessoas negras que foram submetidas ao regime escravocrata. Portanto, pensar somente no campo religioso, segundo essa teoria, seria restringir tanto o alcance, quanto a origem da problemática.

Caminhando para o outro prisma, estudiosos defendem o uso da categoria Intolerância Religiosa, para tratar das violências em face das religiões de matriz africana, seja por já ser um termo respaldado em leis e cunhado em literatura, ou pelo outro grande ponto, que é a ampla discussão acerca da questão de raça. Sendo a mesma um forte marcador, - central nessa discussão - o questionamento que se faz é: pessoas brancas praticantes de religiões de matriz africana podem sofrer *racismo religioso*? Ou ainda, pessoas negras que comunguem de outra fé e por ventura venham a sofrer algum tipo de discriminação religiosa, não estaria sofrendo racismo religioso?

O já ante citado professor Ivanir dos Santos, também compreende que o preconceito em face das religiões de matriz africana tem como berço o racismo, desenhado no bojo colonial e reforçado pelo processo de conversão forçada exercida por meio da Igreja Católica, para que então as pessoas trazidas para o Brasil em regime de escravidão, passassem a comungar da fé cristã, como parte do processo de dominação, aculturação e aniquilação desses sujeitos, seus saberes e sua cultura. Como explicita em sua obra *Marchar não é caminhar*:

Contudo, as formas que essas religiosidades se expressavam também foram vistas com suspeita e preconceito, por isto, foram discriminadas, e seus agentes, perseguidos. Estas ações, em relação às religiões de matriz africana, são resultados, em grande parte, da criação de uma representação simplista, menosprezada e desqualificadora, que foi construída ao longo do tempo no Ocidente e, principalmente, no Brasil, sobre as etnias africanas, assim como suas experiências religiosas. Elas foram compreendidas como “primitivas” e “arcaicas”, destinadas, assim, ao desaparecimento, porque representavam o passado da humanidade. [...] Tanto a intelectualidade brasileira quanto a Igreja Católica e o Estado, colaboraram, cada um a seu modo, para construir e moldar o imaginário social desqualificador do negro e das religiões e ressignificações religiosas no Brasil. (Dos Santos, 2019, p. 67).

Ainda segundo o autor supracitado, o processo discriminatório iniciado na era colonial alavancado pela igreja católica, se reatualiza com a forte presença e ação das igrejas pentecostais e neopentecostais, que de forma paradoxal, se aproximam de insígnias das religiões de matriz africana, buscando angariar fieis e se movimentam em prol de demonizar suas práticas. Sendo esse movimento, uma grande problemática da atualidade, que inclusive, gera uma categoria de análise nessa pesquisa.

Diante de todo o exposto, fica então, evidente a ligação do racismo com os movimentos de intransigência, discriminação, preconceito e intolerância em face das religiões de matriz africana. Tal afirmativa, se confirma ao olharmos para a realidade brasileira, aonde os casos de intolerância religiosa acontecem de forma disparada direcionadas a esses grupos. Ao ponto, de termos uma mudança recente na lei, que em janeiro de 2023 – ano em que estamos – por meio de um novo entendimento jurisprudencial, houve uma alteração nas leis que abarcam os crimes raciais, e também tipificam os casos de intolerância religiosa em face das religiões de matriz africana como casos de racismo. Equiparando então a pena e a gravidade do delito – que prevê além do pagamento de multa, penalidade de reclusão de 3 a 5 anos.

Apesar de toda a discussão aqui nessa sessão realizada, ainda não encontro arcabouço teórico que me faça defender o uso exclusivo do conceito e terminologia Racismo Religioso, acredito que ficam lacunas e perguntas contundentes que ainda precisam ser revistas, para que então possamos de fato nos apropriar e fazer uso do termo. Portanto, na construção dessa pesquisa, opto por utilizar ambos os termos, buscando justamente a amplitude da compreensão no próprio campo de pesquisa, bem como, o compromisso com uma pesquisa vindoura que se debruce em escarafunchar sobre essa discussão.

### 3.7 RELIGIOSIDADE – A UMBANDA E O CANDOMBLÉ

Ao pensar a construção do referencial teórico dessa pesquisa não pude deixar de fora um tópico extremamente importante a ser dissertado: as religiões de matriz africana, tendo em vista que as mesmas ocupam um lugar central nesse trabalho. Apesar das religiões de matrizes africanas serem diversas e se desdobrarem em muitas vertentes, me atenho nesse trabalho a falar sobre duas: A Umbanda e o Candomblé. A escolha pelas mesmas se deu pelo fato dessas serem as religiões que aparecem na pesquisa de campo, havendo necessidade então, de situar o leitor acerca da temática.

Como dito anteriormente, apesar de ambas as religiões serem de matriz africana e cultuarem Orixá, elas são religiões diferentes, ainda que muitas vezes possuam seus cultos levados em uma mesma CTTRO, realizados ainda que de forma distinta, mas buscando uma certa complementariedade. Dito isso, vale ressaltar que existem casas que são apenas de Umbanda, outras que são apenas de Candomblé, e, como já exposto, casas que são dos dois. O léxico das religiões de matriz africana é extremamente complexo e necessita de uma grande digressão histórica para se fazer compreender, como esse não é o foco do trabalho, tentarei me ater de forma sucinta, a explicar sobre o que concerne ao campo da pesquisa.

O Candomblé também é uma religião múltipla, não obtendo uma forma única de culto, pois, foram trazidos em situação de escravidão, sujeitos de diversas nações da África, cada qual, que realizava seus cultos à sua maneira. Portanto, apesar do Candomblé ser uma religião brasileira, não é único, pois deriva de tradições distintas, advindas de lugares diversos da África. Então, nos referimos aos Candomblés, sendo oriundos das seguintes nações e povos:

As nações de candomblé podem ser identificadas pelas características particulares de culto e seu local de origem em África, as casas de candomblé cujo povo era originário de Angola, Congo e Cabinda, são chamadas de nação de Angola. Os povos advindos de Fon e Éwé compuseram a nação Jeje. Dos povos advindos de Ketu, Efon e Ijexá, descende a nação Ketu. (Baptista, 2015, p.32 *apud* Barreto, 2020).

Apesar do exposto, ainda que os Candomblés se diferenciem entre si, em organização de culto, nomeação de divindades, língua e tradições, em muitos pontos os mesmos se assemelham. Há um cerne constituinte comum a todos, que é justamente o culto à elementos da natureza, tais como: o fogo, o mar, os rios, as cachoeiras, o ar, tempestades [...], que em algumas tradições como a do povo Bantu, a natureza é a própria divindade, é a energia divina, já, em outras tradições como a do povo Yorubá, a natureza empresta seus poderes aos Orixás, sendo esses então, seres que viveram sobre a Terra e foram divinizados.

Já a Umbanda, também é uma religião brasileira que possui matriz africana, no entanto, a mesma também sofre influências do cristianismo e do kardecismo. A história e a implantação da Umbanda, divide opiniões e posturas de estudiosos e historiadores. Alguns defendem que a mesma nasce nas senzalas, derivando dos cultos do povo Quimbundo, já outros defendem que a mesma nasce em Niterói, município também do estado do Rio de Janeiro, através da anunciação de um médium chamado Zélio Fernandino de Moraes.

Ainda segundo Barreto (2020), apesar de dividir opiniões, fato é que a Umbanda tem sua codificação documentada no dia 15 de Novembro de 1908, que, como citada anteriormente, o jovem médium Zélio Fernandino de Moraes, de apenas 17 anos recebe durante uma sessão de “mesa branca” kardecista a manifestação do espírito que se intitulava “Caboclo das Sete Encruzilhadas”, sendo esse o momento em que anuncia a fundação de um novo culto chamado Umbanda, que iria abarcar as manifestações espirituais daqueles que não chegavam às mesas kardecistas, tampouco nos terreiros de Candomblé.

Sendo então, a Umbanda uma religião que mescla fundamentos diversos, advindos do cristianismo, do espiritismo kardecista, dos candomblés, das pajelanças indígenas e em algumas CTTRO's até mesmo da cultura oriental, o que Lopes (2008) vai chamar de um movimento agregador incessante, que ocorre em decorrência de sua flexibilidade doutrinária. Um marco próprio da Umbanda é o culto à Guias, que são espíritos desencarnados que possuem a função de ajudar a evolução dos médiuns que os “recebem” e também de buscar evolução própria, e, apesar de também cultuarem alguns Orixás, a sua forma de culto é própria e distinta do Candomblé.

Apesar da discordância histórica, fato é, que nos dias atuais, a Umbanda vem sofrendo cada vez mais influência do cristianismo, tendo sido essa uma pauta de críticas de estudiosos e viventes de religiões de matriz africana. A mesma cultua espíritos desencarnados, que incorporam em médiuns da religião para prestar ajuda, caridade e realizar os trabalhos propostos e necessários àqueles que os buscam, ao passo que esses espíritos ganham pontos em suas “cadeias evolutivas”. Os espíritos encarnados nos cultos de Umbanda se apresentam como: Pretos velhos, exus, pombagiras, caboclos, erês (crianças), malandros, boiadeiros, dentre outros.

Já o Candomblé pode ser considerado como uma cosmologia, forma de experienciar e estar no mundo e também uma filosofia de vida. A lógica do Candomblé obedece a lógica de Exú, Orixá primordial e sempre o primeiro a ser saudado e oferendado dentro das ritualísticas do Candomblé. A lógica do Exú é a lógica do mercado onde as bancas de comércio tem dois

lados, ou seja, é a lógica das boas trocas, aonde eu oferto algo e em troca recebo algo. O mercado é uma lógica de dádiva, que opera no ciclo: dar, receber, retribuir.

Compreendendo o Mercado, podemos compreender o motivo de se sacrificar animais em oferenda aos deuses, em oferenda aos Orixás. Nós os ofertamos aquele sangue para que eles possam seguir nos ofertando vida, nós os ofertamos aquela energia, para que a mesma seja transmutada em axé, que é a energia vital necessária à manutenção da existência de cada indivíduo e de cada objeto sagrado. Quando fazemos uma oferenda, nós também nos alimentamos daquela energia.

Os rituais de imolação em uma CTTRO são extremamente sofisticados e dotados dos mais sagrados significados, cada palavra entoada, cada gesto feito, cada atitude tomada é a partir de uma sabedoria ancestral. Vale ressaltar inclusive que todo animal sacrificado em CTTRO é aproveitado em sua totalidade: seu sangue é utilizado nos rituais, algumas partes são ofertadas especificamente aos deuses (miúdos, parte que acreditamos serem detentoras do axé), suas carnes viram alimento para a sociedade do terreiro e seu couro vem a ser transformado em objetos sagrados, como os atabaques por exemplo.

Recorro novamente às palavras do professor e Babalorixá Sidnei Nogueira, para elucidar o ritual acima descrito:

Na verdade, a sacralização por meio do abate animal é um gesto de manutenção das relações entre as forças visíveis e invisíveis da natureza enquanto uma única comunidade. Nesse momento temos o *axé* – força vital – reforçado, restaurado, ressignificado. Temos a energia harmonizada, a vida protegida, a morte prematura afastada. A imolação é uma grande metáfora. Imola-se para agradecer às forças consciências divinas ancestrais pela possibilidade de ter o que comer, pela manutenção da sua vida e a dos seus, pela possibilidade de existir e ser de forma íntegra (Nogueira, 2020, p. 53).

Para compreender o Candomblé, faz-se necessária uma digressão histórica ao período do Brasil colônia, no qual africanos de etnias diversas se encontraram com o advento da diáspora, por resistência, sobrevivência e reconexão, passaram por um sofisticado processo de amalgamar seus cultos para tornar possível o louvor a Orixá em terras brasileiras. Verger chama o culto a Orixá no Brasil de “consequência imprevista”, explicou nos recortes que seguem a afirmação acima posta:

Os africanos escravizados foram trazidos para os diferentes países das Américas e das Antilhas, provenientes de regiões da África escalonadas de maneira descontínua, ao longo da costa ocidental, entre Segâmbia e Angola. Provenientes também da costa oriental de Moçambique e da Ilha de São Lourenço, nome dado nessa época a



Madasgacar. Disso, resultou, no Novo Mundo, uma multidão de cativos que não falava a mesma língua, possuindo hábitos de vida diferentes e religiões distintas. [...] Os navios negreiros transportaram através do Atlântico, durante mais de trezentos e cinquenta anos, não apenas o contingente de cativos destinados aos trabalhos de mineração, dos canaviais, das plantações de fumo localizadas no Novo Mundo, como também a sua personalidade, a sua maneira de ser e se comportar, as suas crenças (Verger, 2018, p. 30-31).

Diante do exposto, fica claro que o Candomblé é um culto criado no Brasil, que em muito diverge dos cultos tradicionais vividos nos diferentes países da África e que, em outros pontos, se assemelha. Uma grande diferença, é que em África os cultos são realizados de acordo com a região, ou seja, cada região ou país inteiro presta culto a um Orixá específico e todos os que vivem naquela região também prestam culto a esse deus.

Como nos exemplifica Pierre Verger no destaque a seguir:

Na África, cada Orixá estava ligado originalmente a uma cidade ou a um país inteiro. Tratava-se de uma série de cultos regionais ou nacionais. Sàngó em Oyó, Yemoja na região de Egbá, Iyewa em Egbado, Ògún em Ekiti e Ondô, Òsun em Ijexá e Ijebu, Erinlé em Ilobu, Lógunède em Ilexá [...] (Verger, Orixás, p. 41).

Uma das principais funções do Candomblé no Brasil foi a de devolver aos negros a ideia e vivência de família, que foi duramente esfacelada com o advento da escravidão. O aquilombamento é um termo muito usado atualmente para exprimir a necessidade de aliançar-se dos povos negros, uma necessidade de reconexão ancestral, e foi essa tecnologia uma poderosa arma de manutenção e criação do Candomblé. Tal processo se dá através da conexão com os deuses africanos, com os Orixás, com os cultos, mitos e ritos ancestrais. Sendo assim, os terreiros podem ser compreendidos não só como um espaço físico de quilombo, mas como um espaço psíquico que possibilita a reconexão com o ancestral, com a esfera do divino que há em cada sujeito.

Como nos elucida o professor Sidnei Nogueira em seu livro *Intolerância Religiosa*:

Uma CTTro (comunidade tradicional de terreiro) é um espaço quilombola que mantém saberes ancestrais de origem africana que são parte da identidade nacional. Um espaço de existência, resistência e (re-)existência. Um espaço político. Território de deuses e entidades espirituais pretas, por meio das quais se busca a prática de uma religiosidade, a um só tempo terapêutica e sócio-histórico-cultural, que se volta para o continente africano, berço do mundo no Novo Mundo (Nogueira, 2020, p. 15).

Apesar de serem expostos às mais cruéis condições a que um ser humano pode ser submetido, o povo negro viu na sua fé – mantida em solo brasileiro a partir de muita invenção e resistência - em seus ancestrais e divindades, uma possibilidade de refazer os laços, manter,



criar e recriar tradições familiares. Ainda que em um contexto simbólico. Foi justamente essa uma das primeiras premissas do Candomblé, e talvez a mais valiosa: devolver ao povo negro escravizado a noção e vivência de família.

Caminhando nesse contexto, podemos compreender porque as CTTRO's são consideradas como espaços de resistência e manutenção de vida, pois ali não foram mantidas apenas práticas religiosas, mas também saberes ancestrais, medicina, afetos e reenlaces afetivos e familiares. Tendo como figuras centrais os sacerdotes, comumente chamados de Pais e Mães de Santo, os adeptos da religiosidade se tratam a partir do vocativo "irmãos".

Diante do exposto, trago novamente palavras do Babalorixá Sidnei Nogueira que corroboram com o acima descrito:

A perseguição e a intolerância tão marcadamente focadas nas religiões negras não se dão ao acaso. As instituições hegemônicas sabem o perigo que representam quilombos-famílias que dão instrumentos de luta, resiliência, saúde mental e espiritual ao oprimido. A demonização e o epistemicídio são formas de controle social do oprimido (Nogueira, 2020, p. 122).

Quando afirmamos que o Candomblé – e as diversas religiões de Matriz Africana – são religiões de resistência, nos referimos a um dos artifícios usados para a dominação colonial que era a imposição da conversão religiosa. O cristianismo era a religião oficial do Brasil colônia, para qual todos deveriam se converter e professar essa fé. No trecho a seguir, Quijano (2005) nos explicita sobre tal processo:

Forçaram – também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (Quijano, 2005, p. 6).

As religiões de matriz africana, especialmente o Candomblé, são religiões pretas, que não se submeteram ao embranquecimento social, ou chamada higienização social que foi um processo histórico de docilização dos corpos. Em transe, os corpos negros remontam os mitos originários, dançam, lutam, são. São o Ser em essência, o eu mais profundo de cada indivíduo, são Orixá, são axé materializado que traz a energia vital para aquela comunidade. E é exatamente nesse momento, que os negros subvertem a norma quando entregam seu corpo ao orixá – e em transe - se apropriam de todas suas veneráveis potências que foram tão profanadas.

Talvez seja esse o motivo do candomblé incomodar tanto – pois é um espaço aonde o negro é divino.

Tal potência acima descrita fica explicita na fala de Pierre Verger:

O Candomblé é para mim muito interessante por ser uma religião de exaltação à personalidade das pessoas. Onde se pode ser verdadeiramente como se é, e não o que a sociedade pretende que o cidadão seja. Para pessoas que têm algo a expressar através do inconsciente, o transe é a possibilidade do inconsciente se mostrar (Verger, 1981, p. 78).

Apesar de serem religiões distintas, a Umbanda e o Candomblé em muitos momentos se misturam e amalgamam, não raro é ver uma mesma CTTRO que realize os dois cultos, ainda que em dias e momentos distintos, conseguem manter ambas tradições, fato esse, comum no município de Campos. Das oito CTTRO que conheci, duas eram apenas de Umbanda, uma era apenas de Candomblé e cinco se identificavam como cultuando ambas as religiões, só esse recorte, nos exemplifica a realidade do município e a necessidade da pesquisa de abarcar ambos os cultos.

### 3.8 CAMPOS DOS GOYTACAZES – CAMPO DE PESQUISA

Campos dos Goytacazes, município localizado no Estado do Rio de Janeiro, na região Norte Fluminense é o maior município do estado em extensão territorial. Local esse que resido, e também território escolhido para compor e ser chão da pesquisa de campo desse trabalho, é um campo extremamente peculiar: em território, composição sócio histórica e também realidade econômica.

A escolha do território nesse trabalho foi uma decisão estratégica. Decidi pesquisar no município de Campos dos Goytacazes por ter acesso às CTTRO's de maneira facilitada em razão da proximidade com o dirigente do Fórum de Religiões Afro Brasileiras (FRAB), também secretário de Direitos Humanos e Igualdade Racial do município, Gilberto Totinho. O referido dirigente é figura fundamental nas necessárias conexões para que essa pesquisa fosse desenvolvida, mostrou-se extremamente aberto e solícito em propiciar os encontros necessários e partilhar os dados já anteriormente aferidos.

No entanto, nem só em virtude do facilitado acesso optei por esse território, mas também pelo contexto sócio-histórico do município. Campos é um município de forte cultura canavieira, desde os primórdios da exploração da região, e, para tal cultura, a mão de obra a princípio utilizada era a mão de obra escrava. A cidade também foi a última do Brasil a acatar a abolição

da escravidão no século XIX, nos rememorando então, a um histórico passado recente de grande exploração.

A expansão da cultura canavieira como forte braço econômico do município, se estendeu até meados do Século XX. Durante um longo período, a força de trabalho utilizada nas usinas e plantações de cana de açúcar, era a força de trabalho escravizada, explicando então o expoente de pessoas negras que compõe a população do município, pois as primeiras populações foram trazidas para trabalhar de modo forçoso e nessa região se estabeleceram, trazendo suas culturas, religiosidades e formas de viver de diversas partes da África.

Ainda fazendo uma digressão histórica acerca da chegada dos povos trazidos da África no município, ao entrarmos no campo da religiosidade, temos pouco material acadêmico publicado. No entanto, ao contactarmos as lideranças religiosas mais antigas, como também alguns pesquisadores da região, pode-se aferir a presença forte de duas religiões de matriz africana no município: A Umbanda e o Candomblé.

A Umbanda tem registros de sua operação e existência no território desde o início do Século XX, no entanto, sabe-se que a parte da história não contada dos povos escravizados é extensa, e esse é só mais um apagamento, A liga cristã Umbandista, tem seus primeiros registros encontrados no ano de 1954, tendo a mesma existido até o ano de 2008. Já o Candomblé, apresenta mais uma história datada mais recente no município, tendo seu culto implantado em meados da década de 1970, trazido por um sacerdote baiano que residia no Rio de Janeiro e aqui veio se instalar trazido por importante político da época.

Tais fatos acima destrinchados, explicam o porquê de eu retroceder na ideia de pesquisar somente terreiros de Candomblé, e incluir também terreiros de Umbanda como campo de pesquisa. Tal decisão foi tomada em congruência e respeito à história do município, que possui além de uma presença temporal maior da Umbanda enquanto presença religiosa, mas também um grande número de CTTRO's e adeptos do mesmo segmento religioso.

Ao pensar sobre o território em si e como o município se divide e apresenta vivências e realidades diversas a depender da localidade, opto – após profunda pesquisa – por elencar como campo de pesquisa três territórios distintos do município, sendo eles o território central, rural e periférico. Tal escolha se deu em decorrência da necessidade de aferir se as violências e violações sofridas mudariam de acordo com a localidade na qual a CTTRO está instalada, fato esse, que foi comprovado ao longo da pesquisa.

Existe um marcador geográfico e natural, que, no entanto, também se tornou um marcador simbólico da divisão territorial do município: O rio Paraíba do Sul, que corta a cidade,

a dividindo em duas margens, compreendendo a margem direita como a que abriga a região central e os bairros mais nobres do município, e a margem esquerda que abriga a região periférica, compreendendo os bairros mais pobres e de menor IDH. Não por coincidência, a margem esquerda também abriga o maior quantitativo de CTTRO's do município, e também o maior número de ataques, violências e violações às comunidades.

Como dito anteriormente, Campos é um município de enorme extensão territorial, e, em razão desse fato, também surge a necessidade de expender a realidade da região rural, conhecida aqui como “baixada campista”, que compreende desde os bairros da região rural, como também a região da praia de Farol de São Thomé. Tal território, também entra como campo de pesquisa em razão de ser expressivamente afastado do núcleo mais central da cidade, aonde, por suposição e curiosidade, busquei compreender se haveria alguma diferença em relação à realidade das CTTRO's instaladas nesses locais.

O supracitado secretário de Direitos Humanos e Igualdade Racial, conhecido como Totinho Capoeira, me recebeu em seu gabinete em março de 2022 e, nessa reunião, me expos fatos históricos e também uma breve cartografia das CTTRO's existentes e em funcionamento no município, no tempo presente. A partir da apresentação de minha proposta de pesquisa, chegamos ao número de nove comunidades as quais consideramos interessante desenvolver o campo de pesquisa. Conquanto, ao chegar à campo, como destrinchado mais à frente nesse trabalho, tive dificuldade de acesso à algumas comunidades em específico, resultando então, num total de oito comunidades visitadas e pesquisadas.

Segundo dados da Subsecretaria Municipal de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SIRDH), o número de habitantes negros do município é maior que o número de habitantes brancos. Tal fato pode ser explicado pela forte presença de africanos escravizados no território, desde o período colonial. A pesquisadora Lana Laje, nos evidencia tais fatos a seguir:

Campos dos Goytacazes apresenta, desde a época colonial, uma forte presença da Igreja Católica. Por outro lado, a colonização por meio da cultura canavieira, sustentada pela escravidão, trouxe à região um grande número de negros, que em 1816 chegaram a constituir 54,38% de sua população (Lima, 1981, p. 87 *apud* Lage 2015). Assim, ao lado do catolicismo, as religiões de matrizes africanas também tiveram presença marcante na formação histórica do município, resistindo ao processo de desqualificação que vêm sofrendo desde que foram transplantadas para o Brasil, seja através da demonização de seus deuses, processo protagonizado, sobretudo, pelo Santo Ofício da Inquisição (Souza, 1986 *apud* Lage 2015), seja através da sua descaracterização como superstições primitivas e charlatanismo (Lage, 2015, p.10).

Vale ressaltar também que Campos é um território extremamente interessante pois é um local em que política e religião se misturam e moldam a história da região. Atualmente, há no

município a SIRDH, que, juntamente com o FRAB, vem buscando catalogar e cartografar tanto a presente quantitativa, como a situação social dos terreiros do território municipal.

Segundo informações do secretário, os dados são conflitantes. O FRAB fez um trabalho de quantificar os terreiros do município por meio da emissão de uma ficha catalográfica, difundida através de atos públicos, assim como por meio da “boca a boca”. Os sacerdotes se identificavam e identificavam as suas casas, sem que houvessem critérios estabelecidos, tanto de denominação religiosa (sendo esses terreiros de todas as vertentes de religiões de matriz africana), nível estrutural e número de frequentadores. Nessa contagem, realizada em 2017, foram apurados – autoapresentados – pouco menos de mil terreiros.

No entanto, a pesquisadora Lana Lage ligada à Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), localizada em Campos, os dados são bem diferentes. Foram contabilizados pouco mais de 100 terreiros no município, terreiros esses com funcionamento efetivo, expressivo número de frequentadores e filiados, tendo sido coletadas informações acerca da matriz religiosa, localização e dia de culto. Dentre esses terreiros, há um reduzido número de terreiros de Candomblé espalhados pelas diversas áreas da cidade, corroborando então, para minha decisão de também incluir casas de Umbanda como participantes da pesquisa.

Sobre isso destaca Lage:

Também é observado em Campos dos Goytacazes, tendo como resultado um processo de asfixia não só das religiões afro-brasileiras como também das manifestações de matrizes africanas da cultura popular, como o jongo e a capoeira, e de velhos costumes da sociedade brasileira como a distribuição de doces para crianças no dia de São Cosme e Damião. Por outro lado, apesar de as leis de nº 5.514 e 5.506 de 2009 terem reconhecido a Umbanda e o Candomblé como patrimônio cultural e imaterial do estado do Rio de Janeiro, não existem no município políticas públicas voltadas para proteção das casas de santo, que, ameaçadas, tem se retraído em suas manifestações religiosas e culturais (Lage, 2005, p.11).

Diante de todo o exposto, o município em questão apresentou-se como um território valioso e extremamente frutífero para o desenvolvimento da pesquisa, como poderemos comprovar mais à frente do decorrer da exposição do campo. Há muitas vicissitudes em relação ao território, que foram extremamente interessantes e marcadores essenciais para a construção desse trabalho. No entanto, acredito sobretudo, que essa pesquisa será interessante também para o povo de santo do município, pois trará foco às suas questões e toda a violência que os circunda, devolvendo então à essa população, dados que sejam capazes de construir e esquadrihar políticas públicas para os povos pertencentes às comunidades tradicionais de terreiro.

### 3.9 AS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS E O NARCOTRÁFICO

A necessidade da construção dessa seção temática dentro do referencial teórico dessa dissertação surgiu durante o trabalho de campo. Apresento aqui, alguns conceitos que apareceram no desenvolvimento da pesquisa de forma exponencial.

Antes mesmo de conseguir adentrar ao campo, em minhas tentativas de contato, pude perceber grande resistência dos sacerdotes de um território em específico: do distrito de Guarus. Busquei compreender entre pares pesquisadores, gestores políticos e com outras pessoas da religião o motivo de tal resistência, e, a resposta foi unânime: O território está sob comando de *traficantes evangélicos* e as casas de santo estão sob ameaça.

A própria nomenclatura utilizada para falar desses grupos armados me chamou muita atenção: Do que então se tratavam esses ditos *traficantes evangélicos*? Quais eram suas facções? Quais as regras e ordens de seu comando? Quais os efeitos da fé na vida dos mesmos?

Buscando elucidar tais questões, chego à pesquisa de doutorado de Christina Vital da Cunha (2009), realizada nas favelas do Acari e Santa Marta no município do Rio de Janeiro. Em sua pesquisa, a mesma se debruça em compreender os enlaces e influências das igrejas pentecostais e neopentecostais na realidade dessas favelas, na vida de seus moradores, e, sobretudo, na forma como o tráfico local se organiza e trabalha.

Durante sua pesquisa, Cunha esclarece que a denominação “*traficantes evangélicos*” não se constrói ou é usada de forma auto referenciada. No entanto, por mais que não construam sua identidade no encontro entre “traficantes” e “evangélicos”, agem imbuídos dos ditames da fé cristã de modo a pautarem suas ações no narcotráfico. A autora explica:

Trata-se de uma noção que me possibilitou compreender o fenômeno de aproximação entre evangélicos e traficantes em campo. Abarca um conjunto de atores sociais, os traficantes, que estabelecem com a religião evangélica e com as redes que a compõe no território múltiplas formas de aproximação/relação. Esses traficantes 1) frequentam os cultos evangélicos; 2) participam de campanhas e correntes das igrejas; 3) fazem contribuições para as igrejas através de doações diretas à liderança ou de dízimo; 4) aproximam-se da rede evangélica para pedir proteção e livramento do mal; 5) promovem e financiam eventos evangélicos na favela; 6) promovem cultos de ação de graça e/ou 7) mandar pintar muros e outdoors com mensagens bíblicas. (Cunha, 2009, p. 285)

A pesquisadora traça uma linha do tempo, chegando à gênese da expansão das igrejas dentro dessas favelas: Até a década de 90, a crença predominante nesses territórios e compartilhada pelos líderes do tráfico, era ligada às religiões de matriz africana, a Umbanda e o Candomblé, chegando a haver marcadores simbólicos dessas crenças espalhados pelas ruas,

vias e muros dos territórios. Contudo, no final dos anos 90, a religião cristã já começava a ocupar as ruas desses territórios através de ações dos policiais que lá estavam instalados durante o período de ocupação.

Segundo a autora, a grande virada de chave em relação às religiões predominantes nesses locais, foi o processo de conversão de Jeremias, chefe do tráfico local, à época, um dos comandos do Terceiro Comando Puro (TCP) no estado do Rio de Janeiro. A conversão de Jeremias, influenciaria então não só o processo de expansão neopentecostal em Acari, mas também, o processo de despertar e viver religioso de outros traficantes do mesmo comando. Muitas são as vicissitudes pessoais apuradas nesses processos de conversão, desde a busca por “sair dessa vida” até a garantia de salvação pós morte.

Importante para essa pesquisa, são os caminhos que se desdobram a partir do narrado por Cunha: Em seu caso, o TCP é identificado como a primeira facção ligada ao neopentecostalismo; em nosso, é a mesma facção que comanda os territórios supracitados no município de Campos dos Goytacazes. O desenvolver da fé cristã entre os grupos armados, os levou a ações de profunda intolerância e violência em face das religiões de matriz africana, seus adeptos e seus templos.

Observando todo esse contexto, podemos perceber que a atuação neopentecostal, para além de um processo de busca de conversão pessoal dos sujeitos, também funciona como estratégia de disputa e manutenção de poder em determinados territórios. Ou seja, quando esses traficantes ordenam o fechamento, depredação ou controlam o funcionamento de templos de religião de matriz africana, eles estão utilizando do ethos evangélico como instrumento de dominação da população que reside nos locais controlados por eles.



## 4 METODOLOGIA

A pesquisa se localiza no campo da pesquisa social, pois a mesma se debruça sobre um fato histórico, que reverbera e produz efeitos até os dias atuais, qual seja, o racismo estrutural e, como desdobramento, o racismo religioso e a intolerância religiosa. Segundo Minayo (2003), “o objeto das Ciências Sociais é histórico. Isto significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro”.

Para tornar essa investigação possível, realizei uma pesquisa de natureza qualitativa por compreender que seu objeto é um fenômeno social que envolve crenças, sentimentos, cultura e subjetividade e que, nesse sentido, precisa ser compreendido de forma abrangente. Sendo assim, considera-se o supracitado método como o mais adequado.

De acordo com Minayo, o método de pesquisa de natureza qualitativa:

[...] tem fundamento teórico, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo. Por isso, é também utilizado para a elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores qualitativos, variáveis e tipologias (Minayo, 2014, p. 57).

Muitos são os instrumentos possíveis para a realização de um trabalho de campo em pesquisa qualitativa, dentre eles: entrevista aberta, entrevista semiestruturada, observação participante, grupo focal, dentre outros. Os mesmos “visam fazer a mediação entre os marcos teórico-metodológicos e a realidade empírica” (MINAYO, 2014, p. 189). Para a realização deste trabalho elegi a entrevista semiestruturada como técnica, compreendendo que a mesma propicia maior fluidez durante a explanação dos entrevistados.

A pesquisa qualitativa é marcada por sua característica multimetodológica, portanto, outro método que utilizei foi a observação participante, que Minayo nos define como sendo:

Observação participante é definida como um processo pelo qual se mantém a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica, na qual o observador está em relação face a face com os observados. Ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados e se torna parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este. (MINAYO, 2014, p. 192).



A observação participante, e seu registro em diários de campo, foi utilizada em diversos momentos da pesquisa, como na participação das reuniões do Fórum das Religiões Afro-Brasileiras de Campos dos Goytacazes (FRAB), fórum esse criado para dirimir e cuidar das questões que emergem e necessitam de cuidado ao povo de santo. Momentos esses em que tive contato direto com os sacerdotes e também viventes das religiões de matriz africana de Campos, suas pautas, anseios, lutas e dificuldades, sendo o FRAB, um expoente no cuidado, proteção e luta em prol da defesa do povo de terreiro.

As reuniões do FRAB ocorrem, via de regra de forma mensal, havendo necessidade ou alguma urgência, são convocadas reuniões em menor intervalo de tempo. Compareci a quatro encontros, entre os meses de setembro de 2022 e fevereiro de 2023, que propiciaram um grande estreitamento entre eu enquanto pesquisadora, e as pessoas que ocupam um lugar de interlocutores na minha pesquisa. Foi, durante alguns desses encontros inclusive, que consegui fazer laços que me propiciaram realizar as entrevistas subsequentemente.

Também frequentei de forma intensa a sede da Secretaria de Direitos Humanos e Igualdade Racial - SIRDH, o trabalho da referida secretaria é atender, proteger e fomentar ações de cuidado e desenvolvimento para a população que atende – sujeitos que se encontram em algum tipo de vulnerabilidade social. No mesmo local, também ocorrem as reuniões do FRAB, sendo esses dois órgãos realizadores de um trabalho complementar e que caminha lado a lado, um atuando diretamente na esfera das políticas públicas, outro, enquanto movimento social. Me aproximar desse campo e território que cuida especificamente das demandas das pessoas oriundas de terreiro, propiciou que eu conhecesse mais a fundo a realidade dos sujeitos da minha pesquisa, inclusive, enquanto corpo social, conseguindo obter uma visão além daquela retratada pelos meus entrevistados.

O contato – através da observação participante - tanto com o território em si quanto com os profissionais e pessoas assistidas nesses espaços, foi de suma importância para a elaboração dessa pesquisa. Pude observar a forma como a SIRDH e o FRAB atuam, se organizam e funcionam; as demandas que chegam, as demandas que são absorvidas pelos mesmos, como também as que são encaminhadas. Esse contato me aproximou da realidade do povo de santo do município e suas principais questões e necessidades. Portanto, essa vivência, é um dos fios condutores desse trabalho.

Outro momento de registro da observação participante foi durante a realização das entrevistas, tendo sido realizadas nas CTTRO's comandadas pelos sacerdotes participantes, o que me proporcionou a possibilidade de transitar no ambiente, observar a forma como os

mesmos se relacionam e organizam, tanto entre si, quanto com o território no qual estão inseridos. Tal vivência foi de grande enriquecimento, pois possibilitou identificar informações para além do que fora vocalizado pelos entrevistados formalmente. Me propus e permiti a viver e estar naquele ambiente, participando inclusive de algumas celebrações religiosas.

No que tange às entrevistas, foi construído um roteiro de perguntas de forma a convidar os entrevistados à dissertarem de forma livre sobre o tema proposto. Acredito que este instrumento permite uma maior flexibilidade no campo, estabelecendo questões chave de interesse, mas também trazendo fluidez para a entrevista, tendo em vista que o entrevistado será convidado a dissertar sobre a temática e não a responder de forma delimitada. Segundo Minayo (2003) a proposta do roteiro, é que propicie uma conversa entre os interlocutores, onde o entrevistado possa ter abertura para trazer temas e questões que considere relevante.

O fator território é preponderante e atravessa todo esse trabalho. Campos dos Goytacazes é a maior cidade em extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro, com uma população aproximada de 483.000 habitantes (CENSO 2021), fato esse, que já começa a explicar a necessidade da divisão territorial para realizar a pesquisa. As realidades vividas dentro do mesmo município são muito diferentes, há uma grande área rural, que abarca inclusive a região das praias, há um centro da cidade que cresce e forma suas periferias, e há, um território conhecido e desenvolvido como um território periférico. Porquanto, utilizo dessa divisão para tentar construir um panorama de pesquisa o mais fidedigno possível.

Então, para a realização da investigação, realizei entrevistas semiestruturadas com os sacerdotes dirigentes de cada casa dos seguintes territórios: central, rural e periférico. Foram oito sacerdotes entrevistados, quatro no território central, dois no território rural e dois no território periférico.

Um fator importante a ser considerado no processo de realização das entrevistas, é o fato de eu ser uma mulher iniciada em Candomblé e também vivente da Umbanda, tal fato, me aproximou dos entrevistados e também do campo de pesquisa, pois pude perceber maior abertura e até mesmo “relaxamento” dos mesmos, ao saberem que partilhávamos a mesma fé religiosa. Para além de possibilitar tal abertura, esse fato é preponderante para me fazer compreender o que os mesmos trazem e narram nas entrevistas, uma vivência dentro de terreiro tem um léxico muito específico, de ritos, atos, objetos, modo de comunicar e até mesmo de discurso, portanto, ter essa vivência me aproxima do entrevistado e de sua CTRO, possibilitando uma compreensão amplificada sobre suas narrativas em entrevista.

O processo de marcação e subsequente realização das entrevistas foi um tanto quanto demorado e custoso. Fiz o levantamento, mapeamento e obtive os contatos dos possíveis entrevistados em maio de 2022, no entanto, comecei a buscar realizar as entrevistas no mês de agosto de 2022, sendo que, tal processo perdurou até fevereiro de 2023, quando realizei a última entrevista que compõe essa pesquisa. Realizei um levantamento e tentei contato com mais de quarenta sacerdotes do município, e, dentre todos, só consegui realizar efetivamente oito entrevistas. Tal exposto, evidencia uma grande resistência existente por parte dos sacerdotes em abrirem suas casas e concederem entrevistas, sobretudo, quando informados da temática da pesquisa.

Apesar de já estar inserida e em contato com os sacerdotes do município através da indicação e aval do Secretário Gilberto Totinho, me deparei com expressiva dificuldade de adentrar a esse campo, sobretudo, nas CTTRO's localizadas no Distrito de Guarus, região mais periférica do município, e com vicissitudes próprias, tais como comando de traficantes evangélicos, disputas territoriais e violência armada.

Nesse referido território, só consegui realizar duas entrevistas, apesar de ter tentado contato com nove sacerdotes diferentes. Não coincidentemente, os dois que me concederam a entrevista, foram sacerdotes com quem tive contato pessoalmente, em eventos produzidos pelo FRAB em parceria com a SIRDH, esse contato e apresentação prévios, o motor que possibilitou a realização das mesmas. Com outros sacerdotes com quem tentei contato, não obtive sucesso no retorno, houve indicação de marcação de encontros, mas sem resposta subsequente às minhas tentativas. Em um caso específico, cheguei a marcar o encontro, compareci à CTTRO no horário agendado, conversei com a sacerdotisa, mas a mesma alegou não se sentir segura para participar da pesquisa.

Tal contextualização se justifica por explicitar as razões pelas quais a quantidade inicialmente prevista de entrevistas precisou ser alterada. O próprio não acesso a determinados territórios da cidade prenuncia uma realidade de violência, vulnerabilidade e medo que assola os sujeitos que possuem suas casas e CTTRO's instaladas na região de Guarus. Diversas foram as tentativas, ligações, contatos por mensagem, marcações e desmarcações, para que eu pudesse conseguir realizar as oito entrevistas que compõem essa pesquisa. Como disse, foi um processo que demandou tempo, paciência e perseverança.

A questão do território não é de menor importância na pesquisa. O município de Campos dos Goytacazes tem uma grande extensão territorial. Para realizar as entrevistas na região das praias, que compõe o chamado território rural, precisei percorrer um trajeto de mais de 60 km,

em uma viagem de carro de pouco mais de uma hora. Nessa localidade foram realizadas duas entrevistas: uma na região central do distrito, outra numa CTTRO extremamente afastada, localizada numa região erma, cercada apenas da praia e da vegetação natural local.

As entrevistas que consegui realizar com mais celeridade foram realizadas nas CTTRO's da região central do município, tanto pela proximidade e facilidade de deslocamento, quanto por já conhecer dois, dos quatro sacerdotes que compõem os interlocutores da pesquisa, o que facilitou o acesso ao local e também à marcação, pois o fator “resistência” ou “insegurança” não se fazia tão marcante, em face de termos contato.

De início, a minha ideia era mapear de forma igualitária (em termos quantitativos de CTTRO's pesquisadas) três territórios distintos do município de Campos dos Goytacazes: o central, compreendendo toda margem direita do Rio Paraíba do Sul, o rural, que compreendia a baixada e as praias e o periférico, que compreende a margem do rio, em toda amplitude de Guarus e seus outros distritos.

No entanto, ao ir a campo não foi possível respeitar uma divisão tão bem demarcada, por diversas questões que desdobrei a seguir. Ao total, consegui acesso à oito comunidades tradicionais de terreiro, e, por consequência, entrevistar oito sacerdotes de religião de matriz africana. Sendo dois no território rural (Praia do Farol de São Thomé), dois no periférico (bairros de Guarus) e quatro no central (entre os bairros da Penha, do Jóquei e a comunidade da Portelinha).

Apesar de no início planejar incluir apenas sacerdotes de Candomblé, isto não foi possível no longo do desenvolvimento do trabalho de campo. Sendo assim, dois dos entrevistados são sacerdotes de outra tradição de matriz africana: a Umbanda. Abri esse precedente, afim de honrar uma necessária digressão histórica do assentamento das religiões de matriz africana no município. Entendi, durante as entrevistas, que aqui o Candomblé chegou recentemente, quando fazemos um recorte temporal profundo e chegamos à meados da década de 1970, aonde se tem os primeiros registros de Candomblé em Campos dos Goytacazes, em oposição da Umbanda, que já possui registros desde o início do século passado.

Além das entrevistas com os sacerdotes, também considerei de suma importância a realização de uma entrevista com o secretário de Direitos Humanos e Igualdade Racial do município, Gilberto Totinho. O mesmo é uma figura expressiva no combate à Intolerância Religiosa na região, acumulando assim muita história e informações relevantes à pesquisa, além de ser uma peça chave no encontro com os demais sujeitos de pesquisa. Para então elucidar a proposta, segue a tabela exemplificando como foram divididas as inserções no campo:

**Tabela 1:** Divisão territorial do campo de pesquisa e de seus participantes

<b>Território Central</b>	<b>Território Periférico</b>	<b>Território Rural</b>
<b>Sacerdote CTTRO 1</b> Homem cisgênero, negro, homossexual, idoso.	<b>Sacerdote CTTRO 5</b> Homem cisgênero, negro, homossexual, adulto.	<b>Sacerdotisa CTTRO 7</b> Mulher cisgênero, branca, heterossexual, idosa
<b>Sacerdote CTTRO 2</b> Homem cisgênero, branco, homossexual, idoso.	Sacerdotisa CTTRO 6 Mulher cisgênero, negra, heterossexual, idosa.	<b>Sacerdote CTTRO 8</b> Homem cisgênero, branco, homossexual, adulto.
<b>Sacerdotisa CTTRO 3</b> Mulher cisgênero, negra, heterossexual, idosa.	-	-
<b>Sacerdotisa CTTRO 4</b> Mulher cisgênero, negra, heterossexual, idosa.	-	-

Em função das diferentes categorias dos sujeitos participantes da pesquisa, foram elaborados roteiros de entrevista distintos: um para a entrevista com o secretário e outro para a entrevista com os sacerdotes. Cabe destacar que as entrevistas ocorreram de forma voluntária, podendo cada participante retirar sua contribuição a qualquer momento. Como procedimento, foram elaborados dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que cada sujeito participante pudesse então ler, assinar e declarar anuência à sua participação na pesquisa (Anexo II).

No que se refere ao local utilizado para a realização das entrevistas, este foi de escolha dos sujeitos participantes. Dei preferência por realizar as entrevistas nas respectivas CTTRO's, pois para além da conveniência para o entrevistado, o conhecimento do território também era importante para a pesquisa. Os encontros foram previamente acordados e agendados entre a pesquisadora e os entrevistados, de modo que ocorresse de forma mais oportuna para ambos.

Vale destacar, que com o intuito de preservar a identidade dos participantes e assegurar o sigilo das informações fornecidas pelos mesmos, foi utilizada a alcunha "Sacerdote/Sacerdotisa", sendo as entrevistas organizadas por números, e os sujeitos foram informados sobre confidencialidade ao início da entrevista.

No que tange os aspectos éticos de uma pesquisa, o presente projeto obedeceu ao preconizado nas Resoluções nº 466/12 e nº 510/2016, as quais dissertam sobre os princípios

éticos que orientam as pesquisas envolvendo seres humanos e a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, nas quais se faz uso de informações prestadas diretamente por indivíduos. A partir do exposto, cabe reiterar que a pesquisa de campo teve seu início somente após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ) CAAE N° 61383022.0.0000.5240.

Após a assinatura, todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas à luz da técnica de Análise de Conteúdo, criada por Bardin e descrita como: “Uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa à interpretação de material de caráter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos” (GUERRA, 2014, p. 38).

Ainda segundo Guerra (2014), a técnica de análise de conteúdo pode ter duas funções primordiais: a primeira se refere à verificação de hipóteses ou questões, a segunda diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, ou seja, busca ir além do conteúdo enunciado pelo entrevistado. Na prática, as duas funções podem se complementar, e é justamente essa dupla função que busquei na aplicação dessa técnica na presente pesquisa.

De acordo com Minayo (2003), em relação as etapas da técnica de análise de conteúdo, as mesmas se organizam cronologicamente: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na primeira fase, organiza-se o material a ser analisado, é o momento de realização da transcrição das entrevistas e contato com o conteúdo capturado pelas mesmas. A segunda fase, também considerada a mais longa, é o momento de analisarmos o conteúdo aferido na fase anterior, o categorizando e contabilizando, afim de perceber se os mesmos respondem aos objetivos da pesquisa. A terceira e última fase é o momento de cruzarmos as informações obtidas no campo com dados e teorias já pressupostos, ou seja, é o momento de voltarmos ao que já foi produzido acerca do fenômeno que estamos pesquisando.

## 5 RESULTADOS

### 5.1 O QUE O CAMPO NOS TRAZ

Uma grande questão que surgiu no campo, foi justamente a dificuldade de acesso aos sacerdotes que possuem suas casas de santo e vivem em territórios periféricos. Em Guarus, se concentra o que os pesquisadores da região chamam de “bolsão da pobreza”, ou seja, é uma área com uma grande quantidade de pessoas que vivem em situação precária, dado esse, corroborado pelo CENSO de 2021. Não obstante, é também nessa área que o poder do tráfico se faz fortemente presente, impactando diretamente na forma que os sujeitos viventes de religião de matriz africana, vivem e transitam nesses territórios.

O poder do tráfico presente nessa região, em larga escala está sob comando do TCP (Terceiro Comando Puro), que possui forte ligação com o neopentecostalismo, sobretudo com a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), cujo os membros se autodenominam como “traficantes evangélicos”. A chegada e fortalecimento desse grupo armado no território supracitado, começou no ano de 2008, logo após um movimento de expansão dessa facção, da capital Rio de Janeiro para cidades do interior do estado.

Tendo em vista a história, ainda que brevemente narrada, diversas foram as comunidades tradicionais de terreiro atacadas, vilipendiadas e até mesmo fechadas nesse território. O tráfico impunha hora, dia e forma de realizar as práticas rituais dos religiosos de matriz africana, que, quando desrespeitavam essas ordens, tinham suas casas invadidas, depredadas, sua saúde violada e violentada, tantos no âmbito físico, quanto no psicológico, chegando a um caso extremo de assassinato de um sacerdote, Pai Bruno de Yemanjá, como dissero de maneira mais profunda durante a exposição das entrevistas.

Diante disso, firma-se a dificuldade de contato justamente com os sujeitos que mais sofreram e ainda sofrem violências por professarem e viverem uma fé de matriz africana. Todos os sacerdotes que tentei contato, se mostraram extremamente desconfiados e refratários, a grande maioria nem respondeu às minhas tentativas de contato. Em outro caso isolado, a sacerdotisa chegou a me receber em sua comunidade, mas se negou a dar a entrevista, alegando não se sentir segura se “desconfiassem que ela deu alguma informação”.

Portanto, apesar de ter conhecimentos sobre a realidade dessas CTRO'S através da base de dados do FRAB e de notícias vinculadas na mídia e que também chegaram ao conhecimento do Fórum, não foi possível realizar entrevistas com os sujeitos que mais foram

violentados pelo processo de intolerância religiosa alicerçada no racismo que segue em curso no município. Tamanha a violência que lhes foi impetrada, essas pessoas perderam o direito até de falar e contar suas histórias, por medo, por se perceberem em risco de vida. Esses sujeitos são em sua maioria, moradores do distrito de Guarus.

Para além do recorte racial, que será abordado mais a frente, outro recorte importante diz respeito à presença de dinheiro e poder como forma de proteção e afirmação desses sacerdotes e suas comunidades. Repetiu-se em algumas falas, entre mais de um sacerdote, a tranquilidade que os mesmos têm de terem filhos de santo juízes, desembargadores, políticos, como forma de aparato e proteção àquela comunidade. Tais pessoas compreendem o status social e o dinheiro como uma forma de asseguramento.

Trago esse dado como uma questão a ser expandida em uma pesquisa vindoura, que seja possível aprofundar a temática e imbricamento da forma que o capitalismo, o poder, o status, o dinheiro, os privilégios herdados e o tom de pele, agem inclusive em detrimento ou não da proteção de comunidades que vêm de uma raiz marginalizada

Caminhamos para a exposição das entrevistas respeitando a seguinte ordem: primeiro, a entrevista com Gilberto Totinho, secretário de Direitos Humanos e Igualdade Racial do Município e presidente do FRAB, seguido das entrevistas com os sacerdotes, que as dividi em blocos de acordo com os territórios que suas CTTRO'S estão inseridas.

A partir do todo inicialmente exposto, organizamos algumas categorias de análise que emergiram do encontro com os interlocutores, identificadas como relevantes para a reflexão que propomos aqui: A influência dos atores institucionais e o contexto político e social nacional dos últimos anos no qual estávamos chafurdados, o recorte racial dos sujeitos de pesquisa e a divisão territorial como ponto diferencial dos marcadores de violência, sendo esses então, os pontos que emergem do campo e compõem a sessão de análise dessa pesquisa.

## 5.2 O SECRETÁRIO – A VOZ DA SIRDH E DO FRAB

A primeira entrevista que realizei, foi justamente a que me propiciou realizar todas as outras, ouvi o Gilberto Totinho – dele, recebi autorização para usar seu nome verdadeiro – que está à frente da Secretaria de Direitos Humanos e Igualdade Racial do município de Campos, como também do Fórum de Religiões Afro-brasileiras do mesmo município.

Ao longo de toda minha pesquisa, ter esse contato com Gilberto Totinho foi necessário e estratégico para que eu pudesse andar tanto com o campo, quanto com as articulações teóricas,



tendo em vista que foi a partir dessa relação que me apresentou outros pesquisadores e me propiciou ter contato com os sacerdotes e sacerdotisas, possibilitando assim, a realização das entrevistas. Para além do estreitamento desse contato, ouvir Totinho é de suma importância pelo trabalho que ele realiza, tanto na sua secretaria quando no FRAB, órgãos que são essenciais à proteção, cuidado, aferimento de dados e resolução de demandas do povo de santo do município.

Oriundo do MNU – Movimento Negro Unificado – tem sua trajetória de vida alicerçada no combate à intolerância religiosa e propagação da cultura e das religiões de matriz africana. Sacerdote de Umbanda, mestre de capoeira e vivente da religião de Ifá (religião tradicional Iorubá), Totinho – como é amplamente conhecido – pauta sua vida nessa luta, que segundo ele, não é em benefício próprio, mas sim, uma construção coletiva.

O roteiro construído para que eu pudesse realizar a entrevista com ele, foi o único diferente. A primeira pergunta que lhe fiz foi “Fale um pouco sobre o que sabe a respeito do contexto histórico de chegada e implantação dos cultos afro-brasileiros no município”, escolhi partir dessa pergunta justamente pela necessária digressão histórica que embasa e justifica a escolha do município de Campos dos Goytacazes como campo de pesquisa.

Campos é uma cidade com forte presença da cultura canavieira, tendo sido polo de grandes usinas, algumas em funcionamento ainda nos dias atuais. Por muito tempo, a mão de obra dessas empresas foi escrava, o que resulta no fato de boa parte da população do município ser negra e da forte presença da cultura Afro-brasileira, desde a religiosidade, até a capoeira e o jongo.

Tal explanação é corroborada pelo secretário na fala que segue:

Aqui em Campos a umbanda tá desde o início, por se tratar de uma região do Vale do Paraíba e os negros escravizados trazidos para cá, foram da região do Congo/Angola e trouxeram práticas que eles chamam de Tata'Nganga, que é uma prática quimbandeira, de culto a alma ancestral.

Essa fala, me fez repensar justamente a minha opção primária de pesquisar somente sacerdotes de Candomblé, pois estaria me distanciando da presença religiosa e cultural mais forte do território que é justamente a Umbanda e os cultos Afro-indígenas amalgamados na mesma. O Candomblé enquanto religião de presença forte, só chega ao município na década de 1970 segundo o secretário, com a vinda de um sacerdote baiano, que residia no Rio de Janeiro e veio para Campos com apoio de um importante político da época, que com ele se cuidava espiritualmente.

Sobre sua atuação frente a Subsecretaria de Direitos Humanos e Igualdade Racial”, Totinho responde:

Essa secretaria aqui é oriunda de uma luta coletiva dos movimentos sociais, antes de vir para cá, eu atuava que maneira mais incisiva com o movimento negro unificado, o Fórum Municipal de Religiões Afro-brasileiras e a escola de cultura e arte popular mãos negras, são entidades e movimentos sociais organizados que atuam em linhas e trincheiras separadas do movimento preto [...] E aí a gente pegou isso tudo, escreveu uma proposta, um plano de governo, e viemos para cá nos organizarmos pra implantar essas ideias e proposta do movimento social de forma organizada, ou seja, **a primeira coisa que a gente veio fazer e vem fazendo nesses dois anos é devolver a dignidade a pauta racial no município.**

A referida fala se articula ao pensamento das culturas Afro-brasileiras, que defendem a luta pelo coletivo, aonde não é possível alcançar um objetivo caminhando sozinho, tampouco sem pensar e se articular coletivamente. Eis então, a grande importância dos movimentos sociais, das articulações políticas e do fazer por/em comunidade. Tal fato é corroborado pelo professor e Babalawô Ivanir dos Santos, no exposto a seguir:

Os adeptos das religiões de matrizes africanas sempre resistiram a todos intensos ataques e ações fomentadas pela intolerância. [...] Sempre promoveram de forma direta ou indireta, suas ações de resistência contra as violências física, patrimonial e/ou psicológica que lhes eram imputadas. [...] Seja por meio de ações diretas, como a Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, ou ações indiretas, como articulações sociais e políticas. (Dos Santos, 2019, p. 36/37).

Dando prosseguimento à entrevista, questiono Totinho se ele acredita que existe racismo e intolerância religiosa, e se sim, o que o mesmo acredita como sendo, ele explana o seguinte:

Muito, muito, muito. São conceitos diferentes pra falar da mesma coisa né? O racismo religioso é uma terminologia que está tendo uma discussão ferrenha aí na academia, alguns intelectuais não gostam dessa terminologia para não excluir, outros intelectuais usam essa terminologia por conta da origem do preconceito. Eu gosto da terminologia racismo religioso. Por que é o que afere o indivíduo pela sua matriz de identidade com uma pessoa e não pela orientação religiosa.

Essa fala do secretário, marca uma discussão presente inclusive nessa dissertação, sobre usar somente o conceito de Intolerância Religiosa por uma questão estratégica, embasada nas leis que tipificam o crime. São elas: O artigo 5º, inciso VI da Constituição Federal, que nos diz: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantido, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias”. E a lei nº 7.716/89 que estabelece punição aos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Por outro lado, o conceito de

Racismo Religioso, versa sobre a origem do preconceito em face das religiões de matriz africana, porém ainda está em assentamento. Por fim, como já exposto no campo teórico, optei por usar ambos conceitos em minha discussão, e abrir no campo esse questionamento.

Ainda sobre o questionamento da existência do racismo religioso e da intolerância religiosa no município de Campos:

Aqui em Campos as manifestações de intolerância religiosa e a gente vai chamar de racismo religioso mais na frente um pouquinho ela se deu partir a da década de 60 com braço do estado que o policial aqui à época, chamado é Bellot, esse cara ia nos terreiros de Umbanda, fechava os terreiros e muitos materiais dessas casas, chegava até a prender os pais e mãos de santo. Ou seja, isso já era racismo religioso na década de 60, e isso vai se agravar muito com a chegada da IURD.

Tal recorte nos leva a fazer um percurso histórico, Campos, por sua forte presença de religiões de matriz africana, recebeu na década de 60 um delegado que era conhecido à época como combatente das “macumbas, magias, bruxarias e curandeirismos”. Em sua obra *Marcha não é caminhar*, o professor Ivanir dos Santos explana sobre a ação do referido delegado, trazendo inclusive recortes de reportagens da época. E nos aponta uma grave problemática: o forte braço do Estado debruçado em coibir as práticas das religiões Afro-brasileiras,

A Lei do Silêncio foi uma ação do governo do Estado do Rio de Janeiro, que visava coibir a poluição sonora, regulando então o som emitido a partir de determinado horário. No entanto, tal lei, serviu como brecha e aparato para coibir as práticas religiosas afro-brasileiras, tendo em vista que tais cultos têm por tradição acontecerem durante o período da noite/madrugada, contando com a presença de atabaques, cânticos, sons de palmas e orações entoadas. Tal exposto, reitera-se no recorte que segue:

Na década de 1970, a ação policial contra os terreiros e as manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras se tornou ainda muito mais incisiva pela ação do então delegado Moacyr Bellot, amparada principalmente pelo Estado ditatorial militar. Entretanto, uma matéria publicada pelo jornal *O Fluminense*, deixa claro que a proposta da promulgação desta lei era coibir as ações dos negros e dos adeptos das religiões de matrizes africanas, uma vez que são esses grupos que sempre foram enxergados como um mal a ser combatido. (Dos Santos, 2019, p. 74).

As próximas perguntas feitas ao secretário, concernem o questionamento específico acerca do racismo e da intolerância religiosa no município de Campos dos Goytacazes, e à atuação da SIRDH frente à essa realidade. Ao que o mesmo nos diz:

A intolerância religiosa em Campos Goytacazes é exacerbada, por conta de ser município com características ainda muito conservadoras, não é? Com um modelo de

educação extremamente cartesiano. Essa secretaria aqui a gente criou uma coordenação de atendimento à vítima intolerância religiosa, justamente visando receber essas vítimas. De 2017 até o presente ano agora, 2022, a gente teve 65 casas invadidas por traficantes e a metade dessas casas são impedidas de tocar, ou seja, os ministros religiosos dos cultos afro estão sendo expulsos de seus territórios, e as outras sofrem as mais diversas e variadas ameaças que você pode imaginar. Ou seja, um município de 500 mil habitantes, a gente tem esse número de casas sendo invadidas e as pessoas proibidas de professar sua fé, a resposta está aí.

Tal recorte da fala de Totinho nos anuncia e exemplifica um grave problema que atravessa as CTTRO'S e os adeptos de religiões de matriz africana: a perseguição inflamada pela IURD. A Igreja Universal do Reino de Deus, presidida pelo bispo Edir Macedo, é um expoente extremamente bem articulado no que tange ao vilipêndio e violência às religiões de matriz africana, desde a pregação em seus cultos, à publicação de livros, até mesmo à formação de “traficantes evangélicos” que são impelidos a combater o “demônio/diabo/mal” presente nessas religiões para que possam alcançar a salvação. Como fica exposto no recorte de seu livro “Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios? ”:

No Brasil, em seitas como Vodú, Quimbanda, Candomblé ou Umbanda, os demônios são adorados, agradados ou servidos como verdadeiros deuses. [...]. Na realidade, orixás, caboclos e guias – sejam lá quem forem, tenham lá o nome mais bonito – não são deuses. Os exus, os pretos velhos, os espíritos de crianças, os caboclos ou os “santos” são espíritos malignos sem corpos, ansiando por acharem um meio para se expressarem neste mundo, não podendo fazê-lo antes de possuírem alguém. (Macedo, 2002, p. 62)

E segue impelindo ações violentas disfarçadas de discurso de salvação nos recortes que seguem:

Se o povo de Deus não agir contra os demônios, eles começarão a atuar dentro das igrejas, se já não o estão fazendo. Jesus disse que as portas do inferno não poderiam prevalecer contra a Sua Igreja, e os discípulos entenderam muito bem que a nossa principal luta não é contra a carne nem o sangue, mas contra as hostes de satanás organizadas em principados e potestades. (MACEDO, 2002, P. 140). Não podemos ficar olhando para as nossas falhas ou aparências. Eu tenho poder sobre todos os demônios e também sobre o diabo, porque Jesus me concedeu. Não há ninguém que possa anular aquilo que Ele fez por mim. Nem serafins, nem querubins, nem arcanjos, nem anjos, nem satanás, nem demônios; nada, absolutamente nada, pode alterar aquilo que Jesus já decretou! [...] Não há exu, caboclo, orixá, preto velho, omulu, erê nem qualquer força do inferno que possa resistir à nossa ordem, quando dada em nome de Jesus. (Macedo, 2002, p. 142)

Segundo o geógrafo e pesquisador Anderson Luiz Barreto (2021) as ações dos traficantes evangélicos vinculados à IURD teve seu início no município por volta do ano de 2013, anterior a isso, essas ações já eram comuns na capital do estado, no entanto, os braços do

TCP se desdobram e passam a ter ostensiva presença no tráfico do município a partir da data supracitada, como cita no trecho que segue:

Certas correntes do neopentecostalismo costumam associar as religiões de matriz africana ao diabo. Como Cruzadas pós contemporâneos, traficantes coagiram, exilaram e agrediram sacerdotes e praticantes de umbanda, candomblé e outras religiões. [...] Depois de 2013 e nos anos seguintes, a perseguição religiosa se repetiu em comunidades ocupadas pelo TCP em Campos dos Goytacazes e na Baixada Fluminense. Jovens traficantes de baixa patente eram enviados aos centros, ordenando a proibição de guias, roupas brancas, toque de atabaques e exposição de imagens do lado de fora dos terreiros. Quem ousou contestar foi expulso da comunidade e teve o local depredado (Silva, 2021. p. 77)

Quando questionado sobre as ações da SIRDH em face da problemática ante exposta, Gilberto Totinho responde que a secretaria busca sobretudo institucionalizar o ativismo em combate à intolerância religiosa e ao racismo religioso. Buscando acionar o poder público a partir das demandas trazidas e colhidas dos movimentos sociais, nesse caso específico do FRAB e do MNU, para que esse trabalho seja legitimado e que as políticas públicas possam avançar e serem acionadas caso haja necessidade. Oportunamente, exemplifica:

Quando houve a grande invasão das casas de santo, nós criamos um GT para aferir os fatos, acolher as vítimas e acionar as políticas públicas cabíveis. Essas pessoas que tiveram suas casas invadidas foram indenizadas e passaram um período de um ano recebendo aluguel social no valor de um salário mínimo. Isso só é possível institucionalizando, e aqui em Campos nós estamos muito à frente de outros lugares do Brasil nesse sentido, e até do mundo.

Sobre a atuação e função do FRAB, aponta o que ele chama “de começar a engatinhar do Fórum” no ano de 2008, a partir de seu retorno para o município de Campos dos Goytacazes, para assumir um setor na prefeitura chamado “Programa de Apoio a Igualdade Racial”. A partir desse programa, Totinho realiza o primeiro Fórum de Religiosidades Afro, com a presença de mais de mil sacerdotes e adeptos de religiões de matriz africana do município. O FRAB nasce desse evento específico, pois ali notou-se e foi pleiteada a necessidade desse fórum tornar-se permanente.

Corroborando ainda, que a maior função do FRAB é fazer com o que o povo de santo de Campos tome conhecimento e tenha acesso às políticas públicas vigentes. Pois, a partir do momento que esse povo é reconhecido como sendo uma comunidade tradicional, e se organiza maneira estruturada bem como as casas de santo, esses acessos se tornam possíveis. Sendo então, segundo o Secretário, papel fundamental do FRAB para com o povo de santo: “Proteger, dar visibilidade e acesso às políticas públicas”.

O próximo questionamento feito ao secretário foi se ele acredita que a intolerância religiosa e o racismo religioso impactam na vida do povo de santo do município de Campos.

Ao que o mesmo responde:

Totalmente, totalmente. Vou te dar um exemplo, em 2018 eu e minha esposa sofremos ataques fomentados por intolerância religiosa, e a gente está vivo hoje porque Deus e Orixá quiseram. A intolerância religiosa tem uma função muito perigosa na sociedade, que é a de balizar poder, quando você quer desqualificar alguém o que você faz? Desqualifica sua cultura, quando você mata a cultura desse povo fica mais fácil de dominar e aculturar, e a intolerância religiosa vem desse processo de acultramento. A intolerância religiosa, eu vou chamar de racismo religioso, é proveniente de um processo de eugenia social, fomentado pela Necropolítica.

Ainda segue dizendo:

Tanto que a gente vê que o Estado brasileiro deveria ser um estado laico, mas a gente vive num estado extremamente teocrático, um Estado cristão, e essa sobreposição de poder, fomenta de forma perigosíssima a intolerância religiosa para com os grupos considerados minorias sociais [...] ou seja, ao meu ver a intolerância é um fomentador de morte e um dos instrumentos muito poderosos da Necropolítica.

As duas últimas perguntas da entrevista, caminham para um mesmo questionamento, qual é a visão do secretário sobre as políticas públicas voltadas para a problemática discutida, e o que acredita que ainda possa ser feito para enfrentar o racismo e a intolerância religiosa e seus impactos. Em resposta, explana o seguinte:

Aqui em campos, em 2009, quando eu entro na prefeitura a gente consegue começar a dar andamento à essas políticas. Agora, que eu retorno ao poder público, com a SIRDH, a gente implanta o setor de atendimento às vítimas de intolerância religiosa e do racismo, cria o disk denúncia. Que a gente tem psicólogas, assistentes sociais e operadores do direito para poder dar os atendimentos caso os direitos sejam violados, e dar os encaminhamentos necessários caso a vítima esteja em estado de vulnerabilidade sócio econômica.

Sobre o que falta e que ainda pode ser feito no combate ao racismo e a intolerância religiosa, Totinho diz

Falta a implementação do plano municipal de igualdade racial, no eixo aqui de religiosidades, pois a gente tendo esse plano sancionado como projeto de lei, é a garantia que nós teremos um documento base que estabiliza a política e a gente não vai mais precisar ficar de chapéu na mão pedindo nada a ninguém. Ao meu ver, ao que me cabe na minha atuação, falta isso. E penso que essa coordenação deveria ser uma diretoria muito maior em todos os espaços de poder, todos os poderes deveriam ter setores de enfrentamento e combate à intolerância religiosa, para universalizar o problema e tratar de modo ampliado esses crimes que são tão sofisticados.

Durante toda a entrevista, o secretário deixa marcado a importância da articulação do poder público, com a sociedade - tanto no lugar dos sujeitos, quanto no lugar dos movimentos sociais - para que possam haver avanços e garantia de direitos dos povos tradicionais de terreiro, sendo

então o seu papel frente ao FRAB e a SIRDH de extrema importância como agente possibilitador dessa articulação e também interlocução.

### 5.3 ÁREA CENTRAL – MARGEM DIREITA DO PARAÍBA

Seguindo a divisão territorial proposta por essa pesquisa, debruçaremos agora nas CTTRO's localizadas na margem direita do Rio Paraíba do Sul, ou seja, na região central do município de Campos dos Goytacazes. Foram escutados quatro sacerdotes que possuem suas casas abertas em bairros deste referido território, duas delas localizadas no bairro da Penha, uma na comunidade da Portelinha e uma no bairro do Jockey.

Vale ressaltar que nenhum desses bairros citados compõe o que chamamos como “área nobre do município”, apesar dos mesmos estarem localizados na área mais central. Em consequência da grande extensão territorial de Campos e do desenvolvimento social e demográfico, existem diversas áreas que podem ser consideradas como “bairros pobres” ainda que no eixo central da cidade. Nesse sentido, podemos perceber quais são os espaços que os terreiros ocupam e onde se desenvolvem, estando sempre de alguma forma distanciados – nesse ponto, geograficamente - da elite financeira.

Dentre esses entrevistados, dois se apresentam como sacerdotes de Candomblé, o entrevistado 01 é vinculado à nação Angola e o entrevistado 02 à nação Ketu. As entrevistadas 03 e 04 são sacerdotisas, a sacerdotisa 03 se identifica como sacerdotisa de Umbanda, ou como a mesma diz “chefe de terreiro”, já a sacerdotisa 04 diz que sua casa amálgama ambos os cultos, sendo ela então sacerdotisa de Umbanda e também de Candomblé de nação Angola.

Para a escolha e desses entrevistados, levei em consideração o tempo de casa aberta e a vivência sacerdotal dentro dos cultos afro-brasileiros, o tamanho da casa em termos quantitativos de filiados e também de tradição respeitada e expressa no território pertencente.

Minha primeira indagação direcionada aos sacerdotes é sobre suas histórias dentro das religiosidades de matriz africana, como também a história das suas CTTRO, sendo essa uma premissa de respeito e também que me propicia conhecer a história da comunidade em questão.

Ao ser convidado a explicar sobre sua história dentro da religiosidade, o **sacerdote 01** nos diz:

Olha, eu fiz santo porque meu pai carnal era Ogan e minha mãe era Ekedy, e eu fui criado dentro de uma roça de santo, em Belmonte na Bahia [...] eu não queria, mas chega uma hora que o santo diz pra gente que não tem como mais, e aí eu bolei, e fiquei três meses e dezessete dias virado no santo passando pelos processos, naquela época era assim.



Quando questionado de como ocorreu sua chegada a Campos e instalação de sua CTTR0 no município, o mesmo explica:

Eu comecei a estudar, fazer essas coisas, trabalhar e aí eu parei um pouco, não queria mais saber do santo. E aí o tempo foi passando, foi passando, foi passando e quando eu fui dar minha obrigação de sete anos, o santo pediu casa, eu já sabia que meu santo era de cargo e eu tava com um certo medo daquilo. [...] Bom, aí eu fui e disse, eu trabalho fora, se o santo me der mais que o meu trabalho eu vou viver para o santo, e de fato o santo deu e eu estou no santo até hoje. Eu cheguei aqui em Campos pelo seguinte, graças a Deus eu fui muito agraciado pelos Orixás e eu tinha muitos clientes de longe e aqui em Campos eu cuidava de um importante médico, dono de clínica que veio a se tornar político vereador com a minha ajuda de Deus e dos Orixás. Até que um dia ele achou desgastante, tanto pra mim quanto pra ele e ele me chamou pra vir pra campos, ele me deu essa casa e fez esse barracão pra mim e aí minha casa lotou, encheu. (**Sacerdote 01**)

Tal sacerdote, possui sua casa aberta no mesmo local – no bairro da Penha – desde 1979, tendo nesse mesmo ano iniciado sua primeira filha de santo no culto do Candomblé de Angola. O referido bairro localiza-se na região central do município, tendo seu início ao final da maior da avenida da cidade, a Avenida de Março, sendo então, um território de fácil e rápido acesso. No entanto, é considerado um bairro periférico, com maioria de população negra e pobre.

Essa entrevista possui especial relevância, pois segundo os dados aferidos bibliograficamente e em entrevista com Totinho – secretário da SIRDH, cataloga-se a chegada e implantação do Candomblé no município de Campos dos Goytacazes com a chegada desse sacerdote, pois traz diretamente da Bahia sua raiz e tradição.

Já o **sacerdote 02**, também possui sua CTTR0 aberta no bairro da Penha, e quando questionado acerca da sua história dentro da religiosidade afro-brasileira, diz o seguinte:

Eu sou de origem católica né, fui coroinha de igreja. E ali, dentro da sacristia com sete anos de idade eu tive a primeira manifestação dessa religiosidade, eu recebi o Sr. Tranca Rua das Almas, que é meu Exú protetor e guardião. Eu fui passando mal, passando mal e o padre chegou me orando, botou a mão na minha cabeça pra excomungar e não resolveu, tamo aí até hoje. Com 35 anos de iniciado no Candomblé e na Umbanda eu nem sei mais.

Quando pergunto sobre a história da CTTR0 naquele território, ele responde:

Essa casa eu adquiri por causa de vovó (entidade também conhecida por preta-velha), eu era técnico de enfermagem nessa época e fui pra Brasília trabalhar, e nessa viagem vovó acabou atendendo o neto de Dona Sara Kubstischek, e eles me pagaram 1.250 cruzados, e eu também recebi 250 cruzados pelo trabalho de enfermagem que eu fiz. Então, eu voltei de lá com esse dinheiro, em 81, e foi aonde nós acabamos comprando aqui, e o resto é a história dessa construção que já dura trinta e tantos anos. (**Sacerdote 02**)

Vale marcar, que essas duas CTTR0 estão entre as mais antigas do município que ainda estão em funcionamento, interessante perceber a forte presença de figuras políticas propiciando direta e indiretamente a construção dessas comunidades tradicionais de terreiro.



A **sacerdotisa 03**, como dito anteriormente, é uma sacerdotisa de Umbanda, e tem sua casa aberta no bairro do Jockey, bairro periférico também localizado na região central do município, o que propicia relativo fácil e rápido acesso. O Jockey é um bairro que cresceu em uma região de mata, e foi ocupado durante muito tempo por um pequeno quantitativo de moradores, tendo excepcional crescimento populacional e desenvolvimento urbano a partir dos anos 2000

Sobre a sua história ela nos diz:

Minha filha, eu tinha 12 anos, e aí eu adoeci, era uma dor mais triste do mundo. Nisso, falaram pro meu pai procurar um curador, cheguei lá, era um dia de preto-velho, e Pai Joaquim (nome da entidade) me rezou, deu uns remédios lá a papai e eu fui melhorando. E ali eu fiquei, fui ficando, aprendendo, sói saí com 22 anos pra abrir minha própria casa. A umbanda que eu conheci e conheço não é a de agora, é diferente, é raiz, tem beberagem, erva e tem até bicho. Isso tudo pra curar a coroa, tudo era bem resolvido.

Nesse sentido, relata ter a casa aberta no mesmo lugar desde sua fundação, bairro onde nasceu e é a terra de sua família, tendo 67 anos de iniciada no culto e 55 de casa aberta, sendo então a sacerdotisa de Umbanda viva, mais antiga do município. Apesar de já ter tido a necessidade, por questões de saúde, de manter por um tempo o terreiro fechado. Ainda hoje, ela diz que toca sua macumba e cuida de quem a procura, que precisou diminuir o ritmo e não tem tantos filhos de santo mais, todavia afirma não largar a religião de modo algum.

Já a história da **sacerdotisa 04** é narrada pela mesma, como:

Eu era católica e me tornei Umbandista em 80, eu estava doente, estava psicologicamente mal e fui tratada na Umbanda, inclusive contra minha vontade, foi uma iniciativa do meu pai que já havia feito várias tentativas e nada resolvia. Eu resisti muito mas fiquei sabendo que precisaria seguir um caminho na Umbanda, e em 82, eu entrei numa família de santo que cultua Umbanda e Candomblé, e aí eu fiz tudo que um filho de santo faz, fui aprendendo tudo. Eu tinha dúvidas e questões íntimas, mas sempre segui em frente, essa história já tem 40 anos.

Podemos perceber, que nas duas últimas narrativas, encontramos semelhança na forma como essas mulheres chegam ao culto de matriz africana, como uma busca de cuidado em saúde, que vamos explicar mais à frente sobre esse enlace. No entanto, a **sacerdotisa 03** simplifica da seguinte forma “**As entidades da umbanda e as rezas feitas, eram a medicina dos pobres, a gente se tratava assim. Eram os médicos dos pobres.**” Tal fala, já nos anuncia uma questão, aonde a população mais pobre necessita de usar subterfúgios outros, para cuidarem de suas questões de saúde, e, fica patente, o importante papel das religiões de matriz africana no cuidado em saúde dessa parte da população.

A CTTRO da **sacerdotisa 04**, funciona atualmente na comunidade da Portelinha, localizada no bairro do Horto, que também compõe a região central do município, sendo esse,

um bairro considerado “nobre”, que possui forte presença de estudantes, professores e pesquisadores universitários, pois o mesmo abriga a Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, e teve seu crescimento ligado ao desenvolvimento da mesma. Porém, esse mesmo bairro, é rodeado pela referida comunidade, que ocupa a parte do território às margens do Rio Paraíba, na parte de trás da UENF.

A sacerdotisa ainda relata que a sua primeira CTTRO funcionou dentro de sua própria casa no período de 1981 a 1997, e ela só vem a adquirir o terreno que hoje abriga o terreiro em julho de 1997, tendo então, sua presença fincada no território atual há 25 anos. Ela narra que recebeu um recado durante uma palestra numa casa kardecista que frequentava, deram a ela o direcionamento do local e o nome de quem procurar, e, que seguindo esses passos, a mesma conseguiria comprar o terreno que viria a abrigar sua CTTRO.

Os questionamentos seguintes feitos aos sacerdotes foram no sentido de que se acreditavam que existe racismo e intolerância religiosa, e como eles compreendiam esses eventos. Como exemplificado a seguir:

[...] Existe muito, muito mesmo. Eu tenho amigos e filhos de santo que já sofreram muito, tem um amigo meu de Tocos que já levou uma machadada na cabeça e quase morreu, tenho uma filha de santo que botaram ela pra correr da casa dela em Guarus, tenho outro filho de santo que precisou entregar a casa dele por dois mil reais se não seria morto, é um absurdo... ta me entendendo? Absurdo! Os filhos sofrem, nós também sofremos. O barracão deles era em um Santa Rosa e o outro no Sapo 2.  
(Sacerdote 01)

Na fala do **sacerdote 01**, podemos perceber três questões envolvidas: a localização da CTTRO, a influência ou não da facção que comanda o local no funcionamento da casa de santo, e também como o fator tempo e reconhecimento influencia. O mesmo narra estar no mesmo lugar a tanto tempo, que já se tornou uma figura respeitada. Vale ressaltar que tentei contato com os seus filhos de santo citados na entrevista, mas não fui recebida. No entanto, pude aferir que o território em que suas CTTRO’S estavam instaladas, eram comandados pelo TCP, facção comandada por traficantes evangélicos, como dito anteriormente.

Já o **sacerdote 02** nos diz:

Existe, existe sim. Essa situação acontece. Eu já por isso aqui na Penha com o pessoal da igreja universal. [...] Um rapaz tinha envernizado aquela porta ali, e eu tava chegando em casa depois de um plantão de 36 horas, quando eu desci ali, um sol muito quente eu to vendo uma coisa refletindo no meu portão, uma listra branca que quando o sol batia brilhava. Aí eu fui chegando perto, chegando perto, olhando e fiquei sem entender muito bem o que era, meu vizinho da frente, que é da igreja batista e é meu amigo que me chamou e disse “**quem fez isso aí de madrugada foi o pessoal da universal, isso é sal grosso com óleo unguido**”. A porta que tinha acabado de ser envernizada tava entupida de sal, o sal colou no verniz.

Nesse recorte percebemos novamente a citação da IURD em eventos de violação e violência em face das religiões de matriz africana. Nesse caso específico houve um dano material, além do desgaste emocional narrado pelo sacerdote:

[...]Ali eu me irritei, sentei na minha cama, pensei, pensei, pensei. O jaleco de enfermagem que eu tava tinha um bolso na cintura, eu botei um punhal ali e pensei, **eu to indo pra igreja: matar, morrer, ou ser preso. Catei os sal todinho, juntei 4 sacolas de sal e parti pra igreja**, naquela época a igreja não era aqui não, era lá no final, cheguei lá pingando suor e pensando que eu ia chegar e eles iam estar todos no culto e iam me agarrar e matar a mim. Eu cheguei lá e não tinha ninguém na igreja, só dois obreiros. **Eu chamei pelo responsável da igreja e disse que tinha ido devolver aquele sal que jogaram na minha porta** [...] Eu disse que não tinha medo de sal, eu como sal todo dia, meu Exú come sal, eu fui batizado com sal, eu queria era o o prejuízo da minha porta. **Eles me responderam que foram lá pra orar pelas vidas perdidas, e eu perguntei pra eles: Porque vocês não foram pro puteiro? Pra boca de fumo? Pro presídio? Que mal eu faço a vocês? Eu não to entendendo!** [...] **Eu olhei pra uma cruz grandona que tava no altar e disse pra eles: Esse Jesus aí, que diz pra vocês que têm que curar minha porta, se ele diz que têm que curar minha porta, eu vim aqui pra orar ele, e comecei a jogar todo o sal que tinha colocado em formato de cruz na minha porta na cruz da igreja, subi em cima do altar e varejei sal na cruz, xinguei eles e joguei sal na cara deles.** Essa foi só a primeira situação que eu passei aqui, isso já tem um tempo. (Sacerdote 02).

Quando questionada sobre o conhecimento e/ou vivência de situações de racismo e de intolerância religiosa, **a sacerdotisa 03** narra que no terreiro do pai de santo dela, o já citado delegado Moacyr Bellot, realizou o fechamento e a destruição de bens e patrimônios da casa. Como disse, a mesma é a mãe de santo viva mais antiga do município, sendo a única que viveu de perto essa fase de repressão policial expressa. Ela narra:

Bellot foi um delegado que veio pra acabar com as Umbandas, **ele entrava de cavalo nos terreiros, saía quebrando tudo e levava as pessoas ali pra delegacia, depois mandava todo mundo embora pra casa a pé, era humilhante.** Ele invadia as casas de santo, no meu ele não entrou porque era tudo mata, eu moro na matinha do Jockey, então ele não viu e nem ouviu quando passou com a cavalaria, as matas protegeram, eu sou do Oxóssi. Mas entrou no do meu pai de santo e destruiu tudo.

A mesma ainda diz sobre o Racismo Religioso:

**Existe, existe muito. Dizem por aí que eu sou bruxa! Só porque eu sou preta e de Umbanda, eu já ouvi muita ofensa nessa vida minha filha, eu trabalhei em casa de família, então você imagina** [...] Eu não posso fazer nada nem de boa intenção que o povo não pegava, e quando pegava botava fora. **O problema é porque nossa religião é de nego, não tem outra coisa**, em qualquer lugar que tiver a gente é discriminado, a gente é separado, com coisa de quem a gente tem uma cantiga, alguma coisa [...] **A nossa cor é discriminada, e a raiz do problema é esse, ninguém aceita.**

A fala acima recortada da **sacerdotisa 03** é extremamente forte ao evidenciar e falar literalmente de uma vivência na pele da discussão proposta por esse trabalho, a mesma nos diz que o pano de fundo motivador das violências e agressões que sofreu e sofre é a cor de sua pele, é o fato da mesma ser negra e de viver uma religiosidade preta. Novamente, nos provando, que o maior pano de fundo motivacional às violências em face das religiões de matriz africana, é

justamente sua origem, advinda dos sujeitos negros trazidos para o Brasil em situação de escravismo.

Sobre os questionamentos acerca da crença da existência, vivência e/ou conhecimento de algum caso de racismo e intolerância religiosa, a **sacerdotisa 04** nos expõe:

**Eu penso que esse racismo religioso e essa intolerância religiosa eles estão muito ligados ao racismo em si**, o racismo no Brasil é estrutural né? Então eu penso que isso aí é uma herança que recebemos do período colonial e até hoje nós não conseguimos lidar bem com isso. A abolição foi muito mais teórica do que prática, ela foi no papel. Mas na verdade não se deu nenhuma condição ao negro, não se deu nenhuma forma dele conseguir viver bem [...] E esse racismo vem tombando nesses 400 anos de Brasil colonial pra cá sem que sejam mudadas as estruturas, as pessoas já nascem dentro de um esquema onde o negro não é bem quisto, bem visto, bem aceito. Eu sou militante a vida toda, eu não escolhi isso, mas me vi nisso. Como mulher negra que sou, como professora de história que fui em sala de aula durante 27 anos e como Iyalorixá que sou **essa é minha luta, pra combater o racismo. Especificamente o racismo porque ele é berço que quase tudo, de todas as violências**. Eu tenho um neto que vai fazer seis anos, ele estuda em uma escola de classe média alta, ele é o único aluno negro da sala dele, há muito pouco tempo ele me perguntou o porquê disso. Apesar dele se dar bem com todo mundo, ele é muito comunicativo, a gente vê a diferença, ela tá exposta até nesse quantitativo.

A fala também vai ao encontro do exposto pela **sacerdotisa 03**, ambas consideram que a intolerância religiosa é oriunda e braço do racismo estrutural, que funda e organiza a sociedade brasileira até os dias atuais. A mesma ainda completa, falando sobre o retrocesso observado e a possibilidade de evidenciar atos racistas e intolerantes durante o período do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), justamente pelo discurso permissivo e até mesmo incentivador à atos discriminatórios, entoado por ele próprio e seus apoiadores.

**E eu ainda penso o seguinte, nesses últimos 4 anos, nós demos um mergulho no escuro no Brasil, nós tivemos um mergulho aí de retrocesso terrível** e ficou mais evidenciado esse racismo, essa intolerância. E aí, isso também vai pro racismo religioso, porque é uma religião de fundamento africanista, de maioria de pessoas negras, de pessoas periféricas. (**Sacerdotisa 04**).

Sobre se os sacerdotes acreditam haver diferença entre os casos de racismo e intolerância religiosa a depender do território no qual a CTTRO esteja inserida e se sofreram algum ataque por meio de pessoas da comunidade em que tem suas casas abertas, muitos narram não ter conhecimento para além da própria família de santo, alguns narram terem sofrido agressões verbais e até ameaças por pessoas da comunidade no entorno de sua CTTRO, como exposto a seguir:

Tiveram as questões mais graves dos meus filhos que tinham suas casas em Guarus. Mas comigo aqui na Penha aconteceram algumas coisas sim, aqui na outra rua tem uma igreja de crente, e toda vez que eu passo ele começa a gritar, primeiro me xinga e depois diz que vai me salvar. Já chegou ao ponto de um dia ele botar uma caixa de som daquelas enormes na minha calçada tocando hino, e eu deixo meu portão aqui aberto né?! Quando ele viu, partiu pra dentro do barracão jogando água benta e falando que “isso aqui ainda vai ser uma igreja!”. Eu sinceramente nem tchum, dei o

tempo dele e pedi pra ele se retirar, eu prefiro não me adoecer com essas coisas. Já tive filha de santo que não foi atendida e já quase apanhou na padaria aqui perto, já tive filho de santo com problema no trabalho, ter, tem de tudo... mas esse racismo é problema deles, não é meu. (**Sacerdote 01**).

Tal situação acima narrada novamente expõe a ação de fiéis e ministros das fés pentecostais e neopentecostais, como também expõe o seu caso a **sacerdotisa 04**:

Uma vez eu recebi uma carta na porta, eu cheguei aqui e tinha uma carta na porta. Eu fui ler a carta, uma carta assim... bem mal escrita, **mas era uma ameaça pra mim, dizendo o seguinte: não mexa no meu rebanho, fique na sua**, e se as pessoas que forem frequentar a sua casa forem pessoas de fora não tem problema, pode ficar. Mas não apanhe ninguém do meu rebanho, **aqui da comunidade não pode entrar ninguém aí**.

A referida sacerdotisa diz ter tido ciência de que essa carta foi enviada por um pastor da região, o qual proibia não só a ela de receber as pessoas da comunidade, como também proibia a população de frequentar a CTTRO. Fato exposto, que se mantém até os dias atuais, a sacerdotisa nos narra não ter nenhum filho de santo morador da comunidade na qual está inserida, e também não conseguir realizar atividades externas, como distribuição de alimentos e festejos na comunidade.

As últimas perguntas são direcionadas de forma pessoal ao sacerdote entrevistado, visando compreender se os mesmos já sofreram ou perceberam algum tipo de prejuízo em suas vidas (seja no trabalho, lazer ou relações interpessoais) por serem de religião de matriz africana, e se os mesmos também notaram algum tipo de prejuízo à sua saúde pela mesma razão. Ao que eles respondem:

**Eu desgastei muito minha saúde trabalhando pela macumba, coisa triste é lidar com a ingratidão** dos outros, a pessoa vem aqui, se trata, se cura e vai embora pela porta ainda falando mal... **Muitos ricos não gostam de parecer que frequentam terreiro, mas é o que mais tem. Aí eu ajudo e depois são eles mesmos que me atacam, vem daí, vem deles. Sacerdote 01.**

A fala acima nos faz retomar ao questionamento sobre um recorte essencial que bordeia esse trabalho, o recorte de classe. Historicamente as pessoas de classes sociais altas, brancas, detentoras de posses exploram o trabalho, a intelectualidade, a força e até mesmo a fé das pessoas negras, descendentes de raiz africana. Vemos tal problemática desde a era colonial, e, como muito bem nos coloca Quijano, a colonialidade do poder é um processo que caminha de mãos dadas com o capitalismo, que fica muito bem exemplificado com o recorte negritado na fala anterior.

A colonialidade do poder vige até os dias atuais e segue fazendo suas vítimas, desde às ações mais escancaradas até as mais sutis. Muitas são as estratégias e tecnologias utilizadas pela

maioria branca, ainda detentora do poder, para continuar a ocupar esse lugar de privilégio. Inclusive, a de saquear, dragar e depois vilipendiar um conhecimento – que é uma ciência do povo de matriz africanista – que lhes foi ofertado como forma de cuidado.

Já o **sacerdote 02**, quando questionado se já sofreu algum impacto na sua vida em decorrência da religião que professa, relata:

Já, em relacionamento eu já tive problema sim. **Quando eu me iniciei, ele falou pra eu fazer uma escolha, o relacionamento, ou o Candomblé.** Eu falei pra ele que então nós iríamos nos separar. Foi muito duro, passamos quinze anos juntos pra acabar dessa forma, por preconceito dele, **que dizia já se esforçar pra aceitar a Umbanda, mas o Candomblé ele não ia aceitar.**

Narra também algo semelhante a **sacerdotisa 04**:

“Eu to viúva há muitos anos, e há coisa de cinco, seis anos atrás, apareceu uma pessoa interessada em mim, nos conhecemos de maneira despreziosa, e ele ficou muito atrás de mim, insistindo muito. **De primeira eu não contei pra ele que era de religião, não falei nada [...]** Quando nos encontramos, ele começou a me contar um caso gravíssimo do filho dele de problema espiritual, me pedindo opinião, e eu fiquei saindo fora [...] **Depois dele muito insistir, eu falei que achava que o filho dele precisava de tratamento espiritual, ele me perguntou como eu sabia disso, e eu respondi: eu sei porque eu frequento a Umbanda.** O homem virou uma coisa, se transformou, começou a olhar pro relógio e teve a cara de pau de dizer pra mim que estava atrasado e foi embora. **Ele nunca mais falou comigo, simplesmente saiu.**

Em ambas as falas, nota-se que os sacerdotes tiveram impactos diretos em suas vidas em decorrência da religião que professam, nesses casos especificamente, em suas vidas amorosas. Em ambas as situações, corrobora-se também uma discussão já feita teoricamente nesse trabalho, para muitos, a Umbanda é uma religião mais palatável que o Candomblé, como explica a **sacerdotisa 04** no trecho que segue:

Pra ele, eu fui testando, **nem falei que eu era mãe de santo, muito menos de Candomblé, porque é uma religião considerada mais pesada pela maioria das pessoas.**

Quando a questioneei o porquê dessa afirmação, a mesma me responde:

**“A umbanda é uma religião que tem muita influência cristã né? Tem também muito do kardecismo, uns chamam até de linha branca. Isso é uma ignorância, um erro da sociedade, que tem muito preconceito com os cultos afro, mas com a Umbanda menos, por que se passa como cristã.”**

A fala anterior expõe uma discussão que perpassa algumas CTTRO's e viventes das religiões de matriz africana num geral. Há o entendimento de que a Umbanda, por sofrer influência de religiões cristãs – sobretudo católicas – é uma religião que possui maior palatalidade e aceite social, pois possui elementos “embranquecidos”. Para além, da outra extensa discussão acerca

da imolação (sacrifício) animal que não é tão comum na Umbanda, porém, é uma premissa fundamental do Candomblé.

Questionados sobre o que pode ser feito para combater o racismo e a intolerância religiosa, encontramos as seguintes respostas:

Isso precisa acabar, precisa acabar. Mas nós temos que nos unir mais, **mostrar que nós existimos e resistimos**, sair numa sexta-feira de branco pra ir no centro da cidade, usar nossas contas no pescoço, nós precisamos mostrar o que nós somos, **precisamos nos armar com as nossas indumentárias igual os crentes se armam com suas bíblias embaixo do braço. (Sacerdote 01).**

Hoje eu falo pra eles (os filhos de santo), se alguém pisar no pé deles, **se alguém falar alguma coisa chama a polícia**. Hoje a lei existe pra proteger a gente, **e pra gente adquirir um direito a gente precisa reclamar ele, a gente precisa fazer essa política pública acontecer, nos proteger e punir quem deve ser punido. (Sacerdote 02).**

A gente precisa cobrar e exigir do poder público tomadas de decisões. **E, além disso eu acredito na educação. Acredito que esse é o único caminho possível pra combater a raiz desse preconceito que é o racismo**, todas as políticas públicas são muito importantes, são indenizações. As leis também são muito importantes, apesar de nem sempre serem cumpridas, de muitos a escamotear. Eu sou professora de história, eu estudei, ta documentado, **o Brasil passou por um processo de embranquecimento com a vinda dos imigrantes europeus**, as pessoas eram incentivadas a clarearem suas famílias através de casamentos com pessoas brancas, do contrário o mesmo acontecia, pessoas brancas eram criticadas ao se relacionarem com pessoas negras. **Então é isso, precisa começar na escola, na educação básica, as crianças não nascem preconceituosas, a nossa sociedade que forma pessoas preconceituosas. Eu ainda tenho esperança, não no meu tempo, mas talvez pro meu neto, pros meus bisnetos. (Sacerdotisa 04).**

As três falas apresentam um raciocínio que identifica como forma de enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa três pilares principais: a construção e cobrança de políticas públicas que versem sobre as necessidades, propiciem seguridade, protejam e indenizem os sujeitos vítimas desses crimes, políticas essas que devem se transformar em leis para que sejam de fato cumpridas; a necessidade de enfrentamento através da valorização da cultura, das indumentárias, dos cabelos, das liturgias e de tudo que é de raiz do povo afro-brasileiro, como forma de resistência e busca por representatividade social; por último, citado de forma extremamente potente na fala da **sacerdotisa 04**, é o enfrentamento através da educação, ou seja, é tratar a base da sociedade, buscando tirar o lugar de normalidade do racismo no Brasil para que seja possível formar uma sociedade então que não seja racista. Esse é o trabalho vindouro!



#### 5.4 ÁREA PERIFÉRICA – MARGEM ESQUERDA DO PARAÍBA: BOLSÃO DA POBREZA

Nesta seção, iremos nos debruçar sobre as entrevistas feitas com os sacerdotes das áreas mais periféricas do município, localizadas no distrito de Guarus e suas adjacências. Como dito anteriormente, essa localidade é justamente a mais atingida pela violência impetrada pelos ditos traficantes evangélicos, pertencentes ao TCP. É justamente nessa região que eu tive mais dificuldade de acesso e contato com às CTTRO'S e seus respectivos sacerdotes.

Motivada por essa percepção e dificuldade de contato, busquei o FRAB, inclusive comparecendo à algumas de suas reuniões e plenárias, visando entender o porquê de um movimento tão refratário e até mesmo desconfiado dos sacerdotes que têm suas casas nessa região. A explicação é diretamente proporcional à violência que os mesmos sofrem. O sentimento de ameaça constante os leva à uma postura de desconfiança, onde eles preferem se fechar em suas comunidades, justamente como forma de proteção.

Cheguei a ser recebida por uma sacerdotisa que possui sua CTTRO instalada no bairro Parque Santa Rosa, que é uma das localidades aonde o TCP possui comando ativo. Cheguei a marcar um encontro com a mesma. Compareci a sua casa, fui recebida por ela, conversamos, expliquei a pesquisa e seus objetivos, e por fim, ela negou dar a entrevista, alegando ter sentido que: “não era pra fazer, não era o dia, minhas proteções não deixaram”. Apesar de justificar a partir da influência ou presença de seus mentores e proteções espirituais, percebi uma grande resistência para além desse ponto ligado à sua espiritualidade, uma vez que a mesma narrou não se sentir segura e confortável. Agradei pela recepção, pela disponibilidade em me receber e me retirei de sua casa, com um sentimento misto de chateação, consternação e até mesmo alguma revolta em razão de tamanho estado de vulnerabilidade que essas pessoas se encontram.

Outra situação que ocorreu semelhante a anterior, foi com um sacerdote que possui sua CTTRO na localidade de Custodópolis – bairro do distrito de Guarus que é conhecido como “Quilombo Urbano” devido a forte presença de pessoas negras e seus elementos culturais -, mais precisamente na favela do Sapo 2. Filho de santo do **sacerdote 01**, que foi quem me relatou as dificuldades e violências que o mesmo estava passando em sua CTTRO, e me passou seu contato. Esse sacerdote fez inclusive, o intermédio de nossa comunicação, pois entrou em contato com seu filho de santo na minha presença numa proposta de me apresentar e abrir um espaço para que ele me recebesse. O sacerdote de Custodópolis chegou a atender minha ligação, e, me pediu para entrar em contato via Whatsapp. Assim o fiz algumas vezes, mas não obtive



resposta alguma, ele nem mesmo atendeu quando tentei entrar em contato por ligação novamente.

Os fatos expostos anteriormente vêm para ilustrar a ausência de dados coletados no território onde vive a população mais atingida pela violência estudada em minha pesquisa. A não possibilidade de inserção nesse campo, já denuncia o quão são vulneráveis e estão expostos a situações de risco esses sujeitos. As informações sobre essa situação da localidade, em sua maioria foram coletadas através de revisão bibliográfica e no contato com o FRAB e outros pesquisadores que construíram estudos sobre esse campo.

Em decorrência de todo o exposto, essa sessão será construída a partir de duas entrevistas. Consegui contato com dois sacerdotes que apesar de possuírem casas no distrito de Guarus, a região em que as mesmas se localizam não estão sob a tão temida ameaça dos traficantes evangélicos do TCP. Por esse motivo acredito que tais entrevistas não retratam a realidade desse território.

O **sacerdote 05** explica que sua CTTRO é uma casa “mista”, sendo uma casa que segue as tradições da Umbanda, mas também do Candomblé da nação Ketu, tendo ele então o título de Babalorixá. Já a **sacerdotisa 06**, é de Umbanda, carregando então o título de Chefe de Terreiro.

O **sacerdote 05** me recebeu em seu local de trabalho. O mesmo optou por me receber para conceder a entrevista, pois segundo ele, se sentiria mais à vontade. E, apesar de uma das premissas dessa pesquisa seja ir ao território estudado, respeitei a sua vontade. Tal fato me fez questionar, se o território no qual sua CTTRO está inserida também pode ser uma questão a ser analisada, ainda que não esteja sobre o domínio do TCP, há algum tipo de vulnerabilidade proveniente e vivida nesse território?

Já a **sacerdotisa 06**, me recebeu em sua casa, que também é o local no qual a sua CTTRO é instalada. A conheci em uma das reuniões do FRAB que compareci, e, a partir de suas colocações durante a reunião, percebi que a mesma vivia no território que fazia parte do meu campo, quando a abordei, expliquei a pesquisa e trocamos contato para marcar a entrevista.

A primeira indagação feita à ambos sacerdotes, foi em relação às suas vidas e trajetórias dentro das religiões de matriz africana:

Eu já era da Umbanda né... já frequentava a Umbanda. E aí o que acontece, você começa a frequentar outras casas que tem os dois segmentos, como a minha tem, e aí eu conheci o Candomblé. O pai de santo da casa, viu a necessidade de eu fazer santo, jogou, enfim... e eu muito fiel a religião e à Orixá, fiz meu passo a passo de tomar Obí, Borí, me encantei pelo meu Orixá e aí me iniciei. [...] No próximo 20 de janeiro eu faço 22 anos de feito no santo, e em Setembro agora eu fiz 39 anos de Umbanda. (**Sacerdote 05**).

Eu procurava algo pra encher minha vida, completar minha vida. **Eu precisava de algo pra me segurar, porque eu quase morri. Num dia 08 de março, de muitos anos atrás, eu fui abusada, eu fui estuprada, eu tinha 18 anos, isso aconteceu no dia internacional da mulher.** As pessoas não têm noção de como isso me dói. [...] **A grande questão dessa violência toda, é que o homem era pastor, chefe de uma igreja grande aqui no bairro e ele fez isso comigo e com mais cinco mulheres, a gente acabou descobrindo, deu uma merda muito grande. Ele abusou desde uma senhorinha, a uma mulher grávida e a mim, uma adolescente voltando da escola. Ele usava do fato de ser pastor, pra se aproximar, entrava na casa dessas mulheres e ali as abusava.** Ele era muito perverso, muito. [...] Então, eu cheguei na religião por causa dessa dor, precisava cuidar de mim, e na igreja, aonde minha família toda é evangélica, eu não conseguia pisar. **(Sacerdotisa 06).**

Podemos perceber situações e movimentos bem distintos, um sacerdote, que se aproximou da religião e sua vivência através de uma escolha própria, uma construção afetiva e de conhecimento buscado. Já a sacerdotisa, buscou a religião como forma de tentar salvar-se de uma violência dilacerante, marcada por ela como realizada por uma pessoa de fé evangélica e que usava desse atributo para conseguir executar seus atos criminosos. Nessa situação, nós conseguimos perceber novamente como o poder socialmente dado à uma pessoa pode ser danoso. Novamente, vemos um exemplo de uma violência realizada por um pentecostal em face de uma minoria, nesse caso, as mulheres.

A mesma ainda segue narrando:

**Quando eu fui na delegacia fazer o reconhecimento dele, do pastor, tinham três advogados junto com ele, todos evangélicos, todos homens.** Além disso, a mulher dele também estava lá, ela foi alegar que nós dois tínhamos um caso. Isso nunca existiu, nem comigo, nem com a senhorinha, nem **com ninguém, ele era um monstro, e eu fiquei apavorada dela ainda defender ele. Além de tudo, a gente é achincalhada, mulher não é respeitada nunca.**

Sobre a temporalidade em que as suas CTTRO'S se localizam nos endereços atuais, e como foi a história da construção da comunidade, os entrevistados contam:

Comigo foi um processo que realmente foi vindo do passo a passo, né? Foram muitos aprendizados no dia a dia, no Candomblé eu fui cumprindo todas minhas obrigações, na Umbanda foi um processo de trabalho. Eu fui aprendendo, vivendo, e a gente só pode dar o que tem né? **Minha casa ta montada há 26 anos, pro lado da Umbanda, o Candomblé eu comecei a tocar há cerca de 15 anos** depois de pagar minhas obrigações, mas a minha casa é construída diariamente, sempre a melhorar. Mas é isso, em janeiro eu faço 26 anos de casa aberta, nossa, faz tempo né?! **(Sacerdote 05).** Se eu pensar em toda minha trajetória espiritual, não foi uma escolha minha, aconteceu. Meus guias me salvaram e me escolheram, pra poder ajudar os outros, pra poder aprender e passar o conhecimento. [...] Até no meu trabalho, eu sempre trabalhei com gente, com ser humano, eu era coordenadora de ensino de um CIEP, sempre lidei com os outros e suas dores. **Aqui no bairro eu já to desde meus 22 anos, fazem uns 16 anos então, né? Mas nessa casa aqui eu vou fazer 6 anos,** comecei com um gongazinho pequeno no tijolo, com meus santos feitos de artesanato de reaproveitamento feito por mim e hoje, desde o ano passado que eu consegui começar a construir um lugar maior pra ser o terreiro, pra ser a casa de caridade. Na laje aqui em cima, vamos lá daqui a pouco. **(Sacerdotisa 06).**

Sobre a história de sua CTTRO a **Sacerdotisa 06** nos diz:

**Antes de vir pra essa casa, eu aluguei uma outra, aqui próximo na localidade. Fora um pouco desse bairro aqui que eu sempre vivi. Lá, o movimento era coordenado pelos meninos (traficantes) que eram evangélicos.** Eu não sabia. Resolvi me mudar pra lá por uma oportunidade boa oferecida por uma amiga, eu iria pra casa dela porque ela tava saindo de Campos, mas eu mal consegui entrar. **Quando eu tava fazendo a mudança, já bateram na minha porta e me ameaçaram, me chamaram de bruxa preta macumbeira, enviada do demônio e mandaram eu sair dali, porque ali quem reinava era Jesus.** Tive que me mudar as pressas, tive um prejuízo financeiro grande, mas hoje eu agradeço o livramento, podia tá morta como outros foram.

Novamente, nos deparamos com a ação dos traficantes evangélicos em atos de violência contra pessoas que professam religiões de matriz africana, sobretudo os sacerdotes. Nesse caso, a mesma não chegou a ter sua casa violada, mas foi impedida de ocupar determinado território, o que nos faz perceber, uma guerra territorial também, aonde os membros do TCP não possibilitam que haja confluência e convívio com sujeitos nas comunidades em que eles lideram o tráfico, e por consequência detém o poder. Além de outro marcador de suma importância que aparece que é o racismo, que fica evidenciado no grifo da fala da sacerdotisa.

Quando perguntados se acreditam na existência de racismo e intolerância religiosa, e caso positivo, o que acreditam que seja, encontramos na fala do Sacerdote 05:

O racismo é aquilo que as pessoas tentam te desfazer de alguma forma, **é muito além de uma porrada, de um xingamento. É aquilo que tenta te desmoralizar enquanto ser humano, você, sua cultura e tudo que você faz.** E isso acontece na nossa religião, muitos acreditam que é algo para o mal, que é algo para nós pretos, para as molecadas e malandros. **Então, o que eu entendo como racismo é justamente isso, uma forma de não respeitar o preto e sua cultura, reprimiram a capoeira, a religião, o jongo... tudo que é de matriz africana.**

Afirma, ainda o seguinte:

**E eu entendo como racismo, até aquele que fala que não é racista, quando diz assim: Olha, eu por mim, você pode andar do meu lado assim, eu acho isso lindo!** – Isso é racismo, ninguém tem que achar e nem validar ou desvalidar nada, você tem que simplesmente respeitar, mas eu acho que as pessoas pensam que falando isso tira um pouco do peso do que sente né?! **É aquela história, eu não sou racista, tenho até amigos pretos. Como se a gente fosse passaporte pra pessoa ser boa. Me poupe!**

As falas do **sacerdote 05**, nos apontam à necessária digressão ao conceito de Racismo Estrutural, pois tratam justamente da compreensão do racismo para além de atos de vilipêndio direcionados a algo ou alguém, mas como uma violência arraigada em nossa sociedade e que a estrutura de determinada maneira, sustentada pela lógica de que as cosmovisões dos povos de origem africana são subalternas e/ou ruins, bem como suas tradições, crenças e cultura. Ou seja, o racismo estrutural se instala a partir do momento que o recorte racial é preponderante na

estruturação de uma sociedade e/ou instituições, no Brasil. Como exposto anteriormente, essa lógica opera como forma de manter as estruturas de poder nas mãos brancas, sujeitos esses que em sua grande maioria não desejam abrir mão de seus privilégios.

A este respeito, a **sacerdotisa 06** nos diz:

Com certeza, porque na realidade, isso vem de antigamente. **Na história já falam: tudo que é de preto é ruim! Então, a religião em si, não vai ser diferente**, pra eles nossos rituais são horríveis, pra eles, o cúmulo do absurdo. **Mas eu acredito que se fossemos todos brancos, se a história fosse diferente, não teria o pavor, o medo e a repulsa que as pessoas tem. Nossa história, nossa religião, foi contada de maneira infame**, muitas vezes por pessoas que não passaram por ela. Pra você entender, **se eu falo da nossa religião, quem vem na frente sou eu: uma mulher preta, macumbeira, mãe solo, independente, que não precisa de ninguém e não leva desaforo pra casa. E pra eles, isso é suficiente pra difamar. Ao contrário se fosse uma pessoa branca e rica, aí a coisa era outra.**

A fala da **sacerdotisa 06** é extremamente importante e toca em um ponto nevrálgico desse trabalho, o compromisso firmado de usar dos privilégios que revestem meu corpo enquanto mulher branca e da minha passabilidade em diversas esferas da sociedade, para justamente encorpar e ampliar o debate acerca da luta em prol do combate ao racismo e à intolerância religiosa, bem como disseminar conhecimento e informações fidedignas sobre a realidade e as culturas de matrizes africanas nos campos em que transito.

O questionamento seguinte feito aos sacerdotes, é sobre como os mesmos enxergam a questão do racismo e da intolerância religiosa no município de Campos, se já sofreram algum tipo de violência, ou se têm conhecimento de algum caso em territórios próximos às suas CTTRO'S.

O **Sacerdote 05** responde:

Em Campos tem ficado bem grave. **Eu não posso citar o nome de pessoas, mas existem diversos casos muito difíceis, muitas casas foram fechadas, proibidas de tocar e até mesmo teve gente que foi expulsa de casa e do bairro.** Assim né, além de eu ser Babalorixá, eu trabalho dentro da SIRDH (Secretaria de Direitos Humanos e Igualdade Racial), então a gente recebe tanto aqui, quanto no disk denúncia muitos casos graves de racismo religioso. **Eu mesmo já recebi quatro ou cinco pessoas que foram expulsas de suas casas sem direito de levar suas roupas íntimas, quem dirá levar seus ibás, seus santos, ou seja sua fé. Eles foram expulsos e depois os traficantes quebraram tudo.**

E segue narrando situações vividas através de seu trabalho:

Teve uma determinada comunidade aqui de Campos, que a pessoa não fez nada, não foi ameaçada, nem briga teve. **O dono da casa em que ele morava só pediu de volta sem dar explicação, ele foi despejado sem poder tirar nada.** Aí nós da SIRDH, fomos tentar entender com a comunidade o que estava acontecendo, com o próprio dono do imóvel e ele disse que foi proibido de falar. Chegamos a conseguir contato com o pessoal do movimento escuso, com os traficantes mesmo, que só chegaram e falaram: **“Lá ele cultuava coisa do demônio, o meu Deus não aceita isso, mandei sair rápido pra não matar. Eu sou da Universal e a gente não aceita obra do satanás!”.**

Um dos fatores predominantes para meu critério de escolha em entrevistar esse sacerdote, foi justamente o fato do seu trabalho dentro na SIRDH, pois, eu vislumbrava a possibilidade de ele ter uma visão mais abrangente acerca dos casos ocorridos no município, tendo em vista que a referida Secretaria é justamente o ponto de denúncia, acolhimento e encaminhamento de políticas públicas para as vítimas de racismo e intolerância religiosa. Diante do que expôs, nos deparamos novamente com a ação dos traficantes evangélicos, dessa vez, com a declaração expressa de pertencimento à IURD (Igreja Universal do Reino de Deus).

Sobre o mesmo questionamento, a **sacerdotisa 06** afirma:

Eu já te falei antes da história que aconteceu comigo na outra casa, né? Que eu nem cheguei a conseguir me mudar mesmo, entrei só limpando a casa. Parece, que a ordem veio de dentro da cadeia, receberam uma ligação ordenando que eu não ficasse ali porque eu mexia com coisa do demônio. **Sabe o que eu acho engraçado? A igreja evangélica abençoa as armas, abençoa as drogas, abençoa morte... mas o problema somos nós né? [...] Eles eram comandados pela ADA, essa facção parece que tem uma parte que é de evangélico.**

E ainda narra outro acontecimento:

**Na antiga casa que eu morava, antes de me mudar pra essa aqui, tinha um pastor ao lado,** e ele vivia botando os louvores dele alto pra tocar, fazendo reunião com os obreiros na casa e isso pra mim nunca foi problema, cada um no seu quadrado. Um dia, eu fui fazer uma festa pras crianças, no dia de Cosme e Damião, e a gente começou cedo, era uma festa grande, tinha pula-pula, carrinho de pipoca, muita coisa pra arrumar. [...] Aí nós botamos nossa curimba pra tocar né? **A gente tava trabalhando na festa. Era uma festa pras crianças, e ele tem criança! E criança não tem culpa de nada do seu preconceito, a criança não nasce racista, não nasce odiando ninguém.** E o menino veio pra pular no pula pula, e aí, eu falei pra ele pedir pro pai ou pra mãe, a gente precisa ter sabedoria, vai que ele decide me cobrar né? Porque eu sabia dos problemas que viria... comigo já tinham acontecido algumas situações, mas eu finjo que não to vendo, até não me ferir de forma grave. [...] Depois de um tempo, ele aparece no portão com o filho gritando: **“Você não vai a lugar nenhum, isso é tudo coisa do demônio, ta repreendido em nome de Jesus!”** E eu só o respondi: **“Pra você entrar no céu, você precisa me amar! Porque Deus mandou você amar o próximo, e o mais próximo de você aqui sou eu que sou sua vizinha”.**

Novamente, as narrativas da **sacerdotisa 06**, nos trazem casos de racismo e intolerância religiosa impetrado por membros de religiões neopentecostais, nos expondo mais uma vez as quão atuantes tais instituições e seus membros são nessas violências e violações. Um fato importante a ser observado, é que na situação narrada, a facção que a expulsou do território foi a Amigos dos Amigos (ADA), não o TCP, como nos outros casos, o que aponta para a presença violenta de ideologias neopentecostais também entre outros grupos civis armados.

Uma hipótese levantada e construída na dissertação de Silva (2020), é de que a presença das igrejas neopentecostais dentro das unidades prisionais, com o intuito de “prestar auxílio espiritual”, corrobora para um ideal de salvação que pode ser alcançado, ainda que os sujeitos

estejam encarcerados. Fazendo com que haja uma grande adesão e processo de conversão dos traficantes dentro das unidades prisionais. Sobre isso, destaca o autor:

O Babalawô Leo Darmont relatou em sua entrevista que, os líderes das religiões afro-brasileiras não têm em Campos dos Goytacazes, o mesmo direito que as religiões neopentecostais possuem de acesso aos presídios para prestar auxílio espiritual a seus fiéis em condição de detentos, e, de acordo com ele, existem células e núcleos dessas igrejas dentro dos presídios, e que **através dessa proximidade intracarcerária, a influência do proselitismo poderia induzir o pensamento de detentos contra as religiões afro-brasileiras, e parte desses detentos, ao retornarem às seus territórios, e alguns às atividades criminosas, trariam consigo a oposição à essas religiões afro-brasileiras, que passariam a ser vistas por eles como um inimigo a ser derrubado..** p. 88

Tal hipótese ainda é corroborada pela narrativa de uma das sacerdotisas entrevistadas por Silva (2020):

“Esses dias, quando foi umas onze e poucas da noite, chegaram os caras tudo armado, dizendo “vamos acabar com isso agora” [...] Liguei para o meu sobrinho (que estava preso por envolvimento com o tráfico) e ele disse: “olha tia, fica quieta que isso não é coisa daí não. Isso aí foi o chefe que mandou”. p. 95

Sobre a presença do racismo e da intolerância religiosa no território de pertencimento da CTTRO, nos diz o sacerdote 05:

**Ah, tem sim! A gente já falou um pouco disso aqui, né?! Atravessa a ponte e tudo começa, do lado de lá é fogo.** Fora os casos de Guarus, eu só soube de um caso na praia do Farol, de um pai de santo que na realidade foi impedido de abrir sua casa, ela nem chegou a abrir. Agora, tem muitos casos dos traficantes evangélicos né? **Parece que tem uma facção, que dá as ordens, mas não expulsa, eles dão o horário que pode tocar, com ou sem tambor, eles dão as regras. Agora, já tem outra facção mais difícil, que são taxativos dizendo que o Deus deles não aceita isso.** Eu só não sei qual é qual. É muito difícil, é uma eterna resistência!

Já a sacerdotisa 06 nos afirma:

Eu não posso falar pelos outros, não tenho conhecimento do que acontece nas casas alheias, eu sinceramente até prefiro não saber. **Mas como eu já te disse né, aqui mesmo, dentro de Guarus, as coisas podem mudar.** Você não viu o caso de que eu não pude ficar na casa na comunidade mais aqui na frente? Aqui na minha casa eu não tenho esse tipo de problema, respeito a comunidade e a comunidade me respeita. Só teve uma vez que um dos meninos (traficantes) bateu na minha porta pra perguntar como funcionava, quais os dias e horários porque ele precisava passar essa informação pra controle. Eu respondi, e ainda os convidei pra vir, ele disse que não precisava e que tava tranquilo, só não podia atrapalhar a vida dos moradores.

Como anteriormente destacado o distrito de Guarus, possui diversos bairros considerados como “problemáticos” em função da presença da facção criminosa que comanda o território. Um ponto importante a ser debatido é se há confluência entre a pobreza do território e o nível de violência ao qual está exposto. Talvez seja nesse interim, aonde falta o poder público, que entra a chamada “ordem da comunidade” e essas violências se agravam.



Porquanto, tal temática é extremamente relevante e densa, e essa pesquisa, não dará conta de abarcar agora, fica então, um ponto à ser dissecado numa pesquisa futura.

A respeito dos prejuízos e discriminações em suas vidas, seja nas relações interpessoais, lazer ou trabalho, em decorrência da religião que professam, encontramos:

Não, pior que não. E olha que eu já dei aula até em escola evangélica. É o que eu falo sempre, eu sou um negro, gay, macumbeiro, bailarino que graças a Deus nunca sofreu nada disso, nada de mais grave. **Olhares, uma piada ou outra, uma coisa assim na rua, sempre**, mas uma violência mais direta eu fui livrado, e agradeço muito. Porque eu sei que acontece e acontece demais. (Sacerdote 05).

Sim, sim. No início, quando eu declarei minha religião pra todo mundo, minha família pintou comigo. **Minha irmã levou mais de seis anos sem falar comigo, sem olhar na minha cara. Eu perdi mais de seis anos da minha vida sem contato com a minha irmã e meus sobrinhos pelo fato dela ser tão intolerante.** Outro fato que aconteceu no meu trabalho, na época do CIEP, entrou **uma inspetora, que era obreira da universal e achou uma boa ideia me dar aquela desgraça daquele livro (Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?). Ela vivia me perseguindo**, começou a querer fazer cultos dentro da escola, desconjurar os demônios segundo ela. Eu conversei com a diretora, devolvi o livro, mandei ela entregar pra alguém que gostaria de ler aquilo. (Sacerdotisa 06).

Nessas respostas, podemos perceber a constância da discriminação aos sujeitos que vivem e praticam algum tipo de fé de matriz africana, seja um prejuízo mais direcionado e sentido como narrou a sacerdotisa 06, que teve sua convivência familiar extremamente afetada, seja uma discriminação mais velada como narrada o sacerdote 05. Em ambas as situações, os prejuízos e discriminações não deixam de existir motivadas pela discriminação à religião que professam.

Sobre os impactos na sua saúde física e/ou mental em decorrência do racismo e da intolerância religiosa, os interlocutores respondem:

Não, graças a Deus nunca senti nenhum tipo de prejuízo por isso não. Assim, na verdade já perdi muitas noites de sono, né? Sobretudo quando eu atendo algum caso mais grave aqui na SIRDH, na época em que estavam tendo muitas denúncias **eu fiquei muito tempo sem dormir direito, meio ansioso, não sei dizer... com medo de acontecer comigo. Cheguei até a tomar remédio pra dormir durante um tempo**, mas depois me liberei. (Sacerdote 05).

**Olha, muito... quando eu falo pra você que a mulher preta, umbandista ou candomblecista, muitas vezes ela é sozinha, a gente toca nisso também. Porque na comunidade a solidão da mulher preta existe e existe muito.** No meu trabalho no CIEP, por exemplo, eu me matava pra ajudar todo mundo, a gente tinha crianças de onze comunidades diferentes, todos os filhos dos chefes do tráfico estudavam lá, e quem organizava esse convívio era eu. **Sofrendo racismo, sofrendo intolerância religiosa, mas eu continuava pra cuidar, pra tentar salvar. A mulher preta se coloca muito nesse lugar de cuidar dos outros, dos filhos que não são delas, isso é histórico desde as escravas. Quando eu entendi isso, foi porque eu já estava doente. A estrutura me adoeceu.** Eu quase morri mesmo. E hoje eu quero me cuidar e ser cuidada. (Sacerdotisa 06).

Ambas as falas denotam sofrimento. Ainda, que o **sacerdote 05** tenha a princípio dado uma negativa, no decorrer de seu discurso, fica bastante evidenciada a vivência de situações que lhe causaram medo e impactaram em sua vida e saúde, como no caso do seu sono, sentimentos de

ansiedade e uso de remédios, o que se deu em função da proximidade com situações de violência que assolavam CTTRO'S à época.

Já na fala da **sacerdotisa 06**, observamos o sofrimento e prejuízo provocados não somente pela intolerância religiosa, mas sobretudo pelo racismo. Uma fala maculada de grande força, mas também de grande dor, aonde a mesma escancara suas feridas, abertas em decorrência da forma que a sociedade se estrutura e do lugar que é imputado às mulheres negras, periféricas e, nesse caso, viventes de religião de matriz africana. Seu sofrimento advém das camadas de vulnerabilidade que a encobrem, nesse caso, pautados no binômio raça/gênero interseccionados e encobertos ainda pela camada da religiosidade.

Os sacerdotes, quando questionados acerca do que os mesmos acreditam que possa ser feito para combater o racismo e a intolerância religiosa, respondem:

Antes de tudo se dê ao respeito. Nós de Candomblé temos uma coisa muito sagrada para nós que é a natureza, são os nossos Orixás vivos se mostrando presentes. [...] A forma maior da gente lutar contra é mostrar o bem que fazemos, não só por nós, mas por todos, fazendo com que a nossa casa seja aberta para todos, que preservamos o **bem. Mas isso tudo, sem se curvar! Mostrar que somos do bem, mas buscar e conhecer nossos direitos, as leis que nos protegem, as federações, nossos pares. Não podem nos silenciar nem um segundo a mais!** Então é isso, mostrar o bem e não abaixar a cabeça para os ataques, quem tem que se curvar é quem errou, não quem é atacado! (Sacerdote 05).

**A gente vive o nosso enfrentamento todo dia! Eu acredito na educação!** Eu faço esse trabalho aqui dentro do terreiro. Eu educo meus filhos, explico pra eles o que é a religião, o que é a nossa crença, para quando eles forem atacados, ou questionados de qualquer coisa eles saibam se defender. **Mas mais do que se defender, a gente precisa aprender a se colocar, a se apropriar de uma história que é nossa e contar ela da forma que merece ser contada**, da forma verdadeira. [...] Pra isso a gente também precisa saber dos nossos direitos, a gente precisa se resguardar. **Eu estudo pra me preparar pra lidar com essas coisas, entendendo que pedrada eu vou receber, mas eu vou saber combater.** (Sacerdotisa 06).

As falas de ambos os sacerdotes trazem como estratégia de enfrentamento o conhecimento, seja em forma de educação e a correta propagação da história da diáspora e das religiosidades de matriz africana, seja em forma de conhecimento acerca dos próprios direitos e entidades que nos resguardam. Pensando de maneira amplificada e indo de encontro as falas dos outros sacerdotes, pode-se depreender que a educação é uma grande propulsora de mudanças, ou seja, investir na educação de base, fortalecer o próprio conhecimento e cercar-se dos próprios direitos, pode ser um expressivo caminho de enfrentamento.



## 5.5 ÁREA RURAL – AS PRAIAS: PROTEÇÃO SIMBÓLICA E MATERIAL

Na entrada do campo, foram disponibilizados diversos nomes e contatos de sacerdotes e sacerdotisas de religião de matriz africana com comunidades em funcionamento na baixada campista e região das praias. Tentei comunicar-me com alguns, no entanto, só obtive êxito em marcar visita a duas comunidades, onde ocorreram entrevistas com dois sacerdotes que possuem suas casas nas praias da região do Farol de São Thomé.

A **sacerdotisa 07**, possui sua CTTRO em funcionamento em uma região central da praia do Farol de São Thomé, sendo uma casa mista, que cultua a Umbanda e o Candomblé de nação Ketu. Já o **sacerdote 08** possui o título de Babalorixá e sua casa, segundo o mesmo, é tradicional de Candomblé de nação Ketu, mas que cultua a parte dos Exús da Umbanda. Ela está instalada em uma região um pouco mais afastada, conhecida como Praia do Xexé. Ambos me receberam em suas casas, em uma agradável tarde de sexta-feira do mês de Novembro de 2022.

A praia do Farol de São Thomé, compreende a região costeira do município de Campos dos Goytacazes, sendo afastado 47 km do centro da cidade. Em decorrência disso, marquei as duas entrevistas para um único dia, pois precisei me deslocar em uma viagem de cerca de uma hora e quinze minutos até a localidade. Essa região é marcada por forte presença do catolicismo popular, sendo uma tradição da localidade desde o princípio de sua história pós-colonial, fato esse que aparece durante as entrevistas.

Sobre suas histórias junto às religiões de matriz africana, os sacerdotes narram:

Bom... eu já tenho 40 anos de Umbanda né, já sou mãe de santo na Umbanda eu nem sei desde quando. A minha história na Umbanda vem de família, dos meus pais, dos meus avós, eu fiquei com a herança espiritual deles, eu e minha filha mais velha. Mas, há quinze anos atrás, eu tive necessidade de fazer minha iniciação no Candomblé, de ir por esse caminho, foi inclusive indicado pelas minhas entidades da Umbanda. Aí eu fiz e sou muito feliz! Adoro meus Orixás! A Umbanda e o Candomblé são complementos na minha vida, tudo tem a ver um com o outro. (**Sacerdotisa 07**).

Eu me iniciei aos quinze anos de idade, dentro da nasceu Ketu, descende do Axé Opo Afonjá pelo lado de Carybé do Oxóssi em Miguel Couto no Rio de Janeiro. Depois eu migrei para o Axé Oxumarê, e lá, concluí todas as minhas obrigações, 03 anos, 07 anos, 14 anos e 21 anos e hoje continuo filho do mesmo pai de santo. Eu era do Rio de Janeiro, mas vim embora pra Campos por causa da saúde da minha mãe, minha família toda é campista e ela precisou vir pra cá se cuidar. Eu não vim pra montar uma casa do Candomblé, eu tenho um cargo de Babá Egbe na minha casa matriz, eu tenho essa responsabilidade lá. Mas chegando aqui, eu senti a necessidade de ter um lugar pra tratar dos meus santos, pra trazer os meus Orixás e fazer seus festejos. Mas o ademais foi uma consequência, as pessoas foram chegando e hoje minha casa de Candomblé já está há 15 anos aberta, eu cheguei aqui não tinha nada, era tudo mato. (**Sacerdote 08**).

Sobre a história de suas CTTRO'S e há quanto tempo localizam naquele território, explanam:

**Inaugurei minha casa aqui em 2005, eu tinha vindo do Rio antes um pouco. A minha sogra já morava aqui, e depois do acidente, que meu marido foi reformado (o mesmo é policial civil reformado) a gente optou por vir levar uma vida mais sossegada aqui na praia. Comecei a tocar minha macumba lá em cima, na laje, fui começando pra e aos poucos as pessoas foram se chegando,** eu sinceramente não gosto de terreiro grande, prefiro qualidade do que quantidade e to muito bem assim, com os poucos filhos de santo que eu tenho, com a minha família aqui dentro e com as coisas feitas de forma simples. Minha casa começou muito pequena e agora ta assim foi crescendo aos poucos, as obras, as melhorias, tudo no tempo de Orixá. (Sacerdotisa 07).

Como eu disse ali atrás, eu não vim pra montar uma casa do Candomblé, eu vim pra assistir minha mãe. Precisei deixar tudo pra trás no Rio de Janeiro, minha casa, amigos, religiosidade e como tudo ficou para trás, eu precisava sobreviver em Campos, mais propriamente dito aqui no Farol, aonde nada se tem além do verão. Mas aqui, há uma exigência de **uma festa anual, festa de Santo Antônio, que eu sempre comemorei meu Exú nessa data, aí também comecei a fazer a minha macumba, junto com a festa do santo, na mesma data.** A história se espalhou, e ali ele conseguiu muitos clientes, muitos fiéis, e nesse circuito do próprio, eu comecei a fazer de quinzenas. [...] A casa da minha mãe não comportava, era uma casa normal, e eu não queria invadir o espaço dela. [...] **Foi assim que eu aluguei uma casa aqui no Xexé, que é bem distante. Até porquê, a religiosidade em Campos só funciona às escondidas, todo mundo vai mas ninguém pode saber, ninguém pode ver.** [...] Fiquei sete anos nesse mesmo local, e aí Exú ganhou esse terreno, depois de um tempo ele falou “Acabou aqui, vamos começar a construção lá, a família aumentou”. Eu migrei pra cá há 15 anos, comecei uma construção, e aí estamos aí até hoje [...] E assim foi, a família foi crescendo. **Aqui no Farol, eu já to há 22 anos.** (Sacerdote 08).

As histórias dos dois sacerdotes se cruzam na cidade de origem, ambos são oriundos do Rio de Janeiro, tiveram seu início de vida religiosa lá, e cada qual por suas razões, migra para Campos, mais especificamente para a praia de Farol. Como dito anteriormente, um ponto interessante à ser notado, é do uso do sincretismo religioso na história retratada pelo **sacerdote 08**, que usou de um festejo de catolicismo popular, uma data tradicional na região, para fazer um festejo de Umbanda, voltado para o culto aos Exús, sendo esse, justamente o marco do início da construção de sua CTTRO.

Indagados sobre sua percepção acerca do racismo e intolerância religiosa, eles nos dizem:

Muita coisa, muita. Quando eu abri aqui, tinha uma vizinha aqui do lado, e eu tocava a macumba lá em cima, a gira né, ela vinha veranear, e quando ela chegava em novembro, eu ainda tava tocando. [...] Ela ouvia muito louvor de igreja católica né, e eu nunca liguei, sempre gostei de ouvir. Mas, ela começou a colocar direto quando começava a gira, comprou umas caixas de som enormes, e aí era só eu começar a macumba, que ela colocava as caixas pra tocar louvor na maior altura na varanda. [...] Um belo dia meu Tranca Rua (entidade) falou assim “Minha filha, isso não me incomoda não, eu já fui até padre... ela que se incomoda com a gente, mas aí é problema dela o preconceito dela”. (Sacerdotisa 07).

A sacerdotisa 07 ainda completa:

Isso aí pra mim são pessoas ignorantes e com falta de estudo. **O racismo é burrice. O sangue que corre na minha veia é vermelho da mesma cor que a de qualquer outra pessoa.** [...] Tem muito evangélico que tem intolerância com a gente, isso é

uma ignorância. Já bateu muito evangélico na minha porta pra perguntar se eu já li a bíblia. Eles dizem que nós somos burros, mas os ignorantes são eles.

Já o **sacerdote 08** nos diz:

Bom... nós não podemos nos fazer de cego né? **Eu lido com isso diariamente né. Quando eu digo que tem gente que lida na camuflagem é tipo, se a pessoa precisa dos serviços do Babalorixá, eu sei o quanto ele é funcional pra mim, por um propósito de vida que muitas vezes nem é espiritual, ali me tratam bem, mas tem que ser escondido, não podem saber que a pessoa veio aqui. Ou seja, nisso, há um preconceito.** [...] Fora tudo que acontece no dia a dia, né? Se alguém vai a um comércio com roupa de ração recebe um olhar, se bate na casa de alguém pra pedir uma muda de planta é negado... Isso é todo dia.

Sobre sua compreensão acerca do racismo e da intolerância religiosa, nos diz que:

Ao meu ver existem as pessoas que são preconceituosas por mau-caratismo mesmo, tá subjugando o outro **associando nosso tom de pele a coisa errada, a marginalidade, criminalidade, associando isso a cor negra.** [...] **Mas eu também acredito que haja uma parte que é cultural, isso é propício do Brasil, isso tem muito a ver com esses europeus, com essa coisa da colonização.** [...] Nós somos um povo muito estranho, porque a história e a cultura do nosso povo mesmo a gente não conhece, que são os indígenas. **Ou seja, nós falamos uma língua que não é nossa, temos um credo que não é nosso. Isso foi roubado, justamente por esses europeus. Sacerdote 08.**

Nessas narrativas, temos especialmente duas colocações muito interessantes do **sacerdote 08**, ele explicita um traço que pode ser compreendido como um traço cultural das pessoas do município, que é o de “manter as aparências”, ou seja, diversas pessoas de famílias abastadas se dizem cristãs, mas batem à sua porta para pedir todo tipo de trabalho e ajuda, desde que seja de forma silenciosa, em segredo. Ele acredita que o fato de sua CTTR0 ser localizada em um local ermo, é um atrativo para tais sujeitos, que se sentem protegidos pelo anonimato.

Outra fala importante é quando o mesmo aponta a colonização como uma questão problema que faz o racismo e a intolerância religiosa se desenvolverem, corroborando com os estudos anteriormente expostos acerca da colonialidade. Aponta ainda, outro grave epistemicídio ocorrido no processo colonial, que foi o de aniquilamento de grande parte da população indígena de nosso país.

Sobre como enxergam essa problemática no município, sobretudo na região de suas CTTR0’S, os entrevistados informam ter conhecimento e/ou terem sofrido algum episódio de racismo e intolerância religiosa.

A **sacerdotisa 07** nos diz:

Ah, já aconteceu comigo aqui. Já te contei antes o caso da vizinha e dos evangélicos que ficavam batendo na minha porta pra tentar me converter né?! Teve um dia, que um grupo desses evangélicos, veio aqui na porta e riscou o rosto de Caboclo Tupinambá todinho. Eu simplesmente mandei fazer outro e botei no lugar. [...] Sobre Campos, eu sei de várias casas que foram atacadas, ainda mais lá pra Guarus, lá ta

muito difícil. Mas aqui no Farol a gente tá num cantinho mais afastado né? Aqui não acontece tanto que eu saiba não. Mas assim, eu tomo meus cuidados, porque eu sei que tá perigoso. Meu marido vigia a casa, e depois de nove horas da noite eu fecho o portão no dia da gira, não da pra dar boqueira.

A fala da **sacerdotisa 07** nos apresenta dois elementos importantes de serem pontuados, o primeiro, justamente a localidade em que se encontra sua CTTRO, sendo a praia do Farol, considerada pela mesma, um lugar mais tranquilo. Outro ponto importante, é a proteção feita pelo seu marido que é policial reformado, fator que impõe respeito, como exposto pela mesma.

Já o **sacerdote 08** nos diz:

Então, vou falar pelo meu local né? Que é o Farol e o Xexé. **Então, eu sou apaixonado por festa de Erê, né? Mas eu não consigo fazer, porque só vem as crianças que já são da casa, os vizinhos não vem, porque é doce da macumba, do coisa ruim.** Esse exemplo é muito claro. [...] **Outra coisa que acontece aqui na vizinhança, nós de Candomblé temos o sacrifício animal, que é a imolação, e aí tem a parte do couro, que usamos na casa para os artesanatos, para os atabaques, e tem a parte do eran (carne) que é pra ser consumida, partilhada entre as pessoas, do bode a gente aproveita tudo. [...] mas eu sempre acabo doando pra pessoas de fora, de longe, isso pra não estragar dentro de um freezer. Porque aqui na comunidade ninguém aceita.**

Ele ainda completa:

Eu me sinto inibido na minha própria comunidade, no lugar que é minha casa. Aqui é um ovo, não tem nada. **Eu já quis montar uma escolinha para as crianças, não teve adesão, estudei e escrevi um projeto pra trabalhar com escama de tilápia, pra gerar uma renda sobretudo pras muitas mulheres, e também não teve adesão.** Eu não consigo fazer nada, não consigo ajudar, por preconceito dos outros. **A base da comunidade aqui é muito católica! Pra você ter noção, filho de santo aqui do Farol eu tenho dois.**

O exposto pelo **sacerdote 08**, toca numa angústia muito própria e proveniente da cultura de terreiro, sobretudo dos Candomblés. Na tradição, uma CTTRO deve ser um lugar que funciona como abrigo, acolhimento e alimentação para a comunidade e para o território no entorno, pautado nos ideais de partilha e crescimento, aonde o desenvolvimento do sagrado é mútuo ao dos sujeitos. É praxe, dividir a carne oriunda da imolação entre os membros da CTTRO, uma das funções do sacrifício é justamente alimentar a comunidade, e, quando tal tradição não é possível de ser cumprida, aí também reside uma forma de epistemicídio. Esses alimentos não são negados por falta de necessidade, mas sim por racismo e por intolerância religiosa.

Ainda sobre o conhecimento e/ou vivência de casos de racismo e intolerância religiosa, **o sacerdote 08** nos diz:

Vou te dar um outro exemplo muito claro, festa de Seu Tranca Rua de dois anos atrás. Ele me pediu uma imagem de Santo Antônio de presente [...] Bom, aí eu pensei, vou inovar, juntei os festejos do santo, com o do Exú, fui na Cadeg, mandei descer flor, fiz um andor, e resolvi fazer uma procissão de Santo Antônio antes de começar a festa

dele (Do Exú), mulher que besteira eu fiz! **Armei a procissão, carreata, eu de lanterna na mão, tinha mais de duzentos carros e a gente da casa andando na frente. [...] Dei a volta na praça, você acredita que quando eu cheguei ali naquela igreja de Santo Amaro, ela tava com a porta aberta, você acredita que quando eles viram a gente, todos de branco e perceberam que era gente de macumba, eles fecharam a porta? Pois é!** Eu só queria que o padre benzesse meu santo.

O trecho acima, corrobora com sua fala anterior em relação ao domínio do catolicismo popular na região da praia do Farol de São Thomé como uma das grandes questões da localidade, sendo inclusive segundo, um fator da comunidade da localidade se manter extremamente afastada e não aberta aos festejos e atividades propostas por ele e por sua CTTR. Ou seja, a intolerância e o racismo não vêm só da IURD, ainda que essa corrente possua grande expressividade atualmente, a igreja católica é a instituição que funda esse preconceito e segue atuando.

Questiono os sacerdotes se os mesmos já sentiram algum tipo de prejuízo em suas vidas (trabalho, lazer, afetiva) em decorrência do racismo e da intolerância religiosa, e se sua saúde (física e mental) também já foi afetada em decorrência dos mesmos fatores. Ao que eles respondem:

Eu já tive problema com minha família né... Uma parte evangélica, a pior era uma tia do meu marido. Eu sou da Oxum, né?! Então eu sempre andei com uma imagem Do ela e uma imagem de Nossa Senhora Aparecida na bolsa (santa católica comparada à Oxum no sincretismo), teve um dia, **numa festa de família, que eu abri minha bolsa e Oxum apareceu, a tia dele começou a gritar “Meu Deus, tira essa diaba preta daqui, Jesus, expulsa!” E começou a me xingar muito, que eu prefiro nem lembrar!** Isso deu um brigueiro horrível na família, até hoje tem umas partes que não se falam direito, mas quer dizer, isso é racismo e intolerância religiosa né?! **(Sacerdotisa 07).**

A **sacerdotisa 07** narra ter ocorrido um grande racha na família em decorrência da intolerância em face da religião que ela e seu marido professam, bem como o sacerdócio que ela exerce. Muitos familiares não aceitam a religiosidade do casal, e episódios de desrespeito e brigas tornaram-se uma constante, tendo sido esse, um dos fatores preponderantes da decisão do casal de se mudar do Rio de Janeiro, para a Praia do Farol em Campos. Ou seja, a mesma além de ter um prejuízo no convívio familiar, também teve um impacto na própria territorialidade e local de moradia. Para além, do impacto direto em sua saúde mental, em razão de tamanha violência.

Já o **sacerdote 08** nos diz:

Já, já tive muito problema **sim. Eu trabalhava quando mais novo em uma pousada aqui no Farol, e o que eu mais ouvia da minha gerente era Deus me livre...** ela cantava hino na minha orelha o dia inteiro, até que **um dia ela conseguiu que eu fosse demitido.**

O ocorrido acima narrado, vem, mais uma vez, exemplificar os diversos prejuízos que o racismo e a intolerância religiosa podem infringir na vida de um sujeito, nesse caso, levando

inclusive à demissão, uma pessoa que necessitava desse emprego, para sobretudo, sustentar sua mãe doente. Esse fato, só exemplifica mais uma das facetas de crueldade dessas violências e seus impactos diretos e indiretos sobre quem sofre e outros da rede de relações.

Questiono os mesmos sobre o que eles acham que pode ser feito para combater o racismo e a intolerância religiosa, no que respondem:

Eu acredito que a gente precisa se mostrar! Mostrar a verdade da nossa religião, ter um programa de TV grande, alguma coisa assim. **O conhecimento salva, talvez as pessoas parem de falar tanta coisa errada se tivessem acesso as informações corretas, a gente precisa se comunicar melhor.** Eu mesma sempre falo pras pessoas que a religião muitas vezes não é aquilo de negativo que eles pensam. Tem que ter muito estudo, a gente precisa chegar na mídia! (Sacerdotisa 07).

**Se impor!** Eu sou Babalorixá, tenho 50 anos de idade, sou homossexual e a minha vida é muito bem resolvida! **Não bato na porta do alheio, meu terreno é fixo e é quitado, então eu não vou aceitar certos tipos de coisa. Ninguém paga minhas contas pra querer da conta da minha vida.** [...] Então, eu acredito que a melhor arma que a gente tem pra lutar contra é não se ocultar pra nada, respeitando que a gente tem direitos e deveres, não infringindo o espaço do alheio, daí a gente pode até tentar ter uma boa comunicação. [...] **Água mole em pedra dura tanto bate até que fura meu amor, a escravatura conta nossa história errada há uns 500 anos no Brasil, tá na hora da gente se mostrar e fazer outra coisa, cobrar respeito, cobrar nossa história.** (Sacerdote 08).

Em ambas as falas, os sacerdotes chegam a um ponto comum que é o investimento na comunicação, e por consequência na educação. Ambos acreditam que uma forma de viabilizar o combate ao racismo e a intolerância religiosa é através da difusão de informações fidedignas, da exposição do bem e da boa vivencia que as religiões de matriz africana propõem.

## 6. DISCUSSÃO

### 6.1 INFLUÊNCIA DOS ATORES INSTITUCIONAIS

Uma das maiores riquezas de uma pesquisa que envolve trabalho de campo, é perceber o movimento de enlace de pressupostos teóricos e a realidade que ele próprio apresenta. É no campo e do campo que as categorias de análise emergem, é através do campo que podemos construir conhecimento e nos aprofundarmos nos pressupostos já elucubrados, como também constatar vários outros e até mesmo dissuadir algumas teorias pré-moldadas.

O campo da minha pesquisa se apresentou de forma extremamente peculiar, mobilizadora, rica e também muito curiosa. Apesar das dificuldades encontradas – nesse trabalho antes narradas – foi extremamente frutífero, e começo então, nessa sessão a trabalhar as categorias de análise que o mesmo me proporcionou construir.

Segundo o professor e jurista Silvio Almeida (2019) o racismo institucional é um dos braços do racismo estrutural que vem nos mostrar justamente que as instituições são racistas porque a sociedade é, ou seja, é um preconceito reproduzido pelas mesmas, que serve aos interesses da manutenção do poder em mãos específicas: masculinas, brancas e heteronormativas. Fato exemplificado pela presença massiva desse grupo étnico-racial nas instituições, sejam elas públicas ou privadas, sobretudo, em posições de poder e prestígio, propiciando então, o movimento de autopreservação – também chamado de Pacto Narcísico da Branquitude (Bento, 2022) – entre sujeitos brancos.

Olhando para história do Brasil, desde a era colonial, até os dias atuais, sabemos que a “cristianização” do país serve a um projeto de dominação, em curso desde à forçada conversão dos povos africanos trazidos em situação de escravidão, mantida até os dias atuais. Movimento esse de busca de manutenção de poder, pois, para esses sujeitos, muito vale aniquilar a cultura, a força e também a religiosidade de matriz africana. Ou seja, nesse sentido, a igreja cristã serve a um projeto de poder que ainda está em curso, sendo alavancado pela tríade: **igreja + polícia + Estado.**

O que pode ser ilustrado pelo recorte de fala da Sacerdotisa 04:

**Eu penso que esse racismo religioso e essa intolerância religiosa eles estão muito ligados ao racismo em si,** o racismo no Brasil é estrutural né? Então eu penso que isso aí é uma herança que recebemos do período colonial e até hoje nós não conseguimos lidar bem com isso.



Caminhando na construção dessa sessão, a primeira categoria identificada como relevante trabalhar, *é a influência de atores institucionais na violência da Intolerância Religiosa*. É indiscutível a forte presença das instituições mais diversas, porém, aqui, faço um recorte especial às igrejas cristãs, sobretudo as pentecostais e neopentecostais, com menção específica à IURD - Igreja Universal do Reino de Deus, comandada pelo pastor Edir Macedo, que aparece em ostensiva atuação nos processos violentadores em face das religiões de matriz africana.

A atuação da IURD já se apresenta antes mesmo do acesso ao campo, aparecendo como um fator que dificulta e até mesmo impede esse acesso, mais especificamente às CTTRO's localizadas no distrito de Guarus. Como já anteriormente narrado, a presença massiva do comando do tráfico dessa região é do TCP – Terceiro Comando Puro, grupo esse, que se autodenomina como “traficantes evangélicos”.

A problemática que emerge e se desenha a partir dessa realidade exemplifica o projeto de poder em curso, tais traficantes, impedem – ou colocam ostensivas regras – no funcionamento de comunidades de matriz africana nos territórios que estão sob seu comando, gerando então, uma problemática que alicerça diversas instituições: as igrejas, a política e a polícia. Essa ação, veda o acesso aos territórios, pois os sacerdotes que ali possuem suas CTTRO's instaladas sentem-se ameaçados e em risco, e, portanto, negam contato, caminhando então, para o enfraquecimento e até mesmo fim dessas comunidades.

Tal afirmação é corroborada no recorte do que fora exposto pela sacerdotisa 06, em sua fala emblemática ao narrar sua experiência dentro de uma delegacia ao comparecer para dar seguimento ao inquérito que abriu em face de um pastor que a violentou: *“Quando eu fui na delegacia fazer o reconhecimento dele, do pastor, tinham três advogados junto com ele, todos evangélicos, todos homens [...] Além de tudo a gente é achincalhada, a mulher não é respeitada nunca”*.

O recorte anterior nos faz retornar ao conceito de Interseccionalidade, exposto no referencial teórico. Termo cunhado por Creenshaw, mas trabalhado largamente por Carla Akotirene aqui no Brasil, que nos diz justamente do quão é considerado violável o corpo de uma mulher, sobretudo uma mulher negra. Em suma, esse conceito se baseia na ideia de interação entre raça, gênero, capitalismo e cisheteropatriarcado como produtores de violências que vão adicionando marcas de sujeição aos corpos violados. Nesse ponto, a pergunta que fica é: Quem protege a mulher negra periférica? Qual o cuidado que a mesma recebe da sociedade?



Impossível dar conta nesse trabalho de dissertar profundamente sobre a atuação da violência policial sobre corpos negros, no entanto, partindo do pressuposto que a polícia é reconhecidamente uma instituição racista, vemos essa hipótese confirmar-se inclusive em digressão histórica. A polícia sempre foi acionada para fazer valer leis – já supracitadas – que coíbiam e até mesmo proibiam o funcionamento de CTTO's. No próprio território de pesquisa – a cidade de Campos dos Goytacazes – temos o memorável exemplo da atuação do delegado Moacyr Bellot., que, como já explicitado, foi enviado para o município visando justamente coibir o funcionamento de comunidades tradicionais de terreiro. Como nos conta a sacerdotisa 03:

Bellot foi um delegado que veio pra acabar com as Umbandas, **ele entrava de cavalo nos terreiros, saía quebrando tudo e levava as pessoas ali pra delegacia, depois mandava todo mundo embora pra casa a pé, era humilhante.**

Outro ponto necessário de ser exposto nessa categoria de análise, é a influência da política como forte ator institucional no processo de violência em face das religiões de matriz africana. Desde a era do Brasil colonial, fomos governados por um poderio declaradamente racista, que usava das mais cruéis vias de justificava para continuar explorando e por consequência matando corpos negros. Desde a justificativa do racismo científico até mesmo da providencia e escolha divina de fazer uso de populações “mais atrasadas”, ou seja, evidencia-se o percurso histórico do assentamento do racismo e toda sua influência na forma como a sociedade brasileira se estrutura hoje.

No entanto, ainda podemos observar o racismo institucional se reproduzir até os dias atuais na política brasileira, infelizmente exemplificado pelo governo fascista do ex-presidente Jair Bolsonaro, autor e fomentador de tantas violências e retrocessos, sobretudo, em face das mais diversas minorias. E também pela ostensiva presença da “bancada evangélica” no congresso – atuando também como um braço do estado que atua em vilipêndio à tudo aquilo que os mesmos julgam como errado – ou seja – aos dissidentes que caminham fora de sua moral cristã, podendo os mesmos serem pretos, pobres, periféricos, LGBTQIA+, dentre tantos outros marcadores sociais de vulnerabilidade.

Como já citado pelo jurista Silvio Almeida, as instituições são racistas pois a sociedade assim o é, essa afirmação pode ser corroborada pela observação do tão grande apelo e popularidade do ex-presidente supracitado, que possuía grande apoio popular, sobretudo da chamada “elite” sob a proteção de seu slogan “Deus, pátria e família” que visava proteger justamente a construção do Deus cristão, da pátria branca e elitista e da família cisheteropatriarcal.

Vale localizar a temporalidade dessa pesquisa – início o meu curso de Mestrado no mês de maio de 2021, quando estávamos completando cerca de dois anos e meio sob a presidência de Jair Bolsonaro. Fatalmente, o contexto político atravessa essa pesquisa, seja de forma direta ou indireta, uma vez que, passamos anos mergulhados em um profundo retrocesso, e, tratar desse tema academicamente, já é um grande marco de resistência ao cenário de horror no qual estávamos inseridos.

O grande questionamento que fica para mim a partir de todo o exposto nessa sessão é: A quem essas instituições servem? A quem interessa o enfraquecimento e aniquilamento das comunidades tradicionais de terreiro? A quem os terreiros ameaçam? A ordem hegemônica? A família tradicional? Os brancos ricos e poderosos? A quem interessa a manutenção do poder e dos privilégios nas mãos brancas?

Todas essas perguntas podem ser respondidas pensando em um ponto que converge, o capital! Igreja, polícia e Estado se unem em prol da manutenção da sociedade brasileira capitalista que se desenha no curso da história. A desigualdade social, a manutenção de poder e privilégios, o acúmulo financeiro em poucas mãos é interessante àqueles que se beneficiam, e, portanto, buscam manter o funcionamento dessa gangorra de modo que os mesmos estejam sempre em posição superior.

O secretário Totinho, traz em sua entrevista, uma fala emblemática que ilustra o exposto:

**A intolerância religiosa tem uma função muito perigosa na sociedade, que é a de balizar poder, quando você quer desqualificar alguém o que você faz? Desqualifica sua cultura, quando você mata a cultura desse povo fica mais fácil de dominar e aculturar, e a intolerância religiosa vem desse processo de acultramento. A intolerância religiosa, eu vou chamar de racismo religioso, é proveniente de um processo de eugenia social, fomentado pela Necropolítica.**

Olhando expansivamente para todo o exposto, percebo que o corpo social hegemônico teme o Asè - poder de realizar, de se refazer e de construir tão potente que emerge em uma comunidade tradicional de terreiro. Berço não só da religiosidade de matriz africana, mas também local de amparo, proteção e manutenção da vida desses povos que resistiram tão bravamente, e hoje, ocupam e galgam seus lugares na construção de uma sociedade mais igualitária. A sociedade hegemônica tem medo da potência e do poder de expansão, a branquitude tem medo de perder seus privilégios, as pessoas têm medo de necessitarem se movimentar – que o façam!

## 6.2 QUESTÃO RACIAL: SER BRANCO É PROTETIVO?

Impossível para a construção desse trabalho e a forma como ele se desenha, não trazer o marcador de raça como uma categoria de análise, tendo em vista, que o corpo dessa pesquisa se baseia em uma violência racial. Portanto, para construir essa sessão de discussão, trarei dois casos de violência em face de sujeitos viventes de religiões de matriz africana, visando ilustrar o marcador de raça como fator imprescindível.

O primeiro caso, conta a minha história. Como afirmo no início da dissertação, esse trabalho se articula com minha vivência. Nesse momento aparecerei tanto enquanto pesquisadora, como também enquanto sujeito de pesquisa, na qualidade de Omo Orisá, iniciada em Candomblé e uma mulher branca. Passei pelo processo iniciático no Candomblé durante o mês de julho de 2022, fiquei cerca de 27 dias vivendo na minha comunidade e passando por todos os ritos que concernem a esse processo.

Há uma série de preceitos e resguardos que um dito “Yawô” (noviço dentro do culto do Candomblé) precisa passar nos primeiros meses pós iniciação, tais como respeitar uma vestimenta que é indumentária própria do culto, marcada pelo uso de elementos característicos e que caracterizam que aquele sujeito é vivente um culto de matriz africana, restrições alimentares, restrições de circulação em determinados espaços, restrições de consumo de álcool e outras drogas, dentre outros. Tal período, na minha caminhada se estendeu entre os meses de agosto a novembro de 2022, período esse marcado por inúmeras dificuldades e violências. Uma delas relatarei a seguir.

O período de preceito dura aproximadamente quatro meses, e para explicitar o fato acontecido, é interessante buscar ilustrar a forma como eu estava vestida e circulando na sociedade. Nesse tempo, o Omo orisá deve vestir-se somente de branco – da cabeça aos pés, mantendo sua cabeça tapada com um ojá branco (fora do contexto religioso pode-se entender como turbante) e fazendo uso das suas insígnias de iniciado, são elas: seu mokan (cordão de palha trançado), seus deleguns (cordões feitos de miçangas coloridas representando os orixás), seus ides (braceletes), seus contra-eguns (trançados de palha amarrados ao braço) e sua umbigueira (trançado de palha amarrado à cintura). Todos esses elementos, fazem parte das vestes sagradas do yawô, que assim deve circular na sociedade durante todo seu período de preceito.

Era início da tarde, de uma segunda-feira de outubro, já na metade do meu tempo de preceito, eu estava saindo do consultório onde atendo (sou Psicóloga) presencialmente em Campos dos Goytacazes – município onde resido e é território de minha pesquisa – e caminhando em direção a casa da minha avó. Nesse trajeto curto, menos de 10 minutos de caminhada, ambos no centro da cidade, ao parar numa esquina da Avenida Pelinca, aguardando para atravessar a avenida mais movimentada da cidade e com maior concentração de comércios, bares e restaurantes. Um carro que estava distante acelera e se joga em cima de mim, numa clara tentativa de atropelamento. Meu reflexo fez como que me jogasse para trás, caí no chão, enquanto ouvia xingamentos que giravam em torno de “Você é o próprio demônio, preciso te pegar pela honra de Jesus, ele está voltando e vai salvar as almas! ”.

Nessa triste narrativa, cabe ressaltar que o carro em todo seu capô estava adesivado com uma foto do hoje ex-presidente Jair Bolsonaro, demonstrando todo apoio ao então presidente e sua necropolítica em curso. Campos dos Goytacazes foi considerada como a terceira cidade mais bolsonarista do Brasil, sendo a Pelinca (a avenida dá nome ao bairro), o colégio eleitoral com o maior número de seus eleitores.

Diante da cena, fica patente a ocorrência – violenta – de intolerância religiosa, que não pode ser analisada, contudo, descolada de um recorte racial. Teria um sujeito negro sofrido o mesmo tipo de violência que eu? Ou o ocorrido em face desses sujeitos seria mais grave? Quais são as violências cotidianas mais ou menos visíveis que sofrem os sujeitos sem o privilégio da cor? Sobretudo os religiosos de matriz africana? Provavelmente, sofri muito menos do que sofreria um sujeito negro que estivesse passando pelo mesmo processo que eu. A minha vida, apesar de ameaçada, não foi ceifada. Contudo, a intolerância religiosa também recai sobre meu corpo, e faz-se extremamente necessário que possamos começar a discutir, inclusive academicamente, o papel das pessoas brancas dentro do culto à Orisà, em suas mais diversas expressões.

O outro caso que trago para construir essa categoria de análise, traz marcadores sociais bem distintos e até mesmo opostos ao meu. É a história do assassinato de Pai Bruno de Yemanjá, sacerdote negro, gay e periférico que foi assassinado também no em Campos dos Goytacazes, em uma comunidade do bairro de Guarus, caso esse, que ficou amplamente conhecido no município por tamanha violência impetrada à sangue frio.

O jornal Extra, em 2019, fez uma entrevista sobre os casos de intolerância religiosa em Campos. À época, os casos de racismo e intolerância religiosa estavam muito inflamados no

município, inclusive, houve não só esse, mas também outro assassinato de sacerdote de religião de matriz africana nesse mesmo ano, como ilustra o recorte da reportagem que segue:

As duas mortes aconteceram em Guarus, área conhecida por ser zona de conflito do tráfico. Em agosto do ano passado, Leonardo Felipe, de 25 anos, foi assassinado a tiros. Além de líder religioso, Lelê, como era conhecido, era travesti. Já em março de 2018, Bruno de Yemanjá foi morto no momento em que fazia uma oferenda em casa. Na ocasião, nada foi levado. Os casos foram registrados na 146ª DP (Guarus). Sem autor, Líderes religiosos de Campos relatam ataques e ameaças de traficantes a terreiros, Site Extra, Disponível em: <[Líderes religiosos de Campos relatam ataques e ameaças de traficantes a terreiros \(globo.com\)](#)>.

Tal reportagem retrata a cruel realidade na qual se encontravam os adeptos das religiões de matriz africana da região de Guarus, ficando clara a ação violentadora dos traficantes evangélicos em face dessas pessoas. O Caso do líder religioso “Lelê” não gerou tanta comoção e nem foi tão difundido, tendo em vista que – segundo relatos dos sacerdotes entrevistados – não era ele “uma pessoa boa” e o motivo de seu assassinato não foi racismo ou intolerância religiosa, mas sim, uma resposta às suas ações.

Já o assassinato de Pai Bruno de Yemanjá foi na história das religiões de matriz africana do município, uma ferida escancarada do racismo e da intolerância religiosa, após essa tão grande violência, os sacerdotes que tinham ou ainda têm suas CTTRO’S nessa região se fecharam ainda mais a qualquer tentativa de contato, tamanho estado de insegurança em que eles vivem, percepção que foi corroborada pelo FRAB.

Narra-se a história do assassinato de Pai Bruno como um grande trauma para os praticantes de religiões de matriz africana do município, sobretudo aos que também possuem ou frequentam suas CTTRO’s em territórios semelhantes ou aproximados. O caso foi citado duas vezes por diferentes sacerdotes na reportagem aqui referenciada. Segundo as fontes, o religioso foi assassinado durante uma cerimônia que realizava em sua CTTRO, por não ter aceitado o horário do “toque de recolher” e ter continuado a sua função além do horário estipulado.

A partir dos dois casos expostos, fica evidente que a intolerância religiosa e o racismo religioso são uma realidade no município, no entanto, é necessário observar as diferenças e avaliar as vicissitudes de cada caso. O primeiro caso - acontecido comigo - ocorreu com uma mulher branca, em uma região considerada como “área nobre” do município, local esse aonde a segurança, o poder e as políticas públicas alcançam.

Voltando para o campo, foi notório o quanto sacerdotes e sacerdotisas brancos, relatam sofrer menos violações e intolerância religiosa que sacerdotes negros. Como pude observar também no recorte racial de seus filhos de santo, sendo diretamente proporcional, quanto mais

peças brancas compondo a casa, menores são os casos de intolerância religiosa e racismo religioso. Quanto maior o número de pessoas negras compondo a casa – sobretudo periféricas – maior o quantitativo de atos de intolerância religiosa e racismo religioso narrados. Retorno então, para uma das questões iniciais desse trabalho, será se de fato o racismo não é o motor para a intolerância religiosa em face das tradições de matriz africana?

Portanto, partindo de todo o exposto nessa sessão, podemos afirmar: Sujeitos brancos que professam a fé oriunda de África sofrem menos preconceito que sujeitos negros, por haver um marcador social “a menos” que os protege da violência e encobre o racismo voltado às tradições de origem africana. Apesar desse fenômeno não extinguir os casos de intolerância religiosa em face de sujeitos brancos, ele os atenua.

### 6.3 OS TERRITÓRIOS – CONFLITOS E DIFERENÇAS QUE EMERGEM.

O marcador “território” aparece desde o início dessa pesquisa como ponto central, pois o município de Campos dos Goytacazes possui uma enorme extensão territorial. Na construção dessa pesquisa, conjecturei que a depender da localização da CTTRO poderiam haver diferenciações na realidade por elas vividas, como também, na forma que as violências as alcançam, ou até mesmo deixam de alcançar.

Como já explicado, o campo está dividido em: Área central, área rural e área periférica, e, a partir dessa organização busquei contatar as CTTRO’S através de seus sacerdotes e, em alguns casos, filiados da casa. A importância do marcador de território já começa a aparecer nesse momento, a partir da dificuldade que encontrei de acessar alguns locais.

Indo de enlace à categoria de análise exposta anteriormente, o fator território aparece também nos casos de violência narrados. O fato ocorrido comigo, foi no bairro mais nobre da cidade, na avenida mais movimentada e comercial, bairro esse também com maior IDH, maior quantitativo de moradores brancos e ricos, e maior número de eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Já o assassinato de Pai Bruno de Yemanjá ocorreu em uma comunidade do distrito de Guarus, que compõe o que geógrafos e pesquisadores da região chamam de “Bolsão de pobreza”. Ou seja, podemos perceber pelo paralelo exposto, que bairros considerados da “elite financeira” também podem ser considerados mais protegidos tanto no real, quanto simbolicamente.

Caminhando nesse sentido, podemos perceber, inclusive nas entrevistas dos sacerdotes que a realidade vivenciada se diferencia em cada território: a região central é acometida em menor escala por ataques e violências, a região periférica é a mais atingida, e, a região rural, especificamente a região das praias, apresenta um movimento peculiar de proteção simbólica e material. Porquanto, as questões que aponto são: quanto mais rico e embranquecido um território é, mais blindado de violências ele também vai ser? Há diferença da atuação do Estado – seja pela polícia ou nos processos de garantias de direito – nesses referidos territórios? Viver na região central é protetivo?

Ao olharmos para a construção dessa pesquisa, podemos afirmar que a resposta a todos esses questionamentos é um retumbante SIM! Desenha-se de modo intenso no decorrer desse trabalho a linha diretamente proporcional de protetividade aos sujeitos – em sua maioria brancos - que possuem maior quantidade de dinheiro, poder e privilégios. Na favela não chega o policiamento cuidadoso que vigia as esquinas, mas chegam policiais fortemente armados preparados para alvejar o primeiro corpo negro que atravessar os seus caminhos, sem a menor preocupação de realizar qualquer distinção.

Ou seja, a necropolítica como projeto de poder também se estende às divisões territoriais, tiroteio em escolas dentro de comunidades são “parte do dia a dia”, bala perdida em escolas das áreas nobres é tragédia que gera comoção nacional. Por isso, pergunto, o corpo de uma criança preta sangrando estendido no chão tem menos valor do que o corpo de uma criança branca, loira e de olhos azuis na mesma situação? Esse questionamento é uma retórica, que perante o grande corpo social que ainda nos circunda, infelizmente sabemos a resposta.

Caminhando em direção às CTTRO's localizadas na região das praias, apresentam-se fatores externos à religiosidade em si, como fatores de proteção. A Sacerdotisa 07, em sua entrevista, evidencia a importância de seu marido ser um policial reformado, e, portanto, sua casa ser “respeitada” na região. Já o Sacerdote 08, expõe ter muitos filhos de santo “poderosos” os quais elenca como sendo juízes, desembargadores, empresários, advogados, e, que tal fato, o protege. Porquanto, novamente podemos evidenciar a influência de algum tipo de poder, dinheiro e privilégios - ainda que apareçam de formas distintas e com atores diversos – como uma garantia de proteção.

Outro ponto que precisa ser debatido nessa seção é o conflito territorial específico que ocorre na região do distrito de Guarus entre os comandantes do tráfico que se auto denominam evangélicos e os membros das comunidades tradicionais de terreiro. A pesquisa de Mestrado (2020) do geógrafo Anderson Luiz Barreto estudou de forma ostensiva tal temática, trabalho



esse que me ajudou a construir esse bloco de análise. Tendo em vista o meu pouco contato com sacerdotes que de fato tiveram suas casas violadas, sofreram violência armada, invasões, depredações, e as mais diversas e complexas violências possíveis. Ele nos explicita:

**Os conflitos territoriais que vemos aqui se deram por termos territórios sagrados das comunidades tradicionais de terreiro de Campos dos Goytacazes incrustados em recortes da cidade que se configuram como territórios controlados por grupos de traficantes de drogas, que de alguma forma se articulam com outros agentes em outros lugares, comendo um território-rede, e que podem, através dessa rede, obedecer eventualmente a um comando externo à comunidade em si. [...] Descobrimos que, com frequência grupos de traficantes buscam controlar e coibir manifestações culturais dos povos tradicionais de terreiro instalados dentro de seus territórios em diferentes bairros da cidade. Esses grupos interferem nas práticas espaciais, cerceando as atividades das comunidades tradicionais de terreiro, no sentido de destituir o poder das lideranças religiosas sobre o seu lugar de pertencimento.**

Esta dissertação, se debruça sobre a questão territorial como problema de pesquisa. O trabalho é marcado pelo questionamento acerca da instalação e presença dos traficantes ligados ao neopentecostalismo em Campos dos Goytacazes, que o mesmo consegue mapear como sendo braços de comandos oriundos da capital, aonde a forma de atuação se assemelha largamente com a o ocorrido nas cidades da baixada do Rio de Janeiro, sendo predominantemente traficantes ligados à facção do TCP, mas em menor escala também percebeu a atuação da ADA.

Em relação a atuação da ADA, temos exemplificado, no nosso campo de pesquisa, a fala da sacerdotisa 06, que informa ter sido impedida por esse grupo de instalar sua CTTRO em uma comunidade comandada pelos mesmos, como ilustrado a seguir

Eu já te falei antes da história que aconteceu comigo na outra casa, né? Que eu nem cheguei a conseguir me mudar mesmo, entrei só limpando a casa. Parece, que a ordem veio de dentro da cadeia, receberam uma ligação ordenando que eu não ficasse ali porque eu mexia com coisa do demônio.

Em minha pesquisa pude aferir a presença da ADA de maneira mais tímida e até mesmo um pouco menos violenta – não conheci casos de violência armada direta – porém, a presença do TCP aparece de forma contundente, sendo essa a facção que comanda todos os territórios que tentei adentrar para pesquisar e não obtive sucesso, sendo o mesmo grupo civil armado responsável pelo assassinato de Pai Bruno de Yemanjá. O TCP atua controlando o funcionamento, depredando e fechando CTTRO's em seus territórios de comando, mais sofrem àqueles que menos obedecem às suas ordens, exigências e toques de recolher. Este foi, infelizmente, o caso de Pai Bruno, que se negou a parar a cerimônia em curso na sua CTTRO e ali mesmo foi alvejado.



A destituição do território em si, já é uma enorme violência. Para além da violência patrimonial e todas as possíveis perdas materiais envolvidas, tanto do imóvel em si, quanto dos objetos de valor, a maior perda não se trata de algo mensurável em valores financeiros. As CTTRO's são em sua essência territórios sagrados e que guardam a cultura, o conhecimento, a força – que também chamamos de Asè (Energia Vital) - e religiosidade dos povos negros trazidos em diáspora, destruir um terreiro é destruir parte de um legado, de uma história de resistência e força de uma população.

Ouso dizer que a tentativa de dominação territorial e aniquilação das CTTRO's que está em curso alavancada pelas igrejas neopentecostais, faz parte de um projeto de poder maior, que visa a aculturação de um povo, para que então, possa dominá-lo, me parece uma tentativa de dominação, de cooptar fieis – ou “juntar o rebanho” como os mesmos chamam - de controlar suas mentes e corpos em prol da manutenção e crescimento de seu poderio – que propicia diversos ganhos e até mesmo privilégios.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção dessa dissertação, foi sem dúvidas um enorme desafio, tanto acadêmico, quanto pessoal. Debater o racismo e a intolerância religiosos enquanto uma questão de Saúde Pública, especialmente dentro do curso da ENSP/FIOCRUZ – instituição de grande referência e renome – foi uma aposta ousada, que me trouxe muitos louros e enorme aprendizado, mas também certa angústia por não ser uma temática assentada nesse campo acadêmico, e, portanto, sem uma estrutura sólida que embasasse o recorte que eu me propus a pesquisar.

Indubitavelmente não chego aqui sozinha, muitos foram os pares e pessoas que acreditaram, apoiaram e possibilitaram essa caminhada e construção de trabalho. Portanto, entre tantos, o sentimento que persevera nesse momento é o de profunda gratidão! A cada pessoa que colaborou com essa trajetória – seja no apoio acadêmico ou amparo pessoal, cada sacerdote que abriu sua casa para mim e, sobretudo, ao sagrado mistério que aqui me sustenta.

Em relação aos impactos da intolerância religiosa na saúde física e mental dos sujeitos de pesquisa, pude observar diversos, muitas foram as narrativas comprobatórias do grande poder destrutivo dessa violência. Para além de todos prejuízos materiais - que também acarretam impactos na saúde – o abalo da saúde mental dos sacerdotes é notável. Encontramos narrativas acerca de impactos no sono, sintomas de profunda tristeza e em alguns casos depressão, grande estresse e ansiedade, tudo isso em decorrência da situação de vulnerabilidade e violência vividas em função do racismo e da intolerância religiosa.

Sobre os impactos na vida laboral, na vida privada e de lazer dos interlocutores da pesquisa, também pude perceber a influência negativa da intolerância religiosa. Foram relatados problemas de convivência no ambiente de trabalho, desde tentativas de conversão, até mesmo demissão em decorrência da intolerância à fé que os mesmos professavam. Na vida privada e amorosa também houveram relatos de impactos dessa violência, como no caso de um sacerdote narrou ter um relacionamento longo findado quando escolhe por caminhar nos ditames da religião e de outra sacerdotisa que nem chegou a começar um relacionamento, em decorrência do não aceite de sua religião pelo pretenso companheiro.

No ponto que concerne ao território e às diferenças existentes da intolerância religiosos a depender da localidade na qual a CTTRO está inserida, a suposição que fomentou essa divisão na pesquisa se confirma, e o campo nos apresenta mais outras tantas vicissitudes. A realidade diferenciada de cada território é tão gritante, que emerge do campo como categoria de análise. Em relação ao território rural, existem proteções específicas e simbólicas que revestem o local,

para além da localização distante e erma, que também atua como um dificultador de ações violentas. Retornando à cidade, pude perceber que a distância é diretamente proporcional: quanto mais periférica a localidade da CTTR0, maior o índice de violência sofrida, e, quanto mais ao centro a CTTR0 está instalada, menor é esse índice.

Uma questão que se desdobra dessa percepção, são os marcadores de raça, poder aquisitivo e poder, que atuam como propiciadores de proteção, e forma de garantia de baixa incidência de violência e violações nas comunidades e direcionadas aos praticantes da religião. Quanto mais embranquecido e com acúmulo de renda o território é, mais protegido ele se torna. No entanto, nessa dissertação, não foi possível o aprofundamento no estudo desse imbricamento, mas, marco aqui, como possibilidade de desdobramento de pesquisa futuramente. Deixando então a pergunta: não seria essa, mais uma face do racismo e da intolerância religiosos?

O racismo e a intolerância religiosa são uma violência viva na vida dos sujeitos praticantes de religiões de matriz africana, atravessando toda sua existência, e, quando não acarretando em violências explícitas e diretas, sempre paira como uma “nuvem de medo” nesses sujeitos. Que acabam por viver sempre à espreita, esperando o devir de algum ataque ou vilipêndio. Muitas vezes, podendo o próprio direito de ir e vir, pois optam por evitar determinados territórios, sobretudo, se estiverem usando algum adorno ou indumentária característica da religião.

Retornando à uma discussão que perpassou toda a construção desse trabalho, desde o processo de entrevista para o ingresso no curso de Mestrado, até o presente momento, sigo indagando: As violências narradas tratam-se de Racismo Religioso ou de Intolerância Religiosa? De início, fiz uso da nomenclatura Racismo Religioso, por compreender que o pano de fundo motivacional e corpo das ações violentas em face das religiões e dos religiosos de matriz africana eram motivadas pelo racismo estrutural. Porém, no decorrer da pesquisa, sobretudo a partir de provocações contundentes em minha banca de qualificação, observei que ainda são mal construídos os alicerces que embasam tal conceito. Então, opto por usar ambas nomenclaturas no decorrer do trabalho, inclusive no campo.

Durante a pesquisa, pude constatar que pessoas brancas sofrem menos em decorrência da religião que professam, ainda que a mesma seja uma religião de matriz africana. Existem marcadores sociais da diferença que abarcam essa discussão; sendo raça e poder aquisitivo os principais, há uma camada de vulnerabilidade a menos em pessoas brancas nesse contexto. Sigo com o entendimento de que uma das grandes motivações aos ataques às religiões de matriz

africana é a sua origem, no entanto, questiono: posso dizer que um religioso de matriz africana branco sofre racismo religioso? O fenômeno atinge negros e brancos da mesma forma? Nessa discussão, a resposta veemente é não, provando então, que o fator raça é um marcador a mais de violência inclusive em face dos religiosos de matriz africana.

No campo, fica evidente a ostensiva influência negativa dos atores institucionais – tais como o Estado, as igrejas e a polícia - na violência pesquisada, portanto, reitero aqui, a então contínua necessidade de fortalecimento de instituições que promovam o cuidado e desenvolvimento do povo de santo. Nesse trabalho, reitera-se a grande importância da atuação do FRAB e da SIRDH no município de Campos dos Goytacazes, atuando como pontos fundamentais à proteção dos religiosos de matriz africana, à medida que confere à essa população, aparato jurídico, social, psicológico, e, de promoção da saúde, acolhimento e cuidado.

Caminho para escrever as últimas reflexões dessa pesquisa, marcando, que aqui não é um fim. O curso de Mestrado, a metodologia científica e o próprio tempo nos limitam, no entanto, não há esgotamento da temática, muito pelo contrário, essa pesquisa me propiciou perceber brechas e lacunas, e expandiu meu olhar para a problemática trabalhada e todos os seus imbricamentos possíveis.

Por fim, voltando às entrevistas e colocações dos sacerdotes – ponto alto e de maior engrandecimento dessa pesquisa, pude perceber em todas as falas pontos que concernem, sobretudo, ao que tange à luta em prol do enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa. Portanto, enquanto também religiosa de matriz africana, faço essa última exposição no plural: Acreditamos em atos afirmativos e impositivos de respeito, mostrando boa conduta e caráter, e cobrando o mesmo, acreditamos no fomento e cobrança de políticas públicas que protejam o povo de santo, acreditamos na expansão da boa palavra e conhecimento como forma de enfrentamento, e, sobretudo, acreditamos na educação como base da mudança vindoura. Então, mediante a todo exposto: A Koju - sigamos resistindo!

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** São Paulo; Ed. Pólen, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 17 set. 2021.
- BRASIL. **Código Penal de 1890. Arts. 157 e 158, Decreto no 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal, Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 3 set. 2021.
- CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Estudos Feministas*. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 22 fev. 2022.
- DOS SANTOS, Ivanir. **Marchar não é caminhar: interfaces políticas e sociais das religiões de matriz africana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Ed. Pallas, 2019
- EVARISTO, Conceição. **Literatura Negra: Uma poética de nossa afro-brasilidade**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- FANON, Frantz, **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, Ed. UFBA, 2008.
- FC NJAINE, *et al.* **Impactos da violência na saúde**, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- FOUCAULT, Michel, **Microfísica do Poder**. 3. ed., Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1982.
- GUERRA, Elaine, **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte, 2014.
- KILOMBA, Grada, **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Tradução de Jesus Oliveira, Rio De Janeiro, Ed. Cobogó, 2019.
- LIMA, Lana Lage; VIEIRA, Leonardo; SANTOS, Diego Henrique; PAULA, Yann, **As religiões Afro-brasileiras em Campos dos Goytacazes: preservar, dar visibilidade e combater a discriminação**, Catálogo, Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2015.
- MARTINS, Ana Raquel, **Mitologia Iorubá e a Psicologia Analítica: Um encontro de arquétipos**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Psicologia). Institutos Superiores de Ensino do Censa, Campos dos Goytacazes, 2019.

MBEMBE, Achille, **Necropolítica**, Ed. N-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**, Ed. Antígona, Tradução de Marta Lança, Lisboa, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, **Violência e Saúde**. Ed. Fiocruz. Rio de Janeiro. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed., São Paulo, Ed. Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 31. ed., Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2003.

NOGUEIRA, Sidnei, **Intolerância Religiosa**, Ed. Polén Livros, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos BS, Meneses MP, organizadores. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez; 2010 p. 6-20.

SCHUCMAN, Lia Wainer, **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”, Raça Hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Anderson L. B.; **Religiões afro-brasileiras em Campos dos Goytacazes: territórios, conflitos e resistência**. 2020. Dissertação. Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**, Editora Zahar. 2021.

VERGER, Pierre. **Orixás**. Ed. Fundação Pierre Verger. 1981.

VITAL DA CUNHA, Christina. **Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo sócio-antropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no Complexo de Acari**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

## **ANEXO A - ROTEIROS DE ENTREVISTA E GRUPO FOCAL**

### **Roteiro I - Secretário SIRDH**

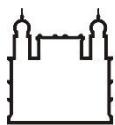
- 1- Fale um pouco sobre o que sabe a respeito do contexto histórico de chegada e implantação de cultos afro-brasileiros no município.
- 2- Fale um pouco sobre sua atuação frente a Subsecretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos.
- 3- Você considera que exista Intolerância Religiosa? Se sim, o que você compreende como sendo?
- 4- Como você enxerga esta problemática em Campos dos Goytacazes?
- 5- Qual a atuação da Secretaria junto a ela? Conte um pouco sobre sua história com esta temática, tanto na Secretaria quanto fora dela.
- 6- Em relação ao FRAB, qual a sua função no município? Como se dá a sua atuação neste órgão?
- 7- Você acredita que a Intolerância Religiosa impacta a vida das pessoas de terreiro do município? Como?
- 8- Você acredita que há diferenças em relação a estes impactos em diferentes territórios do município?
- 9- Como você vê as políticas públicas voltadas à esta problemática?
- 10- O que você acredita que poderia ser feito para enfrentar o racismo religioso e seus impactos?

## **Roteiro II – Sacerdotes**

- 1- Fale um pouco da sua trajetória dentro do Candomblé.
- 2- Há quantos anos seu terreiro é localizado neste endereço? Conte um pouco de sua história.
- 3- Você acha que existe Intolerância Religiosa?
- 4- O que você compreende como sendo?
- 5- Como você enxerga esta problemática em Campos dos Goytacazes? Você tem conhecimento de algum caso de Racismo Religioso no município? E na região próxima do seu terreiro?
- 6- Você já sofreu algum episódio de Intolerância Religiosa? Pode contar como foi?
- 7- Algum dos seus filhos de santo/membros da comunidade já relatou ter sofrido algum episódio de Intolerância Religiosa? Pode contar como foi?
- 8- Você acredita que possa haver diferenças de expressão de racismo religioso a depender do território no qual o terreiro esteja inserido (rural, central, periférico)?
- 9- Você já sentiu/percebeu algum prejuízo e/ou discriminação nas áreas diversas da sua vida (trabalho, lazer, relações interpessoais) em decorrência da religião que você professa?
- 10- Você já sentiu sua saúde física e/ou mental prejudicada em decorrência do racismo religioso?
- 11- O que você acredita que poderia ser feito para enfrentar a Intolerância Religiosa e seus impactos?



## ANEXO B - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
SERGIO AROUCA  
ENSP

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “A KOJU – RESISTIMOS! – Efeitos psicossociais da intolerância religiosa aos adeptos de religiões de matriz africana em Campos dos Goytacazes”, desenvolvida por Ana Raquel Mattoso Chagas Martins, discente do Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dra. Patrícia Constantino e coorientação da Professora Dra. Fernanda Mendes Lages Ribeiro.

O objetivo central dessa pesquisa é identificar e compreender os impactos psicossociais do racismo religioso aos sujeitos praticantes do Candomblé no município de Campos dos Goytacazes.

O convite à sua participação se deve ao fato de você ser secretário da **Subsecretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos**, importante órgão local no que tange ao enfrentamento do Racismo Religioso. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desistir da mesma.

Caso esteja de acordo, sua participação nesta pesquisa consistirá numa entrevista, na qual você será convidado a narrar situações e acontecimentos de sua vida atravessados pelo racismo religioso, através de perguntas que convidam à dissertação sobre a temática. A entrevista será gravada mediante sua autorização e, durante a mesma, você possui liberdade para dissertar sobre os questionamentos propostos e abordar o que acreditar pertinente.

A entrevista ocorrerá presencialmente, em dia, local e horário previamente acordados, conforme sua disponibilidade. Se você permitir, as entrevistas serão gravadas em áudio para que haja melhor aproveitamento do conteúdo exposto. O tempo de duração da entrevista é de

aproximadamente 1 (uma) hora, podendo ser reduzido ou estendido, de acordo com sua disponibilidade e desejo.

No que diz respeito à confidencialidade e à privacidade, serão tomadas as seguintes medidas e/ou procedimentos para assegurar o anonimato: i) reafirmando nosso compromisso com o dever de sigilo e confidencialidade, apenas o pesquisador responsável, a orientadora e a coorientadora, mencionadas neste documento, terão acesso a seus dados e não farão uso destas informações para outras finalidades; ii) qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e em futuras apresentações em eventos científicos.

O material gravado da entrevista será transcrito e armazenado em arquivo digital e somente terão acesso às mesmas a discente e suas orientadoras. Ao final da pesquisa, todo material será armazenado em local seguro, ficando sob a responsabilidade das orientadoras, por cinco (5) anos para utilização em pesquisas futuras, conforme Resolução nº466/2012 e Resolução nº510/2016 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa/ENSP-FIOCRUZ.

A qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, você poderá solicitar à pesquisadora responsável informações e esclarecer dúvidas sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa e, caso seja de sua vontade, os resultados desta pesquisa lhe serão apresentados mediante encontro de devolutiva, finalizado o período da pesquisa. Para tanto, solicito que sinalize seu interesse através dos meios de contato disponíveis neste Termo. Reiteramos que, a qualquer momento, você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento, mediante comunicado verbal ou por escrito ao pesquisador responsável, sem quaisquer prejuízos.

Não haverá qualquer tipo de remuneração ou recompensa material aos participantes desta pesquisa. O benefício indireto relacionado à sua colaboração diz respeito à possibilidade contribuir na compreensão e enfrentamento do racismo religioso no município de Campos dos Goytacazes.

Sua participação não implica em risco de dano físico diretamente relacionado com a pesquisa. Contudo, no que tange à entrevista, você pode correr o risco de sentir algum constrangimento ou desconforto emocional. Se isto ocorrer, a pesquisadora responsável estará disponível para acolhê-lo e para conversar sobre o ocorrido. Além disto, você poderá interromper a entrevista, retomando-a se, e quando, quiser.

Em relação aos resultados, esses serão organizados sob o formato de uma Dissertação de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública a ser defendida publicamente na ENSP-Fiocruz e

poderão ser apresentados em eventos científicos ou publicados em artigos científicos. Os resultados serão apresentados aos participantes após a defesa da Dissertação.

O presente termo é redigido em duas vias, sendo uma para você e a outra para a discente pesquisadora responsável. Todas as páginas deverão ser rubricadas por você (participante) e pela discente, com ambas as assinaturas apostas na segunda e terceira página deste termo.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP-FIOCRUZ. O Comitê de Ética é formado por um grupo de pessoas e é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e assim, contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Desta forma, o Comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “As implicações do Racismo Religioso à saúde dos adeptos do Candomblé em Campos dos Goytacazes” e concordo em participar.

Autorizo a gravação da entrevista.

Não autorizo a gravação da entrevista.

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Assinatura da(o) Participante da Pesquisa

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

**Orientadora** Professora e Pesquisadora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)

Prof<sup>a</sup> Dra Patrícia Constantino

Telefone: (21) 994248916

Email: paticons2015@gmail.com

Endereço: Avenida Brasil, 4036, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ.

**Coorientadora** Professora e Pesquisadora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)

Profª Dra Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Telefone: (21) 99499-9454

Email: fefe.mendeslr@gmail.com

Endereço: Avenida Brasil, 4036, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ.

**Pesquisadora Responsável**

Ana Raquel Mattoso Chagas Martins

Mestranda em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)

Telefone: (22) 99929-9595

Email: armcm2308@gmail.com

Endereço: Rua Manoel Teodoro, Número 160, Apto. 606, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ.



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado a participar da pesquisa pesquisa “A KOJU – RESISTIMOS! – Efeitos psicossociais da intolerância religiosa aos adeptos de religiões de matriz africana em Campos dos Goytacazes”, desenvolvida por Ana Raquel Mattoso Chagas Martins, discente do Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dra. Patrícia Constantino e coorientação da Professora Dra. Fernanda Mendes Lages Ribeiro.

O objetivo central dessa pesquisa é identificar e compreender os impactos psicossociais do racismo religioso aos sujeitos praticantes do Candomblé no município de Campos dos Goytacazes.

O convite à sua participação se deve ao fato de você ser um **Sacerdote de Candomblé no município de Campos dos Goytacazes**, Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desistir da mesma.

Caso esteja de acordo, sua participação nesta pesquisa consistirá numa entrevista, na qual você será convidado a narrar situações e acontecimentos de sua vida atravessados pelo racismo religioso, através de perguntas que convidam à dissertação sobre a temática. A entrevista será gravada mediante sua autorização e, durante a mesma, você possui liberdade para dissertar sobre os questionamentos propostos e abordar o que acreditar pertinente.

A entrevista ocorrerá presencialmente, em dia, local e horário previamente acordados, conforme sua disponibilidade. Sendo preferencialmente em sua CTTRÓ, tendo em vista que o fator território é um dado importante nessa pesquisa. Se você permitir, as entrevistas serão gravadas em áudio para que haja melhor aproveitamento do conteúdo exposto. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 1 (uma) hora, podendo ser reduzido ou estendido, de acordo com sua disponibilidade e desejo.

No que diz respeito à confidencialidade e à privacidade, serão tomadas as seguintes medidas e/ou procedimentos para assegurar o anonimato: i) reafirmando nosso compromisso com o dever de sigilo e confidencialidade, apenas o pesquisador responsável, a orientadora e a coorientadora, mencionadas neste documento, terão acesso a seus dados e não farão uso destas informações para outras finalidades; ii) qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e em futuras apresentações em eventos científicos.

O material gravado da entrevista será transcrito e armazenado em arquivo digital e somente terão acesso às mesmas a discente e suas orientadoras. Ao final da pesquisa, todo material será armazenado em local seguro, ficando sob a responsabilidade das orientadoras, por cinco (5) anos para utilização em pesquisas futuras, conforme Resolução nº466/2012 e Resolução nº510/2016 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa/ENSP-FIOCRUZ.

A qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, você poderá solicitar à pesquisadora responsável informações e esclarecer dúvidas sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa e, caso seja de sua vontade, os resultados desta pesquisa lhe serão apresentados mediante encontro de devolutiva, finalizado o período da pesquisa. Para tanto, solicito que sinalize seu interesse através dos meios de contato disponíveis neste Termo. Reiteramos que, a qualquer momento, você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento, mediante comunicado verbal ou por escrito ao pesquisador responsável, sem quaisquer prejuízos.

Não haverá qualquer tipo de remuneração ou recompensa material aos participantes desta pesquisa. O benefício indireto relacionado à sua colaboração diz respeito à possibilidade contribuir na compreensão e enfrentamento do racismo religioso no município de Campos dos Goytacazes.

Sua participação não implica em risco de dano físico diretamente relacionado com a pesquisa. Contudo, no que tange à entrevista, você pode correr o risco de sentir algum constrangimento ou desconforto emocional. Se isto ocorrer, a pesquisadora responsável estará disponível para acolhê-lo e para conversar sobre o ocorrido. Além disto, você poderá interromper a entrevista, retomando-a se, e quando, quiser.

Em relação aos resultados, esses serão organizados sob o formato de uma Dissertação de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública a ser defendida publicamente na ENSP-Fiocruz e poderão ser apresentados em eventos científicos ou publicados em artigos científicos. Os resultados serão apresentados aos participantes após a defesa da Dissertação.

O presente termo é redigido em duas vias, sendo uma para você e a outra para a discente pesquisadora responsável. Todas as páginas deverão ser rubricadas por você (participante) e pela discente, com ambas as assinaturas apostas na segunda e terceira página deste termo.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP-FIOCRUZ. O Comitê de Ética é formado por um grupo de pessoas e é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e assim, contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Desta forma, o Comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “As implicações do Racismo Religioso à saúde dos adeptos do Candomblé em Campos dos Goytacazes” e concordo em participar.

- Autorizo a gravação da entrevista.
- Não autorizo a gravação da entrevista.

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Assinatura da(o) Participante da Pesquisa

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

**Orientadora** Professora e Pesquisadora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)

Profª Dra Patrícia Constantino

Telefone: (21) 994248916

Email: paticons2015@gmail.com

Endereço: Avenida Brasil, 4036, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ.

**Coorientadora** Professora e Pesquisadora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)

Profª Dra Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Telefone: (21) 99499-9454

Email: fefe.mendeslr@gmail.com

Endereço: Avenida Brasil, 4036, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ.

**Pesquisadora Responsável**

Ana Raquel Mattoso Chagas Martins

Mestranda em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)

Telefone: (22) 99929-9595

Email: armcm2308@gmail.com

Endereço: Rua Manoel Teodoro, Número 160, Apto. 606, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ.